

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO- PUC-SP**

**LIDIANE DOS ANJOS SANTOS**

**Responsabilidade Social Empresarial na relação trabalho e  
educação: instrumento de transformação social?**

**MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL**

**São Paulo - SP  
2012**



PUC-SP

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE  
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM PSICOLOGIA SOCIAL

LIDIANE DOS ANJOS SANTOS

**Responsabilidade Social Empresarial na relação trabalho e  
educação: instrumento de transformação social?**

**Orientador: Prof. Dr. Odair Furtado**

São Paulo – SP  
2012

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO- PUC-SP**

**LIDIANE DOS ANJOS SANTOS**

**Responsabilidade Social Empresarial na relação trabalho e  
educação: instrumento de transformação social?**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Psicologia Social, sob a orientação do Prof. Doutor Odair Furtado.

**São Paulo - SP  
2012**

Banca Examinadora

-----

-----

-----

*“Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas a ela coerentes.”*

Paulo Freire

Dedico à minha família, cerne de minha existência.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, Senhor da vida, luz que me guia nessa caminhada terrestre. A Ele toda a glória!

Aos meus pais, Aloísio e Angélica. Painho, mesmo sem entender nada, esteve mesmo de longe, me apoiando e fazendo com que esse sonho se tornasse realidade. Por isso, essa vitória também é sua! Esteja onde estiver, eu sempre te amarei. Saudades eternas. Mainha, sempre ao meu lado, nos bons e maus momentos, me impulsionando, dizendo “você consegue” e eu acreditei! Deu certo, mãe! Sou mestre! Amor não se agradece; se devota sem ganhos. Sou grata a Deus por ser sua filha!

Ao meu irmão, único e por isso tão especial. Obrigada por entender meus momentos de ausência em sua vida e, principalmente, na empresa. Sempre soube que podia confiar em você! Te amo!

Ao meu noivo, Guilherme, meu amor, por toda força e compreensão. Obrigada pelo simples fato de existir em minha vida.

Ao orientador Odair Furtado, por estar ao meu lado e junto fazer parte dessa construção, não apenas acadêmica, mas um crescimento pessoal em muitos e diversos aspectos. Obrigada por acreditar em mim.

Ao NUTAS, núcleo de pesquisa que me ajudou em reflexões teóricas, práticas e de vida. E mais que isso, por ser uma família acolhedora nessa cidade de concreto. Todos vocês foram e continuarão sendo especiais!

Ao CNPq, pela bolsa concedida. Sem ela, essa dedicação ao estudo não seria possível neste momento.

A Prof. Bader Sawaia e ao Prof. Daniel Branchini, pelo empenho na leitura do meu trabalho e comentários enriquecedores a esta obra. Obrigada.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da PUC-SP, que sempre estiveram receptivos as minhas indagações. Esse agradecimento se estende a oportunidade de estágio docência, ofertado pela Prof. Cristina Vincentin. A secretária Marlene, pelos momentos de ajuda e escuta.

A representação discente do Programa, da qual fiz parte e tive a enorme oportunidade de desenvolver discussões políticas e entender melhor o sentimento de coletividade, de luta por direitos, do trabalho em equipe. Obrigada aos meus colegas que dividiram esse momento comigo.

Aos amigos de longe e de perto, que estiveram sempre por perto, nos momentos fáceis e difíceis, nessa fase de aprofundamento acadêmico. Obrigada por me emprestarem os ouvidos e pelas sábias palavras de incentivo.

Enfim, a todos, que de uma maneira única, me ajudaram de alguma forma a chegar até aqui. Sem vocês o caminho seria mais difícil. Meu muito obrigado!

SANTOS, L. A. (2012) Responsabilidade Social Empresarial na relação trabalho e educação: instrumento de transformação social? Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Orientador: Prof. Dr. Odair Furtado

Núcleo de Pesquisa: Trabalho e Ação Social

## RESUMO

A Responsabilidade Social Empresarial é uma construção que reflete a inserção social sistêmica das empresas, sempre sujeitas às normas formais e informais em constante transformação na sociedade e, por essa razão, o debate sobre esta temática configura uma arena importante para o confronto político de interesses. Partindo de uma análise crítica sob a luz da Psicologia Social e, mais especificamente, da Psicologia Sócio-Histórica, se faz importante entender o processo histórico, principalmente no Brasil, que fez com que o tema da Responsabilidade Social assumisse relevância, bem como o cenário atual no qual ela está inserida, o público-alvo principal dessas ações e o discurso empresarial analisado acerca da imagem divulgada pela própria empresa. Diante disto, a presente pesquisa teve por objetivo analisar, a partir da Psicologia Social, a proposta da transformação social contida na concepção de responsabilidade social empresarial. Para tanto, utilizou-se do estudo de caso a fim de aprofundar como o discurso empresarial se relaciona às categorias trabalho e educação, já que a maioria dos projetos existentes está voltada a questão da formação para o trabalho. Através de materiais publicados pela própria empresa em caráter público, a coleta de dados buscou abranger o máximo de expressões da instituição escolhida, a qual afirma adotar a Responsabilidade Social Empresarial como prática em sua rotina. A análise de dados seguiu o modelo de Análise de Conteúdo de Bardin, (2011), a qual substanciou a descrição e a interpretação dos dados descritivos, visando melhor compreender as informações coletadas, ampliando o conhecimento sobre o tema da pesquisa e respondendo aos questionamentos que deram origem à investigação. Como resultado, foi possível identificar a relação claramente estabelecida entre trabalho e educação como forma de adestramento, a exclusão abordada de maneira naturalizada e as parcerias entre empresa, Estado e Sociedade Civil como uma solução aos problemas sociais. Por fim, foi observado que a transformação social descrita no discurso analisado não tem caráter anti-capitalista. Ao invés disso, mantém uma postura a favor dos lucros empresariais.

**Palavras-chave:** Responsabilidade Social Empresarial, trabalho, educação, Psicologia Sócio-Histórica.

SANTOS, L. A. (2012) Corporate Social Responsibility in the relationship between work and education: a tool for social transformation? Dissertation. Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Tutor: Prof. Dr. Odair Furtado

Line of research: Work and Social Action

### **ABSTRACT**

Corporate Social Responsibility is a construct that reflects the social insertion companies systemic, always subject to formal and informal rules constantly changing society and, therefore, the debate on this issue sets up an important arena for the clash of political interests. From a review in light of social psychology and, more specifically, the Socio-Historical Psychology, becomes important to understand the historical process, especially in Brazil, which made the theme of social responsibility to assume importance, as well as the scenario current in which it is inserted, the main target audience of these actions and discourse analysis on corporate image released by the company. Given this, the present study was to analyze, from social psychology, social transformation of the proposal contained in the concept of corporate social responsibility. For this purpose, we used the case study to deepen as the business discourse relates to the categories work and education, since most of the existing projects are facing the issue of training for work. Through materials published by the company in a public, data collection sought to cover the maximum expression from the institution, which claims to embrace Corporate Social Responsibility as a practice into your routine. Data analysis followed the model of content analysis of Bardin (2011), which substantiated the description and interpretation of descriptive data in order to better understand the information collected, enhancing the knowledge on the subject of research and responding to questions that have rise to the investigation. As a result, it was possible to identify clearly established the relationship between work and education as a way of training, exclusion addressed so naturalized and partnerships between business, government and civil society as a solution to social problems. Finally, it was observed that the social transformation described in discourse analysis is not anti-capitalist character. Instead, it maintains a stance in favor of corporate profits.

**Keywords:** Corporate Social Responsibility, work, education, Socio-Historical Psychology.

## SUMÁRIO

1 .INTRODUÇÃO.....	12
2. OBJETIVOS.....	16
3. CENÁRIO BRASILEIRO.....	17
4. RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL: CONTEXTUALIZANDO.....	23
5. RELAÇÃO EDUCAÇÃO E TRABALHO: AÇÃO ATRAVÉS DOS PROJETOS SOCIAIS.....	37
6. QUEM PARTICIPA E QUEM ESTÁ FORA? A DIALÉTICA EXCLUSÃO-INCLUSÃO.....	48
7. PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA: BASE PARA UM OLHAR CRÍTICO DAS QUESTÕES SOCIAIS.....	53
8. MÉTODO .....	58
8.1. TIPO DE ESTUDO .....	63
8.2. ASPECTOS ÉTICOS E PROCEDIMENTOS.....	64
8.3. ANÁLISE DOS DADOS .....	65
8.3.1. DEFINIÇÃO DO CAMPO DE ESTUDO.....	70
8.3.2. CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA .....	72
8.3.3. CONSTITUIÇÃO DO PROJETO .....	76
8.3.4. CONTEXTUALIZANDO O MATERIAL DA PESQUISA .....	77
8.3.5. ESTUDO DE CASO: O PROGRAMA “Z” EM SUA PROFUNDIDADE .....	79
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	102
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	107

## 1. INTRODUÇÃO

Com as grandes transformações no mundo do trabalho, refletir sobre as construções advindas dessas transformações reluz como um grande desafio. Primeiro porque elas são frutos de um percurso histórico cujo início está nos primórdios das discussões sobre trabalho e chegam ao mundo globalizado que vivemos hoje. Desta forma, o entendimento histórico de todo o processo se faz necessário para que se possa compreender o que, porque e como isso acontece hoje.

Acreditando nisso, vejo como importante abordar aqui também a trajetória que me encaminhou a essa temática, cuja discussão proponho neste estudo: por que estudar o contexto empresarial? Essa é uma indagação que me acompanhou durante os anos de faculdade e hoje, reconheço, que esse novo jeito de olhar o mundo, trazido nas linhas que se seguem, me deixou esperançosa. Não concordava com aquela forma de atuação utilizada pelos psicólogos na empresa, uma atuação voltada essencialmente para o assistencialismo a administração, conduzindo as estratégias ao objetivo da empresa.

Muitas vezes discordando da minha orientadora de estágio, minha presença passou a ser desagradável no espaço empresarial onde estagiava, muito menos nas discussões nas reuniões, pois a discordância era grande, embora não tivesse fundamentação necessária para ajustar minha posição. De início, era a aluna ativa, dedicada, empenhada nas tarefas, mas a rescisão do contrato de estágio não demoraria depois que eu realmente tivesse coragem de me colocar oposta as atividades realizadas ali. E assim aconteceu.

Foi quando finalizei minha graduação e decidi estender meus estudos no mestrado, mesmo ainda perdida quanto ao referencial teórico que poderia usar. Por indicação de um professor, procurei o Programa de Psicologia Social da PUC - SP e, encontrando o NUTAS (Núcleo de Pesquisa em Ação Social) sob a orientação do Prof. Odair Furtado, o emaranhado de ideias começou a fazer sentido. E hoje, depois de muitas leituras de textos de autores como Karl Marx, Vigotski, Leontiev, bem como dos autores da Psicologia Sócio-Histórica, que me embasaram teoricamente na produção desta pesquisa, a certeza de que existem outras formas de olhar a dimensão do trabalho e seus contextos, me traz esperanças de vislumbrar grandes transformações.

Partindo da premissa de que a empresa assume na atualidade a liderança econômica de maior poder, gerida por um sistema capitalista, que agrava as desigualdades sociais e o crescimento de enormes segmentos populacionais excluídos dos mercados, surge uma demanda social que fica à mercê da desresponsabilização do Estado e da solidariedade das próprias empresas.

Aliado a isso, vemos um consumo desenfreado e descartável, a exploração a qualquer custo, o tratar o outro como mercadoria (seguindo o objetivo neoliberal) construindo um cenário desumano e desigual, dividido entre quem detém o poder e quem se submete a ele. Ou seja, vivencia o fator econômico como preponderante e o social submetido a ele. E, quem daria respostas a essas mudanças? Quem atenderia as necessidades sociais desencadeadas pela precarização do trabalho e, por consequência, das demais áreas como moradia, renda, decorrente desse sistema adotado?

Um crescente movimento de que a empresa pode e deve assumir um papel mais amplo na sociedade, transcendente ao de sua vocação básica de geradora de riquezas, tem sido cobrado. O sistema produtivo das empresas que tem como objetivo primeiro garantir o lucro, não priorizando a qualidade de vida das pessoas, parece despertar interesse pelas causas ambientais e sociais diante das críticas que surgem e podem gerar um desgaste na relação com o consumidor final.

É preciso, pois, que a empresa perceba a sua responsabilidade frente ao desenvolvimento social, ou seja, que haja um envolvimento e investimento na comunidade em que ela está inserida, já que é a comunidade que lhe oferece infraestrutura e capital social, contribuindo decisivamente para a viabilização dos negócios. Essa preocupação com os resultados de seu poder de destruição surge, mas parece não fugir da lógica do capitalismo, apenas mascara uma realidade que se mantém na exploração.

Deste movimento, que vislumbra uma nova consciência das empresas em relação ao social, ou seja, uma nova forma de agir numa nova era mercadológica marcada pela concorrência, surgem ações como as de Responsabilidade Social, cujo público-alvo coloca-se geralmente como necessitado dessas ações. Mas será que existe realmente uma consciência preservacionista no mundo empresarial ou o que se busca são objetivos próprios? Como se constroem e a serviço de quem estão essas ações?

Diante de tal constatação, percebe-se a importância de se verificar e analisar o trabalho das empresas relacionado a questões mais abrangentes em seu contexto como instituição, como por exemplo, as ações voltadas a Responsabilidade Social, tema criado pelas próprias empresas e tão utilizado nos dias atuais. O que se pretende analisar, de fato, é a contradição que parece se revelar na relação entre o sistema capitalista vigente, que tem como base o lucro, e o discurso da “mudança de consciência” acerca do outro explorado, foco primeiro das ações realizadas pelas empresas.

Para entender como se dá esse processo, recorre-se a literatura bem como ao material já existente sobre a temática da Responsabilidade Social tanto os divulgados pelas próprias empresas como aqueles publicados em artigos científicos por acadêmicos de diversas áreas, buscando um novo olhar acerca de como essas ações se apresentam na contemporaneidade. Como, então, entender a Responsabilidade Social como um processo atual? Como enxergar a concepção e validade dos projetos de Responsabilidade Social Empresarial? Eles realmente abordam as questões sociais de maneira a revelar uma demanda da comunidade ou constituem apenas em veículo para uma maior inserção empresarial? Para responder a essas questões, buscou-se compreender, de maneira mais aprofundada, um entendimento sobre a temática da responsabilidade social, sua inserção no cenário brasileiro e sua ação através dos projetos sociais, buscando manter um olhar crítico sobre esse contexto à luz da Psicologia Sócio-Histórica.

Deste modo, o estudo manteve foco na análise de discurso aprofundada nas diversas relações engendradas no contexto às ações de Responsabilidade Social Empresarial através dos projetos sociais atuantes na formação de jovens para o trabalho, por algumas justificativas:

1. É um tema pouco estudado pelos psicólogos, de acordo com dados pesquisados no banco de dados do Scielo nacional ([www.scielo.br](http://www.scielo.br)) já que a maioria das pesquisas encontradas (90%) neste contexto foi realizada por pesquisadores de outras áreas, como administradores e gestores. O olhar humanizado e crítico podem trazer um diferencial na análise das ações da Responsabilidade Social Empresarial no cenário atual;

2. Busca trazer para a discussão o tema da responsabilidade social das empresas através de uma análise crítica. Na medida em que se interroga a serviço de quem estão essas ações, pode-se contribuir na busca de alternativas na construção de uma nova consciência

econômico-social, voltada para além do interesse lucrativo e caracterizada pela urgência de reverter indicadores sociais desfavoráveis como ocorre, por exemplo, no Brasil;

3. Assume a relação do trabalho e educação através do tema da educação não formal (aquela vinculada a formação técnica) como área carente de pesquisa científica cuja reflexão de um ponto de vista crítico ainda engatinha, principalmente no que diz respeito à realidade dos projetos sociais. Abordar esse tema de maneira mais aprofundada, através de avaliações de programas educativos, destinados a comunidades específicas, apoiados por empresas sobre a rubrica da “Responsabilidade Social” parece ser de grande valor, principalmente quando se parte de uma verificação de um olhar totalizante da ação e não apenas do olhar de acionistas e/ou consumidores.

Deste modo, acredita-se que o trabalho desenvolvido, de acordo com esta perspectiva, possa contribuir para ampliar as discussões e o conhecimento sobre o tema, bem como identificar fatores que venham a facilitar o entendimento da dimensão social na atuação das empresas, visando não somente a lucratividade, mas um questionamento maior sobre a responsabilidade desta para com a comunidade.

## **2. OBJETIVOS**

### **2.1. Objetivo Geral**

Analisar, a partir da Psicologia Social, a proposta da transformação social contida na concepção de responsabilidade social empresarial.

### **2.2. Objetivos Específicos**

Entender, através do discurso empresarial, como as ações de Responsabilidade Social buscam se enquadrar no atual cenário econômico brasileiro;

Conhecer a relevância dos projetos sociais atuantes na comunidade a partir da conjuntura educação e trabalho;

Compreender a responsabilidade social nesse contexto a luz da teoria sócio-histórica.

### 3. CENÁRIO BRASILEIRO

Para compreender o fenômeno da responsabilidade social é necessário conhecer as contingências que contribuíram para o seu advento. No caso do Brasil, os problemas sociais ocupam hoje significativo espaço na dinâmica econômica, política e social. Mas não foi sempre assim. Os avanços sociais sempre foram apresentados no Brasil como custos, que onerariam os setores produtivos (DOWBOR, 2010) e a desigualdade é um dos sérios problemas que o país resolveu enfrentar. O acesso a saúde, a educação, a habitação digna é uma realidade hoje para muitos que saíram do quadro de pobreza.

Buscando em dados mais recentes, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD - 2009) revela, em relação às condições de vida da população, que vem aumentando o acesso a serviços como abastecimento de água por rede geral (de 42,4 milhões em 2004 para 49,5 milhões em 2009), coleta de lixo (de 43,7 milhões em 2004 para 51,9 milhões em 2009), iluminação elétrica (de 50,0 milhões em 2004 para 57,9 milhões em 2009) e rede coletora ou fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto (de 29,1 milhões em 2004 para 34,6 milhões em 2009).

Além disso, o número de trabalhadores no mercado formal (aqueles que têm carteira assinada e contribuem para a Previdência Social) no país tem aumentado anualmente, conforme demonstram os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Entre os anos de 2003 a 2010, o número de empregos criados com carteira assinada e estatutários (servidores públicos) ultrapassou os 15,3 milhões de postos. Em 2011, o número de trabalhadores formais no país já ultrapassou os 45 milhões.

O rendimento mensal real de trabalho também permaneceu em elevação, com aumento de 2,2% entre 2008 e 2009 e a escolaridade dos trabalhadores continuou em alta. Em 2009, 43,1% da população ocupada tinham pelo menos o ensino médio completo, contra 41,2% em 2008 e 33,6% em 2004, e os trabalhadores com nível superior completo representavam 11,1% do total, frente a 10,3% em 2008 e 8,1% em 2004.

De acordo com dados do SIS (Síntese de Indicadores Sociais) construído a partir do censo 2010, as desigualdades estão diminuindo no que diz respeito ao acesso ao sistema educacional, mas o nível do rendimento familiar ainda é uma fonte de desigualdade

importante, sobretudo nos ciclos de ensino não obrigatórios. Entre as pessoas de 18 a 24 anos de idade, 14,7% declararam somente estudar, 15,6% conciliavam trabalho e estudo, 46,7% somente trabalhavam, 17,8% informaram realizar afazeres domésticos e 5,2% não realizavam nenhuma atividade. No grupo de 16 a 24 anos, 22,2% recebiam até ½ salário mínimo no mercado de trabalho. No Nordeste, esse percentual dobrava (43,5%). Além disso, 26,5% das pessoas nessa faixa etária trabalhavam mais de 45 horas semanais. Entre os jovens de 15 a 24 anos, quase 647 mil, o que correspondia a 1,9%, eram analfabetos, e a maioria deles estava no Nordeste (62%), vindo em seguida o Sudeste (19%).

Diante dos dados expostos pode-se inferir que, apesar de ainda termos pontos que precisam ser melhorados, estamos num outro patamar, ou seja, que em diversos ramos da sociedade os índices mudaram positivamente a realidade brasileira. O PIB (Produto Interno Bruto), em 2008, pelo método de Paridade de Poder de Compra ficou em US\$ 1,977 trilhão, permanecendo na posição de 9ª maior economia mundial, segundo o Banco Mundial. Já em 2010, o PIB do Brasil pelo PPP ficou em US\$ 2,194 trilhões, saltando para a posição de 7ª maior economia mundial, dado importante a ser mencionado. Diante desta análise, se faz importante perceber: há alguma ligação entre o aumento desses índices com os projetos sociais guiados pelas ações de Responsabilidade Social Empresarial ou não?

De acordo com IBGE (2010), o Brasil é um exemplo emblemático de uma realidade demarcada por 16 milhões de brasileiros e brasileiras abaixo da linha da indigência ou seja, possuem renda inferior a setenta reais por mês (R\$70) ou pouco mais de dois reais (R\$ 2) por dia valor estimado para satisfazer as necessidades alimentares básicas que os órgãos oficiais definem para os mais pobres; e é possível que até o final dessa década essa marca desapareça.

Segundo o levantamento, o Nordeste é a região do país que mais sofre com o problema, concentrando 59,1% (9,61 milhões) dos brasileiros extremamente pobres, seguida pelo Sudeste, que detém 17%% (2,7 milhões). Dentre esses 16,2 milhões de habitantes na extrema pobreza, que correspondem a 8,5% da população brasileira, a grande maioria é negra ou parda, 53% vivem em área urbana e 46,7% são moradores do campo que, em muitos casos, exercem atividades baseadas na agropecuária de subsistência. O Instituto considerou, ainda, o nível de alfabetização da população, fato que logo levantou a discussão sobre a polêmica questão das cotas raciais em universidades públicas e outros mecanismos de inclusão social, visto que, ainda de acordo com o estudo, 70,8% dos extremamente pobres são negros ou pardos.

A mensuração da escolaridade da população jovem de 18 a 24 anos de idade com 11 anos de estudo é considerada essencial para avaliar a eficácia do sistema educacional de um país, bem como a capacidade de uma sociedade para combater a pobreza e melhorar a coesão social, segundo avaliação da Comissão das Comunidades Europeias (Statistical Office of the European Communities - EUROSTAT). No caso do Brasil, a proporção de jovens que possuem essa escolaridade ainda era extremamente baixa, apenas 37,9%, de acordo com os dados da PNAD 2009. As desigualdades regionais também são marcantes: na Região Sudeste, a proporção era de 44,0%, e na Região Nordeste, 31,8%.

Estados cujas elites se orgulham de ter promovido uma verdadeira “revolução educacional” durante os últimos anos, revelam dados alarmantes que caracterizam a distribuição da miséria do país. Assim, para enfrentar as mudanças contemporâneas e prevenir-se quanto a mudanças futuras, as empresas concebem, buscam e utilizam práticas gerenciais capazes de torná-las aptas a competir neste ambiente dinâmico. As empresas passaram a valorizar as parcerias para desenvolver novas tecnologias ou buscar novos mercados.

Paralelamente, o chamado Terceiro Setor ou sociedade civil organizada, que compreende as FASFIL (Fundações e Associações Sem Fins Lucrativos) criadas voluntariamente pela sociedade e voltadas para o interesse público, muitas popularmente conhecidas como ‘ONGs’ ou ‘Institutos’ denotou forte crescimento nas últimas duas décadas, verificados em diversos indicadores, sejam eles: número de organizações, número de profissionais empregados ou recursos financeiros envolvidos. O estudo publicado em 2008 (com dados de 2005) pelo IBGE, Ipea, Gife e Abong mostra que o número de FASFIL saltou de 107mil em 1996 para 338 mil em 2005. Neste ano elas empregavam mais de 1,7 milhões de pessoas (sem contar os informais e o grande número de voluntários). (GONÇALVES JUNIOR, 2011).

Cabe aqui ressaltar uma questão que divide posicionamentos. Ela se refere aos conceitos de Terceiro Setor e Organização da Sociedade Civil. Conforme Fischer (2002), o próprio nome atribuído a este espaço é alvo de disputa nas quais competem, mais do que conceitos e tradições acadêmicas, visões de mundo, valores e identidades dos próprios envolvidos nessas organizações.

Referindo-se a essa temática, Merege (1999) afirma que a denominação de Terceiro Setor para as atividades da sociedade civil surge de uma análise mais profunda das atividades

organizadas por iniciativa da sociedade civil que as distingue das outras atividades econômicas. Segundo ele, são organizações que não tem as características de apropriação privada de lucros, que prestam um serviço público e que sobrevivem basicamente de transferência de recursos de terceiros, sejam famílias, governo ou empresas privadas.

O Terceiro Setor aqui é tratado de maneira generalista, incluindo a Sociedade Civil como parte dele. Assim também é observado na matriz teórica neoliberal, que se destaca nos dias de hoje no que se refere ao tema aqui tratado. De acordo com essa matriz, observa-se uma conversão do Estado como “público” e de tudo que é não-estatal – mercado e sociedade civil – como “privado” e uma separação desses espaços como esferas autônomas. Assim sendo, um sinônimo para o conceito de sociedade usado aqui é o conceito de Terceiro Setor.

Já na matriz teórica gramsciana, a sociedade civil é “*o conjunto de organismos designados vulgarmente como ‘privados’ (...)*” (Gramsci, 2001:20 *apud* Ramos, 2005), formada pelas organizações responsáveis tanto pela elaboração quanto pela difusão das ideologias, compreendendo assim o sistema escolar, as igrejas, os sindicatos, os partidos políticos, as organizações profissionais, a organização material da cultura. Para ele, a sociedade civil é considerada um das esferas principais do Estado (sociedade política) visto em seu sentido ampliado, ou seja, sociedade civil e Estado se confundem na realidade concreta, são complementares. Gramsci faz assim uma distinção entre a sociedade civil e a estrutura econômica.

É importante que se faça essa discussão para que se entenda, como aponta Raichelis (2006), o modo como as formas de regulação estatal vem se traduzindo em um processo crescente de transferência de responsabilidades públicas para a comunidade, compreendida seja pela família, seja pelas entidades assistenciais, pelas organizações não governamentais históricas ou pela versão moderna da assim chamada filantropia empresarial ou responsabilidade social das empresas. Ela acrescenta aqui também a nova concepção de sociedade civil, segundo ela muito mais restrita e despolitizada e que passa a ser sinônimo de “terceiro setor” (aspas usadas pela própria autora), não assumindo separação de classes, da diversidade dos projetos políticos, dos conflitos sociais, para assim, valorizar a ideia da comunidade abstrata e das relações de ajuda mútua.

Desse modo, observa-se um esvaziamento do protagonismo do Estado, que agora transfere suas responsabilidades públicas para as iniciativas da sociedade civil, as quais ao mesmo tempo em que respondem a necessidades sociais concretas, por outro lado, ajudam a

desmontar o sentido do público. A existência da esfera pública supõe um movimento de publicização das ações públicas na direção da construção de uma nova institucionalidade que implica a criação de espaços públicos, nos quais sujeitos sociais investidos de representatividade social possam disputar lugares de reconhecimento político de suas demandas (RAICHELIS e WANDERLEY, 2001).

Para Iamamoto (2007) a ideia de uma sociedade civil como sinônimo do terceiro setor, sendo esvaziada de interesses de classe, compromete o entendimento e a análise da conjuntura de crise e reestruturação do capital, o desvendamento do estágio atual de destruição de direitos sociais e a crítica ao processo de transferência de responsabilidades com a questão social para a esfera privada. Em outras palavras, entende-se que o projeto político voltado para o enfraquecimento do Estado tende a camuflar a discussão de classes que predomina nos conflitos sociais.

Como aponta Raichelis (2009), o público é uma construção política a partir da ação de sujeitos, movimentos e organizações sociais que atuam como mediadores políticos, vocalizando demandas coletivas que confluem para arenas públicas, em que diferentes projetos possam ser debatidos e negociados, criando-se condições para a explicitação de conflitos e viabilização de certos consensos, mesmo que provisórios e em permanente rediscussão.

Diante desta breve exposição, já que não é objetivo deste trabalho o aprofundamento nesta questão, embora esta enriqueça a visão crítica ao que concerne a discussão sobre a privatização do espaço público, opta-se em assumir a “matriz gramsciana” (RAMOS, 2005), visto que trata o “Terceiro Setor” não como campo termo neutro mas, cunhado por intelectuais orgânicos do capital, sinalizando clara ligação com os interesses de classe, nas transformações necessárias às classes dominantes.

Além disso, há de se assumir uma diferença de objetivos entre o Terceiro Setor e a Sociedade Civil: o primeiro traz um trabalho assistencial, muitas vezes a serviço da empresa junto aos projetos de Responsabilidade Social Suas organizações destacam-se como respostas privadas às expressões da questão social, por fora das instituições estatais, contribuindo com o mito da eficácia privada em detrimento do público estatal. Suas ações não se movem pelo interesse público e sim pelo interesse privado de certos grupos e segmentos sociais, reforçando a seletividade no atendimento, segundo critérios estabelecidos pelos

mantenedores. Já o último, aponta para uma atuação na diversidade, refletindo uma pluralidade social e política, com interesse no fortalecimento do público.

Por fim, vale ressaltar, que tratar de temas sociais no Brasil significa observar sempre a questão das desigualdades espaciais, de renda e de oportunidades, características da sociedade brasileira. O cuidado de aprofundar a análise observando todo o contexto será tomado no decorrer de todo o trabalho a fim de que se possa ser o mais fiel possível na conjuntura das observações e conclusões descritas aqui.

#### 4. RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL (RSE): CONTEXTUALIZANDO

Com o processo de globalização da economia, o tema vem ganhando ainda mais espaço nos fóruns de discussão empresarial e na mídia dirigida aos empresários, haja vista os impactos dos investimentos sobre as comunidades locais onde são aplicados. Uma política de investimentos sociais, comunitários ou ambientais que tenha consistência em todas as unidades da corporação, seguindo a máxima: “pensar globalmente, agir localmente” é hoje tema em pauta nas discussões das empresas, seja por caráter competitivo, seja por compromisso social. (ASHLEY, COUTINHO, TOMEI, 2000).

Surge então, neste contexto, entre outros temas, questões voltadas a responsabilidade social. Encontra-se em Berger (2001), o conceito de Responsabilidade Social Empresarial como complexo e dinâmico, com significados diferentes em contextos diversos, exigindo reflexões que implicam na forma das empresas conduzirem seus negócios de tal maneira que as tornem parceiras e corresponsáveis pelo desenvolvimento social. Visto de tal modo, termos como responsabilidade social e ética começam a fazer parte do contexto empresarial, num contexto que parece ir além do marketing social e da obrigatoriedade legal.

A preocupação com responsabilidade social é tão antiga quanto a formação das organizações, mas a precisão conceitual ou estrutura teórica parece ter sido deixada para um segundo plano, em todo o mundo (ASHLEY, 2002). A autora afirma ainda que a primeira responsabilidade social deveria corresponder aos empregados, trabalhadores da empresa e que seria uma incoerência desenvolver grandes projetos de filantropia e assistência social à comunidade em que se insere a organização, se antes não fossem muito bem tratados os próprios funcionários, em termos de saúde, educação, moradia, salário que permita elevação sociocultural.

*“Um empregado satisfeito em suas necessidades mais importantes é um multiplicador de serviços, voluntários ou não, à comunidade.” (ASHLEY, 2002).*

Já para Friedman apud Alves (2001), a empresa socialmente responsável possui ações apenas internas, isto é, age apenas na estruturação de seu funcionamento para a obtenção de lucros, evidenciando a preocupação central aos acionistas. Segundo Ricco (2004), investir em “Responsabilidade Social” significa: lucros mais altos em longo prazo. Assim, para a autora, ter responsabilidade social requer da empresa atitudes que estão além das regras estabelecidas

pela legislação, divergindo substancialmente de Friedman. Portanto, para Ricco (2004), o termo “Responsabilidade Social”, destaca-se a partir da abertura da economia ao capital estrangeiro, fenômeno conhecido como: globalização. Com isso as empresas passaram a ter que se adaptar a forma de administrar exigida pelo mercado internacional. O que corresponde a administração responsável, comprometida com a qualidade e condições de trabalho de seus empregados, bem como, com a preservação e diminuição do impacto sócio-ambiental na região em que a empresa se insere.

A empresa vista como organização social se apresenta como um sistema vivo dentro do contexto de sistemas maiores dos quais é parte, de acordo com Martinelli (2005). Ou seja, tem força para contribuir de maneira transformadora no meio social em que se insere e, esse compromisso assumido deve definir políticas que norteiem sua própria atuação. A Responsabilidade Social Empresarial é uma construção que reflete a inserção social sistêmica das empresas, sempre sujeitas às normas formais e informais em constante transformação na sociedade. Neste sentido, como afirma Ferreira (2007), o debate sobre esta temática configura uma arena importante para o confronto político de interesses.

É importante, contudo, entender o processo histórico, principalmente no Brasil, que fez com que o tema da Responsabilidade Social tivesse relevância. Entendendo desta maneira, numa retomada histórica sobre o tema, as primeiras manifestações são trazidas por Charles Eliot (1906), Arthur Hakley (1907) e John Clark (1916). Entretanto, suas ideias não obtiveram apoio por serem de cunho socialista e deslocar-se da ordem vigente.

Em 1919, a questão da ética, da responsabilidade e da discricionariedade dos dirigentes de empresas abertas veio a público com o julgamento do caso Dodge versus Ford, nos EUA, que tratava da competência de Henry Ford, presidente e acionista majoritário da empresa, para tomar decisões que contrariavam interesses dos acionistas John e Horace Dodge. Em 1916, Henry Ford, alegando objetivos sociais, decidiu não distribuir parte dos dividendos esperados, revertendo-os para investimentos na capacidade de produção, aumento de salários e fundo de reserva para a redução esperada de receitas em função de corte nos preços dos carros.

As resoluções de acionistas que, agindo junto aos movimentos eclesiásticos, se mobilizaram para sugerir maior transparência das empresas em suas políticas internas de empregos. As diversas pressões exercidas nas empresas dos EUA, nos anos 1960-1977, evidenciam o ajuste das práticas das empresas no que diz respeito à configuração e à

composição do seu negócio, que vai dos funcionários à sociedade que será beneficiada por esses serviços. Percebe-se que o movimento das empresas é, portanto, reativo e não tão espontâneo como a primeira vista pode parecer.

Desse modo, o currículo de atores e instituições que sugerem a Responsabilidade Social Empresarial (RSE) é um cenário que não é prefixado. Ao contrário, ele se expande e se articula com a agenda nacional, de acordo com a capacidade de mobilização de grupos e setores organizados, bem como em função de sua vitalidade em proporcionar formação de porta-vozes que interpretem as exigências dispersas na sociedade.

No Brasil, emerge a discussão no tema nos anos 60, quando algumas associações empresariais introduzem valores e princípios éticos como componentes da gestão da empresa. Inicialmente a associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas do Brasil (ADCE-Brasil), fundada em São Paulo, em 1961, cujas atividades inspiraram um debate sobre o papel social das empresas.

Surgiram também diálogos que envolveram temas como direitos humanos e meio ambiente. A expansão do ideário dos direitos humanos no Brasil, ocorreu e vem ocorrendo, mais especificamente, a partir do período de transição do regime militar para os governos civis - comumente chamado de período da redemocratização - quando muitos esforços, tanto por parte da sociedade civil como do poder público, foram canalizados para a elaboração da carta constitucional de 1988.

Como foi muito bem frisada por Pinheiro e Neto (1998), a luta pelos direitos humanos é por si só um processo contraditório, atravessado por intensos conflitos – na medida em que esta questão permeia interesses diversos de diferentes grupos que compõem determinada sociedade -, o que torna a conquista destes muitas vezes uma tarefa extremamente árdua. No Brasil não tem sido diferente. É ilustrativo quando percebemos como, após a transição política, os limites da defesa dos direitos humanos se ampliaram com vistas a abranger a esmagadora maioria pobre, miserável e não-branca da população, o que fez com que setores mais abastados da sociedade, em nome da luta contra a expansão da criminalidade e da insegurança, acusassem aqueles que defendiam os direitos humanos de protegerem mais os marginais e delinquentes do que as verdadeiras vítimas.

Outro fator determinante para o entendimento e a localização de todo esse processo de entrada das empresas no universo das ações de caráter social efetivo foi a crise do Welfare

State situada na metade da década de 70. A partir desse acontecimento, a intervenção dos agentes privados passou a ser vista de outra maneira: A crise econômica e o crescimento do desemprego que atingiram a Europa na década de 80 contribuíram para que a empresa começasse a ser valorizada pela sua capacidade de salvaguardar o emprego - valor essencial da socialização na sociedade contemporânea. Para o autor, o papel da empresa vai além do econômico: ademais de provedora de emprego, é também agente de estabilização social. (KIRSCHNER, 1998).

Nesse período, a atuação social por parte dos agentes privados e a própria questão da responsabilidade das corporações diante dos problemas sociais e ambientais começaram a destacar-se, tanto em práticas quanto em discursos. Ainda na década de 70, surgem as primeiras associações de profissionais, de áreas diversas, interessados em estudar o tema. (INSTITUTO ETHOS, 2005). Referente a este fato, Reis (2007) afirma que no meio acadêmico, as reflexões sobre o tema iniciaram nos anos 1980, trazendo à tona as peculiaridades da Responsabilidade Social em um país como o Brasil, cuja gravidade dos problemas sociais e a responsabilidade das empresas, seja no agravamento desses problemas, seja na contribuição para o seu enfrentamento, já não podiam mais passar despercebidos. E acrescenta:

*“... assim como as empresas têm responsabilidade pelos problemas sociais, também têm capacidade de utilizar ferramentas empresariais para seu enfrentamento” (p. 282).*

É a partir desse olhar que as empresas buscam investir no marketing social de seus produtos para adquirir poder competitivo frente a um mundo agora globalizado. Segundo Mifano (2002 *apud* Reis 2007), a responsabilidade social das organizações surgiu num contexto no qual há uma crise mundial de confiança nas empresas. Para tanto, as organizações empresariais começaram a promover um discurso politicamente correto, pautado na ética, implementando ações sociais que podem significar ganhos em condições de qualidade de vida e trabalho para a classe trabalhadora ou, simplesmente, podem se tornar um mero discurso de marketing empresarial desvinculado de uma prática socialmente responsável.

A partir de 1982, a Câmara Americana de Comércio de São Paulo (AMCHAM-SP) introduz o conceito de “cidadania corporativa” e implementa a difusão de ações sociais empresariais. Em 1986, a Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (Fides), em colaboração com a ADCE, propôs “humanizar a empresa e promover sua relação

com a sociedade”. Por fim, a rede de Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) inaugura no Brasil, em 1985, uma nova visão do interesse das empresas privadas no fomento a projetos sociais.

As empresas citadas estão na raiz da concepção atual do papel positivo das empresas privadas na sociedade. Ora, quem determina as regras éticas e morais, em uma sociedade capitalista, senão a própria empresa, balizadora desta sociedade? A empresa é um negócio, e pode-se afirmar que o centro do interesse do investidor é o lucro, sendo os *stakeholders* o meio para alcançá-los. Mas uma empresa é também uma organização social, formada por grupo de pessoas que buscam a satisfação de suas necessidades. E é esse o nosso foco de interesse nessa discussão.

O esgotamento do modelo industrial e o desenvolvimento da sociedade pós-industrial abriram caminho aos defensores da ética e da Responsabilidade social corporativa que passaram a argumentar a favor da igual legitimidade ao abandono das linhas de produtos nocivas ao meio ambiente e a sociedade. Mas a que “sociedade pós-industrial” está se referindo?

Na literatura, a noção de pós-industrialismo desenvolvida no período, trazia a mensagem sociológica e política de que o capitalismo havia sido substituído pela sociedade pós-industrial, proposição esta que não distinguia entre as implicações sobre as forças de trabalho (industrialização) e as relações de produção (capitalismo) e nem entre as relações de classe e a divisão de trabalho (KON, 2007). Ou seja, nada teria mudado, pois tudo parecia funcionar como outrora, embora a produção imaterial ganhasse peso relativo. Não se pode afirmar que o crescimento do emprego nos serviços significa necessariamente que o consumo de bens industriais tenha decrescido relativamente nem que, por outro lado, o nível de consumo de serviços pode explicar adequadamente o nível de empregos terciários.

Ademais, segundo dados da ONU (2011) a produção industrial mundial aumentou 6,5% no primeiro trimestre de 2011, e relatório, com base na análise dos dados de produção trimestral, mostra que os países em desenvolvimento foram os líderes, com um crescimento de 11,5%. O relatório da UNIDO (Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial) também apresenta estimativas de crescimento de setores industriais durante o primeiro trimestre. Ele afirma que a produção de máquinas em geral aumentou em mais de 15%, máquinas e aparelhos elétricos em 12%, e equipamentos médicos e de precisão em 11%.

Segundo Anjos e Farah Jr. (2002), a economia capitalista mundial, a partir do pós Segunda Guerra Mundial, entra em processo de crescimento liderado pela economia norte-americana que ao definir uma nova forma de integração da economia mundial, garantiu a dinamização das demais economias capitalistas com a expansão de sua estrutura industrial e dos respectivos padrões de consumo baseados em bens duráveis. Entretanto, o avanço das fronteiras do capitalismo, ao anexar as economias periféricas (economias nacionais que apresentam a condição de subdesenvolvimento), produziu desequilíbrios industriais nos países com bases produtivas em estágios distintos quando comparadas com países desenvolvidos.

Vale lembrar que a base técnica do modelo de desenvolvimento capitalista adotado, até então, esteve alicerçada no método de administração taylorista, cuja obtenção da produtividade vinha da produção física do trabalhador e da máxima redução dos custos de produção. Mas esse modelo entra em crise quando os índices de desempenho não mais acompanham a demanda da produção. As empresas, então, buscaram um novo padrão para “*recriar as condições de valorização do capital*”. Cortes no quadro de funcionários, investimento em maquinaria e na imagem da empresa marcam uma dessas alternativas para enfrentar a acirrada concorrência que estava se montando.

Aqui o conceito de Responsabilidade Social pode ser entendido como função econômica, ficando em segundo plano as preocupações com questões ambientais e sociais. Ou seja, prevalece a visão do lucro, a manutenção do sistema capitalista e não a transformação dele através de um agente social ativo que seria a empresa. Essa é a contradição que se vive. Como aponta Raichelis (2009) citando Dagnino (2006):

*“Os espaços públicos seriam aquelas instâncias deliberativas que permitem o reconhecimento e dão voz a novos atores e temas, que não são monopolizadas por algum ator social ou político ou pelo próprio Estado, mas são heterogêneas, ou seja, refletem a pluralidade social e política; que, portanto, visibilizam o conflito, oferecendo condições para tratá-lo de maneira tal que se reconheçam os interesses e opiniões na sua diversidade; e nas quais haja uma tendência à igualdade de recursos dos participantes em termos de informação, conhecimento e poder.”(p. 206)*

Discussões a respeito da temática espalharam-se pelo meio acadêmico e empresarial, inicialmente nos EUA e, posteriormente, no final da década de 1960, na Europa, por autores como Bowen, Mason, Chamberlain, Andrews e Galbraith. O livro de Howard R. Bowen, *Social Responsibilities of the Businessman* (1953), considerado uma das referências mais

importantes nesse tema, configura seu primeiro esboço: “Que responsabilidades a empresa deveria assumir como próprias junto à sociedade?”. Por esta obra, Bowen é definido como o pai da responsabilidade social.

Outra vertente de pensamento é observada na visão de Boltanski e Chiapello (2009), que analisam a emergência de uma nova configuração ideológica nos anos 60 e as mudanças ocorridas no mundo do trabalho até os anos 90, as empresas precisavam provar que seu objetivo único não era ganhar dinheiro que, além disso, elas contribuía realmente com alguma coisa para a sociedade em seu conjunto. Em outras palavras, falava-se sobre a motivação e a mobilização do pessoal para a empresa: “Como dar sentido ao trabalho na empresa?” Essa atitude serviria de atração para os indivíduos de elite da época se transformassem em executivos produtivos. Há nesse momento uma crítica ao sistema anterior, o capitalismo familiar - marcado pelo paternalismo e hierarquia vertical - para dar sentido a um “novo espírito do capitalismo” que está a se constituir.

*“A literatura de gestão empresarial dos anos 60 acompanha a passagem de uma burguesia patrimonial centrada na pessoa para uma burguesia de dirigentes assalariados, portadores de diploma superior e integrados a grandes administrações públicas ou privadas”.* (BOLTANSKI, 2009, p.96).

Já nos anos 90, segundo os mesmos autores, o foco se mantém em relação a alguns novos motivos que surgiram frente à nova dinâmica empresarial: a pressão concorrencial e a exigência dos clientes (que agora seriam os verdadeiros patrões). As empresas ficam “*enxutas*” e trabalham agora em rede orientada para a satisfação do cliente. Quantos aos trabalhadores? Estes são mobilizados – e não apenas motivados – graças às “*visões*” de seus líderes e “*missão*” da empresa.

Em 1994, nota-se outro movimento. É ampliada a parceria entre Estado e sociedade, estimulando-se o desenvolvimento do chamado Terceiro Setor, criado para as atividades da sociedade civil, por incluir as organizações que não estão na esfera das atividades do mercado nem nas atividades governamentais. São organizações que não têm características de apropriação privada do lucro, que prestam um serviço público e que sobrevivem basicamente da transferência de recursos de terceiros, sejam famílias, governo ou empresas privadas (MEREGE, 1999).

Gohn (2000) enfatiza a heterogeneidade e as contradições do Terceiro Setor e o compara a um “*Frankenstein: grande, heterogêneo, construído de pedaços, desajeitado e com*

*múltiplas facetas*”, pois abrange desde programas e projetos sociais que objetivam tanto a emancipação dos setores populares e a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, com justiça social, como programas meramente assistenciais, compensatórios, estruturados segundo ações estratégico-rationais, pautadas pela lógica de mercado.

A organização da sociedade civil, pois, começa a trazer francas mudanças neste momento e se afirma com grande importância na luta por direitos.

*“Na expansão do terceiro setor, propõe-se de fato outro modelo para a resolução da questão social – centrado na generalização de competências civis descentralizadas, exercidas pelo ativismo civil voluntário em localidades específicas – e, portanto, uma outra relação com a capacidade política de concretizá-lo”*  
(Paoli, 2002: 380).

Outros grupos continuam a se organizar e aderem ao discurso da RSE, seja como fundação ou instituto, como é o caso representativo da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). Intérprete do setor produtivo, a Fiesp é a voz que fala por 131 sindicatos patronais, os quais representam, aproximadamente, 150 mil indústrias de todos os portes e das mais diferentes cadeias produtivas. É a maior entidade de classe da indústria brasileira e sua atual estrutura reflete o pensamento estratégico e o tratamento homogêneo que a entidade confere às várias cadeias produtivas e aos sindicatos, independentemente do porte das empresas ou do segmento a que pertencem. (FIESP, 2011).

Outro caso interessante é o do Instituto Ethos, fundado em São Paulo como organização privada, patrocinada por mais de 1.400 empresas, que participam como membros associados. Isso quer dizer, em outras palavras, que existem grupos de empresários comprometidos com o interesse de sua empresa e por isso, buscam alternativas de se manterem competitivas no mercado, mantendo alianças com outras empresas.

Neste sentido, temos organizações como o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social que é uma organização sem fins lucrativos, de caráter não partidário, caracterizada como Oscip (organização da sociedade civil de interesse público) e que tem como missão mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável. Criado em 1998 por um grupo de empresários e executivos oriundos da iniciativa privada, o Instituto Ethos é um polo de organização de conhecimento, troca de experiências e desenvolvimento de ferramentas para auxiliar as empresas a analisar suas práticas de gestão e

aprofundar seu compromisso com a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável. É também uma referência internacional nesses assuntos, desenvolvendo projetos em parceria com diversas entidades no mundo todo. (ETHOS, 2011).

Outro exemplo é GIFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas) é uma rede sem fins lucrativos que reúne organizações de origem empresarial, familiar, independente e comunitária, que investem em projetos com finalidade pública. Sua missão é aperfeiçoar e difundir conceitos e práticas do uso de recursos privados para o desenvolvimento do bem comum, contribuindo assim para a promoção do desenvolvimento sustentável do Brasil, por meio do fortalecimento político-institucional e do apoio à atuação estratégica dos investidores sociais privados. Além disso, o GIFE também organiza cursos, publicações, pesquisas, congressos, Grupos de Afinidade, Painéis Temáticos, Debates e outros eventos. Nascido como grupo informal em 1989, foi instituído como Grupo de Institutos Fundações e Empresas em 1995 por 25 organizações. Nos anos seguintes, tornou-se uma referência no Brasil sobre investimento social privado e vem contribuindo para o desenvolvimento de organizações similares em outros países. Hoje, a Rede GIFE reúne 130 associados que, somados, investem por volta de R\$ 2 bilhões por ano na área social (GIFE, 2011).

Apesar de existir pois, um avanço nas discussões sobre a Responsabilidade Social, a maioria das empresas ainda mostra baixo comprometimento com essa questão. Entretanto é importante destacar que existem ações bem significativas acontecendo, seja para fins econômicos apenas, seja por uma consciência ampliada de um todo maior pelo qual as empresas também são responsáveis.

A responsabilidade social da empresa tornou-se assim, parte de uma estratégia mais ampla de legitimidade, uma maneira de limpar a imagem maculada dos empresários e das empresas, considerados por muitos anos como responsáveis pela concentração da riqueza e pelo caráter cada vez mais especulativo dos investimentos financeiros. Em outras palavras, muitas empresas e seus dirigentes brasileiros utilizaram-se do lema da responsabilidade social empresarial para restabelecer a confiança dos trabalhadores e sobretudo consolidar a fidelidade dos consumidores e a aceitação da coletividade.

A necessidade de uma mudança cultural é ressaltada por Reis (2007), o que segundo ele implicaria na superação de interesses particulares na perspectiva do bem comum, por meios da conscientização dos empresários sobre seu compromisso social e do reconhecimento de que um sistema econômico, aliado a objetivos sociais maiores, pode ser a condição para a

sustentabilidade social e, conseqüentemente, econômica, não só da sociedade, mas de seu negócio. Com isso, o autor defende a manutenção da visão de lucro, aliada ao bem-estar social que pode sim ter a colaboração das empresas. Seria isso possível?

Neste momento, as corporações buscavam ajustar-se a demanda competitiva e conflitante em relação aos seus recursos e, além disso, buscava o equilíbrio entre o seu lucro e as demandas sociais e políticas da contemporaneidade, que parecem não diferir muito com as de hoje. Fazendo referência, mais uma vez a Chiapello e Boltanski (2009), o Estado reconhecendo sua insuficiência em relação as políticas sociais voltadas ao emprego, decidiu “ouvir as reivindicações” dos empresários, que por sua vez, buscaram obter a colaboração dos assalariados para a realização do lucro capitalista.

Isto foi feito através de um projeto de “autorrealização” que, segundo os autores, vincula, por um lado, o culto ao desempenho individual e exaltação da mobilidade e, por outro, concepções reticulares do vínculo social. Entendendo deste modo, as empresas deveriam gerir o social ouvindo as solicitações dos assalariados, privilegiando o individual e afastando o coletivo (entenda-se aqui coletivos por sindicatos).

Numa atuação voltada à flexibilidade quanto ao horário de trabalho, ao enriquecimento das tarefas, a uma “atenção” voltada as condições de trabalho, as empresas mudaram a sua política a fim de atrair parceiros, que concordem com o seu modo de “fazer” as coisas. E onde entra a responsabilidade social nessa mudança contextual?

O interesse econômico como um fim em si mesmo, muitas vezes, é o que desperta o interesse da empresa pela sua responsabilidade social, e até pode ser o exercício inicial da sua atuação social, a pressão da sociedade civil como um todo, no sentido de ‘cobrar’ ações efetivas do empresariado para se envolver no processo de desenvolvimento social do País (MELO RICO, 1998), desperta maior conscientização das empresas sobre seu papel no desenvolvimento humano e social do Brasil.

Então, o que antes estava apoiado nos princípios básicos da filantropia e da governança, nas manifestações paternalistas onde as empresas eram estimuladas a serem generosas para com os “desfavorecidos” e a levar em conta, no curso de suas atividades, os interesses de outros atores sociais, como afirmam Faria e Sauerbronn (2008), em alguns anos se converteu no resgate da função social da empresa, na medida em que a empresa colabora

de alguma forma com problemas de cunho social, como ações voltadas à educação, por exemplo.

Surge, pois, uma nova forma de pensar o social, regida pela política da globalização que preconiza, segundo Furtado (2010) o triunfo do livre mercado, a redução radical do papel econômico do Estado e, sobretudo, a eliminação de todas as barreiras estatais aos movimentos transnacionais de bens e capitais. Está, pois se falando, de uma política de Estado Mínimo onde as empresas se encaixam, tornando-se fortes agentes de modificação em seu meio econômico- social.

Seria possível então pensar na humanização do capitalismo? No pensar “além do lucro” nas atividades empresariais? Hutton (apud Furtado, 2010) acredita num capitalismo em que a negociação entre os acionistas, os consumidores, os sindicalistas, etc., mediada pelo Estado, poderia garantir o controle social do avanço capitalista. Diante disto, ações que visem um bem-estar social iriam além do que o capitalismo revela hoje, um “bem-estar” que camufla as diversas mazelas sociais nas quais a maioria da população se encontra.

Alguns autores apontam que apesar dos avanços existentes nas ações empresariais, as de filantropia que persistem não têm contribuído efetivamente para a melhoria das condições de vida da sociedade e para a transformação da realidade social vigente, transformando a responsabilidade social num desafio. Outros afirmam ainda que a empresa tem atuado de forma estratégica e com um comprometimento duradouro, diferenciando-se do “papel de doadora”, de “bem feitora”.

A responsabilidade social das empresas no Brasil, de acordo com Reis (2007) é um modelo de comportamento ético de gestão empresarial, já que nas suas decisões e ações, resgatam valores e direitos humanos universais, preservando e respeitando interesses de todas as partes direta e indiretamente envolvidas no negócio, assim como os de toda sociedade, numa relação na qual todos obtêm vantagens.

O trabalho desenvolvido por Carrol (1999) amplia o conceito e propõe a pirâmide de responsabilidade social empresarial. Em seu modelo, Carrol vai além da responsabilidade pública, sugerindo um conjunto de dimensões e relações interdependentes entre as companhias e a sociedade. Em sua visão, a responsabilidade social empresarial é composta pelas dimensões econômica, legal, ética e filantrópica. Abre-se aqui um parêntese para evidenciar a importância da mediação do Estado, através de mecanismos que obriguem as

empresas a normatizarem suas ações e a cumprirem os requisitos solicitados como contratação de um percentual do quadro de trabalhadores com deficiência física, investimento em ações sociais, etc.

E para discutir sobre a temática, o autor utiliza como referência cronológica os anos 60, porque foi desde aquela época que se começou a moldar a teoria, a pesquisa e a prática em relação ao tema da RSE, a partir da perspectiva que as decisões tomadas pelas empresas tocavam de várias formas a vida das pessoas.

Para Carrol (1999), assim como a maior contribuição dos anos 50 foi trazida por Bowen (1953), nos anos 60 o reconhecimento foi para Joseph W. Guire, em cujo livro *Business and Society* (1963) aponta que a ideia de responsabilidade social supõe que a empresa não tenha apenas obrigações econômicas e legais, mas também certas responsabilidades com a sociedade que vão além dessas obrigações, como questões políticas, o bem-estar da comunidade, a educação, e a “felicidade” (aspas utilizadas pelo próprio autor) dos seus funcionários.

Já para Gray e Milne (2004), se a “responsabilidade social” (referida em aspas pelo próprio autor) for definida em conformidade com o que é possível tendo em vista as atividades e objetivos atuais das empresas, o conceito se torna trivial e redundante. Ou seja, a empresa deveria saber de antemão do seu papel diante da sociedade sem mesmo que se criem leis, nomenclaturas ou conceitos para tais ações em benefício do sistema criado pelas próprias empresas e em favor delas.

Em contrapartida, de acordo com os mesmos autores, caso o conceito seja definido conforme um indivíduo possa realmente entendê-lo, ele se torna claramente inalcançável por uma empresa financeiramente bem-sucedida, pois iria contra os princípios de interesse privado sobre os quais grande parte das noções empresariais é constituída, isto é, iria contra sua própria base formadora.

Percebe-se, portanto, um movimento marcado por ambiguidades e controvérsias, ou seja, a Responsabilidade Social Empresarial não é um termo univocamente definido e talvez não seja aplicada de acordo com metas pré-definidas de maneira ética e verdadeiramente comprometida com o social. A elaboração dessa definição é dificultada pelo fato de que Responsabilidade Social é um conceito amplo, que abrange questões numerosas e em consequência, tais como o bem-estar do trabalhador, os conflitos de interesses, a propriedade

intelectual, a discriminação no local de trabalho, o uso de energia limpa, concorrência, a responsabilidade com o meio ambiente e as relações entre comunidade e empresas. (SOUSA, 2002). E, pelo fato de abarcar diversas e numerosas questões, dá margem a várias interpretações e discussões.

Não se pode esquecer que, como explicita Lelis (2001), a sociedade vive sob um código de relações sociais regido pelo sistema capitalista, por uma visão economicista e paternalista, onde a lucratividade rege o caminho das empresas. O que se mostra então como um dos desafios da sociedade contemporânea é o aprimoramento das relações solidárias. Isto é, parece ser papel dos agentes econômicos favorecer os mais altos níveis de coesão social entre os setores da sociedade.

Esse objetivo se expressa na definição de responsabilidade social: “Integração voluntária de preocupações sociais e ambientais por parte das empresas nas suas operações e na sua interação com as outras partes interessadas” (União Europeia, 2001). Corrobora Lelis (2001) nessa visão quando afirma que o maior equívoco das empresas foi ignorar o ser humano (tanto seus funcionários como seus consumidores e sociedade) como ser subjetivo e resultante de fatores externos (sociais) e internos (psíquicos).

Souza (1995) também acredita que as empresas devam atender ao interesse público já que toda grande empresa é, por definição, social. E, por isso, deve levar em conta as necessidades do país, à miséria, o meio ambiente, ou seja, ter uma consciência que vai além do reconhecimento de sua própria existência ilusória de ser autônoma.

A partir do exposto na literatura sobre a questão da RSE, é possível perceber que o processo de implementação da responsabilidade social nas empresas brasileiras é muito recente e encontra desafios nas características históricas dos agentes econômicos do País, desafios estes que pouco a pouco parecem ser enfrentados no cenário atual, diante da concorrência, da ética nos negócios, do marketing social, e da consciência comunitária atingida a partir da educação, esta vista como uma das formas de permitir o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Desta forma, a análise profunda e crítica da ligação educação e trabalho é fator preponderante no desenvolvimento econômico e social já que são atividades especificamente humanas e formam uma relação de identidade como aponta Saviani (2007): “Lidando com a

natureza, relacionando-se uns com os outros, os homens educavam-se e educavam as novas gerações”. Ou seja, entender a relação trabalho e educação remete a uma compreensão histórica do caminho que trouxe a realidade que é vivenciada, assumindo como foco principal para o tema em estudo a formação para o trabalho. Essa relação realmente existe ou é uma ferramenta de ascensão social/ profissional utilizada no sistema capitalista?

## 5. RELAÇÃO EDUCAÇÃO E TRABALHO: AÇÃO ATRAVÉS DOS PROJETOS SOCIAIS

Atrelar a educação ao trabalho se tornou uma questão de sobrevivência. Quantas histórias são ouvidas diariamente sobre as duplas ou triplas jornadas divididas entre idas ao trabalho e a escola? É a insana concorrência, a luta do “que vença o mais forte” que monta uma realidade marcada pela busca incessante de uma melhor qualidade de vida ou, ainda, por uma vida justa, com os mínimos direitos respeitados. E numa sociedade marcada pelo crescimento econômico, às pessoas buscam uma luz ao sol, pois a responsabilidade do seu sucesso parece estar única e exclusivamente em suas mãos. Mas será mesmo assim?

No plano ideológico, a responsabilidade social do Estado desloca-se para o plano individual. Já não há política de emprego, nem perspectiva de uma carreira, mas indivíduos empregáveis ou não, requalificáveis. (FRIGOTTO, 2001). Em discursos, ouvimos o apelo: “Temos pela frente a perspectiva de um rigoroso processo de desenvolvimento econômico e precisamos de mão de obra qualificada para manter esse crescimento sustentável”- destacou a presidente Dilma Rousseff, na cerimônia de lançamento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC, 2011)<sup>1</sup>.

No caso do Brasil, assim como nos países mais desenvolvidos, a educação é parte integrante das políticas sociais e parte do núcleo do sistema de promoção social por sua capacidade de ampliar as oportunidades e resultados para os indivíduos e famílias, além de ser elemento estratégico para o desenvolvimento econômico. Mais recentemente, ocorreram no país avanços importantes na ampliação do acesso a todos os níveis e modalidades educacionais. A baixa escolaridade média da população e a desigualdade reinante ainda são, no entanto, graves problemas, o que mantém na pauta das discussões políticas e econômicas a necessidade de universalização da educação básica e de melhoria da qualidade da educação, bem como a eliminação do analfabetismo, como inevitáveis impactos de longo prazo para a área. (IPEA, 2010).

---

<sup>1</sup> O governo federal lançou no final de abril o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), com a proposta de expandir e democratizar a oferta de cursos técnicos e profissionais de nível médio, e de cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores. Fonte: [www.responsabilidadesocial.com](http://www.responsabilidadesocial.com). Acesso em 05 mai 2011.

Entretanto, é necessário que se tenha uma percepção crítica sobre “para onde esta caminhando a educação no Brasil”; está sendo usada como instrumento para perpetuação do sistema capitalista, como cita Mézáros (2010) ou está possibilitando uma emancipação ao indivíduo, reconhecido como cidadão?

A educação em geral e, particularmente a educação profissional se vincula a uma perspectiva de adestramento, acomodação, mesmo que se utilizem noções como as de educação polivalente e abstrata. Trata-se de conformar o *cidadão mínimo*, que pensa minimamente e que reaja minimamente (FRIGOTTO, 2001). Isso acontece em benefício da manutenção do próprio sistema capitalista que sobrevive bem sem questionamentos mais fundamentados acerca da alienação sobre a qual se vive.

Saviani (2007) aborda a relação trabalho-educação pelos fundamentos históricos e ontológicos. Ao primeiro, se refere a um processo produzido e desenvolvido ao longo do tempo pela ação dos próprios homens e, o produto dessa ação, o resultado desse processo, ele denomina “próprio ser” dos homens. Ele ainda retrata o momento histórico da separação entre trabalho e educação, estabelecendo ligação entre a divisão de classes, oriunda da apropriação privada da terra, que por sua vez promove uma divisão na educação, permitindo assim a institucionalização da mesma.

*Passaremos a ter duas modalidades distintas da educação: uma para a classe proprietária, identificada como a educação dos homens livres, e outra para a classe não-proprietária, identificada como a educação dos escravos e serviçais.*  
(SAVIANI, 2007).

A separação entre trabalho e educação é percebida como um processo ocorrido ao longo da história e que retrata o quanto determinação do processo de produção existente em cada momento, permitiu a organização da escola (institucionalização da educação) como algo a parte. Mas, mesmo nessa separação é percebida a relação, pois um processo está completamente conectado ao outro.

No modo de produção capitalista, essa relação é bem nítida. Mézáros (2008) afirma que uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança. Mas é isso que se verifica nos dias de hoje? A educação serve para maquiagem a exploração do trabalho ou aparece mesmo como possibilidade de mudança de um dado contexto?

*Limitar uma mudança educacional radical às margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação social qualitativa* (MÉSZÁROS, 2008, p. 27).

Pensar a educação como forma de ascensão social não é pensar no contexto, é agir simplesmente como forma de se adequar as brechas que o sistema capitalista possibilita para cada um, é estar a mercê da sua própria exploração de forma alienada, é não desconstruir para tentar construir de uma forma melhor. Entendendo desta maneira, parece que a única saída seria mudar o sistema. Mas seria possível enxergar outras saídas no contexto atual? O que fazer?

Esse é o questionamento que deveria nortear a relação educação para o trabalho, mas parece que isso não é o que acontece. Pochmann (2004) afirma que a educação hoje no Brasil é usada como defesa, aliás profundamente precária contra a elevação do desemprego e a queda do nível de renda. Para explicar melhor essa colocação é necessário que se esclareça como hoje se evidencia a relação trabalho-educação, principalmente no segmento jovem, foco deste trabalho.

Análises do IPEA<sup>2</sup> sobre a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios no ano de 2009, traz uma análise da evolução da educação no Brasil no período de 1992 a 2009. Fatores como renda, localização, hiato educacional foram relacionados e o resultado mostra o quanto todos eles estão interligados. Houve uma melhora significativa nos índices de analfabetismo, apesar de se ter ainda uma elevada taxa se comparada à de outros países do próprio continente sul-americano, como Equador, Chile e Argentina. Isso mostra a evolução no sistema educacional em incorporar e alfabetizar crianças e jovens. Mas a qualidade desse ensino pode ser mensurada?

Não basta uma expansão da escolaridade feita às pressas. Ela deve ser vista não apenas pelo ponto de vista da produtividade, mas especialmente da cidadania. E na visão de Pochmann (2004), para que o país possa colher os frutos da sociedade do conhecimento, deve-se aumentar o ritmo de crescimento econômico e de acumulação de capital, promovendo simultaneamente uma redistribuição do tempo de trabalho e da renda. E, dessa forma, o retorno social do investimento seria aumentado. Mas seria mesmo necessária uma acumulação de capital? A quem serviria? Aos detentores dos meios de produção ou aos trabalhadores? Ao serviço de quem estaria esse retorno social?

---

<sup>2</sup> Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Ainda referindo-se a análise do IPEA (2009), pode-se observar que há uma desigualdade entre ricos e pobres também relacionada ao analfabetismo o que demonstra mais uma vez a ligação entre esses fatores, o que possibilita afirmar que a análise de um fator não pode se prender somente a ele mesmo e sim, expandir a compreensão de todo o contexto. É desmontar para entender como o processo acontece e, ao que se pode perceber, nada é tão simples.

Desvelar a realidade e buscar a sua compreensão levaria ao aprofundamento desta temática, o que, neste caso, não é a pretensão. Não que se queira apenas ser superficial na análise das questões, mas o intuito central é compreender a relação trabalho e educação hoje, para assim entender o porquê de se atuar com projetos sociais nesta linha. E quando se pensa no assunto, surge de imediato alguns questionamentos como: É falta de política pública? É estratégia empresarial para vislumbrar um marketing além da imagem e penetrar na comunidade buscando ir à frente da concorrência? Ou é uma percepção de que o “problema do outro lado é meu também” e passar a agir em parcerias, trabalhando conjuntamente com o Estado e com a própria comunidade seria uma saída para enfrentar os grandes problemas sociais existentes hoje no Brasil?

Estabelecendo a parceria como algo possível, é necessário entender como elas se efetivam e, nesse ínterim, verificar a possibilidade de relacioná-las com as ações de Responsabilidade Social Empresarial, já que em muitos casos, como já discorrido neste texto, verificou-se que essas ações não acontecem de forma isolada, bem como não pretendem dar conta sozinha da solução dos problemas sociais.

Como bem mostra o mapeamento das publicações brasileiras sobre alianças e parcerias entre organizações da sociedade civil e empresas, realizado em 2005, pela Aliança Capoava<sup>3</sup>, são reveladas dificuldades e desafios vividos para conseguir efetividade nestas ações, expressando-se, em sua maioria, questões de natureza política, ideológica e de pressupostos. Trata-se de um amplo mapeamento a respeito da temática *alianças e parcerias*, que levantou as principais questões, conceitos e lacunas existentes na bibliografia

---

<sup>3</sup> A Aliança Capoava nasceu com o desejo de contribuir tanto para a construção de um capital social que represente uma renovação permanente e positiva do ânimo pelas parcerias e/ou alianças quanto para a criação de novos modelos de avaliação de suas dinâmicas e resultados, considerando sempre a ética que deve orientar as relações inter e intrasetoriais, tendo como objetivo superior a promoção do desenvolvimento sustentável. É composta pela Ashoka Empreendedores Sociais, Fundação Avina, do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife) e Instituto Ethos.

nacional nos últimos 10 anos. Além disso, apresenta casos de referência que estimulam a reflexão e a prática no tema.

Nesse sentido, a obra traz um panorama das questões consideradas essenciais na implementação e avaliação de ações conjuntas entre ongs e empresas; entrevistas com responsáveis por cinco modelos de parcerias - ONG e Fundação Empresarial, ONG e empresa multinacional, ONG e empresa nacional, Fundação Empresarial e empresas; artigos de especialistas no assunto; resumos de 69 publicações existentes no Brasil sobre o tema.

Esta temática também é abordada por Ladislau Dowbor (2002), num estudo exploratório sobre como administrar parcerias, alianças e as mais diversas formas de organizações interinstitucional. O autor traz um olhar diferenciado que vai contra a lógica da competição e a favor da colaboração, solidariedade e transparência. Entre outros pontos, destacam-se a humanização social, isto é, a ascensão do sujeito ao nível histórico-social da humanidade, buscando formas de diminuir as diferenças, buscando um maior equilíbrio econômico e, por consequência, social; e a consciência de que o sucesso é construído na colaboração, ou seja, acreditando na força das parcerias para alcançar um objetivo maior. Desse modo, o autor sugere a superação do individualismo, através de uma postura anticapitalista que seria a colaboração.

Em relação a este ultimo ponto, Isabel Nicolau e Ana Simaens (2008) apontam que apesar das diferenças de natureza, objetivos e formas de funcionar, os setores públicos, privados e sociais têm fronteiras relativamente difusas e isso acontece não só por razões de financiamento, mas também de cumprimento de seus objetivos. Visto na perspectiva desses autores, a colaboração, através das parcerias e alianças, passa a ser um fator diferencial na dinâmica do mundo atual.

### **5.1. As parcerias como possibilidade**

Os diversos problemas sociais do Brasil representam uma condição estrutural e histórica, que demanda esforços integrados e responsabilidades compartilhadas em direção ao desenvolvimento de políticas macroeconômicas que possibilitem crescimento econômico e desenvolvimento humano e social sustentável ao país (REIS, 2007). Historicamente, é necessário que se entenda como esses problemas se estruturaram para que se possa buscar uma maior compreensão do que acontece hoje e o que pode ser feito para que o quadro mude.

Pensando assim, torna-se indispensável a compreensão dos processos que envolvem a transformação na dinâmica dos grupos civis, do estado e das empresas para que se defina a importância dos conceitos de aliança e parceria entre esses grupos e, ir além, numa análise mais profunda sobre como surgiu e o porquê dessa temática ser vista como essencial hoje, já que é cada vez mais comum se discutir sobre estes referenciais nos mais diversos ramos do nosso cotidiano.

De acordo com o dicionário Aurélio (2008), um dos mais adotados como referência na língua portuguesa, o termo parceria se refere a “*reunião de duas ou mais pessoas que visam um interesse em comum; sociedade, companhia.*”. Noletto (2004) também se refere ao termo como uma “associação” em que a soma das partes representa mais que o somatório individual de seus membros. Para ela, a parceria traz um “fortalecimento mútuo” para atingir um determinado fim.

Dowbor (2002) define parceria como uma relação horizontal na qual prevalece uma construção equilibrada de interesses articulados e se busca um avanço conjunto nas formas de colaboração. O autor alerta ainda para o papel assumido pelas novas tecnologias neste cenário, na medida em que estas são responsáveis por algumas das mudanças no próprio conceito e nas formas de gestão de parcerias. Destaca também, neste processo de parceria, os valores emergentes, como os de confiança e solidariedade, que, segundo ele, são absolutamente necessários nesta relação.

Cabe destacar ainda a dificuldade de se padronizar o entendimento do que efetivamente é uma parceria social, pois muitos acreditam que se caracteriza numa relação pontual, ou seja, baseado numa doação. Já outros acreditam numa participação mais intensa, ou seja, que envolva o desenvolvimento conjunto de projetos comuns a várias organizações envolvidas. (JUNQUEIRA *et al*, 2008).

Em termos jurídicos, o Governo Federal aprovou uma nova lei (Lei nº 9.790 de 23/03/1990) regulamentando a existência das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e nessa mesma Lei, criou o termo *parceria*, regulando as relações entre as organizações públicas e privadas<sup>4</sup>. Como continuidade desse processo, em 2004, no Governo

---

<sup>4</sup> Dados encontrados no trabalho intitulado *Evidenciação das Subvenções e Assistências Governamentais recebidas pelas OSCIPs: Uma análise empírica nos estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte*, apresentado no XIII SEMEAD -USP. Disponível no site: <http://www.ead.fea.usp.br/semead/13semead/resultado/trabalhosPDF/500.pdf>. Acesso em 10 nov 2010.

Lula, foi implementado o projeto parceria público-privada (Lei 11.079/04) como forma de provisão de infraestrutura e serviços públicos em que o parceiro privado é responsável pela elaboração do projeto, financiamento, construção e operação de ativos, que posteriormente são transferidos ao estado<sup>5</sup>.

A partir desta perspectiva, outro conceito se faz importante de ser analisado nessa conjuntura: as alianças, que surgem também como possibilidade de atuação. Na aliança, organizações que poderiam atuar de maneira independente diante de uma determinada questão, decidem fazê-lo conjuntamente, motivadas pela consciência da “magnitude” e complexidade da ação a ser empreendida, e principalmente, pela constatação de que as organizações aliadas compartilham crenças e valores, pontos de vistas e interesses que as levam a ter um posicionamento estratégico comum diante de uma determinada realidade (NOLETO, 2004). E completa:

*“A aliança deve ser vista como uma ação típica da era do conhecimento. Uma iniciativa cujo cerne reside no desenvolvimento de uma nova maneira de ver, entender e agir” (p. 15).*

As alianças oferecem oportunidades únicas para que a empresa desenvolva sua força com um conjunto amplo de parceiros que podem ser clientes, fornecedores, concorrentes, distribuidores, universidades e outras indústrias. A partir de um referencial teórico, Ruffoni e Silva (2000) caracterizaram diferentes tipos de alianças ou acordos que podem ser estabelecidos entre parceiros. Algumas destas alianças correspondem a projetos de pesquisa entre universidade-empresa (financiados pela própria empresa, com ou sem suporte financeiro público); projeto de pesquisa entre governo e indústria (projeto nacional ou internacional de pesquisa firmado entre governo e indústria com expressivo suporte financeiro do governo); cooperação para pesquisa e desenvolvimento (P&D) e Fluxo Unilateral de Tecnologia (quando há somente um fornecedor de tecnologia e um cliente que irá recebê-la).

Além do já exposto, pode-se ainda afirmar que as alianças são acordos com vista à produção de um bem ou serviço de caráter social. Os autores Nicolau e Siamens (2008) defendem essa postura relacionando as alianças com organização da Economia Social. Para estes autores, as alianças envolvem as partes de maneira mais profunda e duradoura, visto que elas terão de contribuir com recursos e competências para uma finalidade tal que seria

---

<sup>5</sup> Citação de Marlova J. Noleto (2004).

inatingível individualmente. Mais uma vez é perceptível a partir do diálogo entre estes autores, o poder fundamental da cooperação neste contexto.

As alianças podem ir além e assumir um caráter estratégico, como aquela em que a associação está voltada para a conquista de melhores posições e objetivos. (NOLETO, 2004). Nesta concepção, elas são vistas como instrumentos poderosos para alcançar os objetivos estabelecidos na missão da organização, bem como fortes potencializadoras numa transformação social.

Com base nesse traçado, realizar uma parceria ou uma aliança parece uma tarefa fácil, já que as questões parecem desenhadas de uma maneira clara. Mas, não se pode esquecer que, como nos adverte Dowbor (2004):

*“O Estado, as empresas e as organizações da sociedade civil obedecem a dinâmicas, ao que poderíamos chamar de culturas organizacionais, bastante diferentes, e olham-se frequentemente com desconfiança (...)”*(p. 12) .

Apesar de complexa, a construção dessas “articulações” é vista como necessária pelo autor citado, haja vista um desenvolvimento social articulado e conseqüentemente efetivo. Nesta mesma ideia, Matos (2007) aponta que ações isoladas de pessoas, empresas e instituições do governo são ineficazes quando se trata de buscar soluções para os problemas sociais mais complexos, que caracterizam a sociedade brasileira contemporânea, sendo necessário o envolvimento de toda a sociedade. Ressalto este posicionamento já que a temática da Responsabilidade Social diz respeito a todo um contexto social e econômico e, alterações através de ações mobilizadas por esta questão podem originar mudanças num quadro global. Para que isso aconteça, é preciso que a sociedade com um todo, ou pelo menos grande parte dela, esteja engajada e disposta a mudanças para um bem maior. Ou seja, pensar no “vizinho” e não apenas se meu prato de comida está cheio. Dessa maneira, além das parcerias entre as organizações para a implantação de projetos sociais, é imprescindível a participação da população que vivencia a questão social a ser solucionada.

Mas, nada disso é fácil. Visto como processo historicamente construído, é necessário relacionar o hoje como consequência de ontem. Assumindo as parcerias como uma saída para pensar os complexos problemas sociais que se apresentam, Fischer (2002) acrescenta que a criação e o desenvolvimento dessas alianças e parcerias não são processos lineares e fáceis, e que por isso coloca desafios para quem as opera, assim como para quem busca analisá-las, de modo a gerar conhecimentos que propiciem sua reprodução. Acima de tudo, arranjos

organizacionais mais flexíveis demandam e facilitam maneiras de pensar que transcendem estreitos domínios profissionais, de serviço ou de setor (GLEDINNING, 2003). Considerando que muitas habilidades e recursos essenciais para a organização estão fora de suas fronteiras, e, portanto, fora do controle direto da gerência, parcerias e alianças não devem mais ser vistas como opções, mas como uma necessidade.

Dowbor (2008), quando sugere as parcerias, como forma de superar o individualismo, aborda quatro macrotendências que possibilitaram o desenvolvimento do que ele denomina de “paradigma da colaboração”: 1- O conhecimento que é compartilhado e não se extingue nessa passagem; 2- conectividade por diminuir as distâncias e as barreiras da colaboração e torná-la mais rápida; 3- urbanização, pois é na cidade que a colaboração efetivamente acontece e 4- a primazia do social, devido ao deslocamento das atividades econômicas que estão cada vez mais centradas em práticas sociais como saúde, educação, cultura que envolve processos colaborativos.

Entretanto, a despeito do fato de que as organizações estão se movendo em direção à cooperação, a transição na era digital envolve muito mais que estabelecer uma infraestrutura tecnológica e requer ainda mais que apenas a habilidade de colaborar com parceiros na busca da melhoria do processo produtivo, já que nas relações pessoais pouca coisa mudou. O desafio inclui aprender a desenvolver projetos envolvendo diferentes times, de diferentes organizações, e algumas questões como fronteiras e integração social devem ser consideradas. E, ainda inclui uma questão a essa discussão: como promover integração e como o trabalho cooperativo pode ter seu desempenho aumentado?

O desafio das parcerias é, portanto, evoluir da caridade para a cidadania, da ação individual para uma ação coletiva e da ação pontual para uma ação gerencial. (Austin, 2000). É vislumbrar um espaço onde haja transformações concretas, que tragam benefício não apenas a uma camada específica da sociedade, esta que é detentora do capital, mas a um todo coletivo, em busca da real diminuição dos níveis de desigualdade social. E como ator e beneficiado dessa ação, o ser humano precisa estar sempre em primeiro plano, ou seja, no novo ambiente cooperativo produzido pelo marketing social, que rotula as empresas como cidadãs, verdes, entre outras nomeações, é necessário promover muito mais que isso.

O que se espera da vivência empresarial é uma contribuição para um diagnóstico e busca de um consenso sobre prioridades estratégicas (MARTINELLI, 2005). Isso requer dos parceiros uma verdadeira reengenharia de percepções e linhas de ação, ou seja, o que se busca

deve ser objetivo comum para todos envolvidos nas ações da empresa, desde os grandes executivos acionistas aos assalariados, desde a comunidade vizinha como aquela do outro lado do país. Nesse sentido, a formação de parcerias e alianças desempenha um papel fundamental na articulação do poder e na busca do compromisso com as mudanças (descentralização do poder) para alterar práticas e integrar ações que favorecem a inclusão social e a qualidade de vida da população.

Contudo, apesar de mais benefícios que dificuldades, algumas questões podem limitar o funcionamento de uma boa parceria social. Como aponta Dowbor (2008), existem alternativas anticapitalistas através das parcerias, na medida em que se pretende ir além do lucro, por si e unicamente. Mas, nem toda parceria assume a visão anticapitalista; pelo contrário, algumas, senão a maioria, são verdadeiramente capitalistas e veem as parcerias como forma de aumentar sua visibilidade diante do seu público-alvo.

Com base nisso uma pesquisa realizada no Brasil para o Banco Interamericano de Desenvolvimento identificou alguns erros nas parcerias analisadas, tais como: baixo envolvimento de uma parceira com o projeto falta de confiança e compartilhamento de valores, diferenças operacionais entre as parceiras e principalmente o temor de uma organização não governamental em tornar-se dependente de uma parceira e essa impor modificações na sua forma de atuar. (JUNQUEIRA et al, 2008).

Noletto (2004) também trata desse aspecto na medida em que retrata a possibilidade de uma parceria ser positiva ou não, caráter este que depende da definição clara de objetivos e atribuições e da correta identificação e seleção dos parceiros. Um ponto essencial nesta relação é a postura ética adotada ou não pelos parceiros/aliados, já que a competição, a desigualdade e o conflito de interesses são fatores que devem ser minimizados ou inexistentes nesse processo.

Percebe-se então que, nesse novo contexto, a necessidade e o nível de confiança deve ser objeto de atenção no desenvolvimento da gestão de parcerias. A consciência de que o outro, (cidadão como eu) faz parte do meu sucesso é cada vez mais perceptível. Uma dessas manifestações e foco de estudo na contemporaneidade é a Responsabilidade Social Empresarial, vista como uma das formas de como o privado pode se estender ao social, apesar de não estar disposta a abrir mão de certos valores, entra em contradição com sua própria natureza, ou seja, pensando além do lucro, vislumbrando um bem maior, mas com objetivos prioritários para a própria empresa. Coloca-se em primeiro plano, pois, como bem esclarece

Dowbor (1998) a responsabilidade social e ambiental do empresário, já não somente como simpática dimensão humana, mas como boa compreensão dos seus interesses de mais longo prazo. São os interesses sociais que são os melhores para o empresário, e não mais os interesses empresariais os melhores para a sociedade.

A gestão de parcerias aparece, portanto, não como salvação, mas como a forma mais adequada de colocar em prática a gestão social, pois como se observa na atualidade, existem ONGs e associações que trabalham com o campo social e, esta realidade, exige uma forma de gestão diferente de outras assumidas somente por empresas. Os desafios a serem enfrentados são grandes, mas com a participação de instituições, sejam públicas ou privadas, e a representação comunitária local e global, com a colaboração e meios de comunicação eficiente para um maior e melhor diálogo entre os diversos parceiros, ou seja, com uma estrutura cujo objetivo principal seja o bem-estar de todos, os ganhos podem valiosos e enriquecedores para um hoje e um amanhã melhor.

## 6. QUEM PARTICIPA E QUEM ESTÁ FORA? DIALÉTICA EXCLUSÃO-INCLUSÃO

De acordo com Scherer-Warren (2007), o conceito de exclusão social tem historicidades que merecem ser lembradas, tendo transitado ao longo de diferentes pesquisas empíricas e abordagens teóricas, como nos estudos sobre pobreza, marginalidade, estigma, discriminação, despossuídos, carência, vulnerabilidade social e outras variações. Afirma ainda que a diferentes espaços da estrutura social pode corresponder distintas formas de exclusão social e respectivas demandas por direitos, como por exemplo, em relação ao espaço estruturante da cidadania, organização econômica, trabalho e sobrevivência, a exclusão relativa diz respeito a condição de “sem trabalho”, as carências materiais ou a situação de fome. Os direitos, neste caso, corresponderiam aos sociais e econômicos, de tal forma que dessem acesso a ocupação, renda e qualidade de vida.

A exclusão não sendo apenas material, liga-se a um processo histórico de reprodução cultural da sociedade na sua relação com um “sujeito da exclusão”, com impacto na respectiva desvalorização identitária, conseqüentemente gerando processos de condenação a um legado histórico de subcidadania. Ou seja, a exclusão aborda toda uma complexidade social e tem raízes históricas que estruturam um presente facetado por relações que o fazem existir.

Ela, a dialética exclusão-inclusão, é ainda vista como sofrimento de diferentes qualidades, segundo Sawaia (2006), pois recupera o indivíduo perdido nas análises econômicas e políticas, sem perder o coletivo. Dá força ao sujeito, sem tirar a responsabilidade do Estado. Segundo ela, é no sujeito que se objetivam as várias formas de exclusão a qual é vivida como motivação, carência, emoção e necessidade do eu. É o indivíduo que sofre, porém esse sofrimento não tem a gênese nele, e sim em intersubjetividades delineadas socialmente.

E quando se fala em exclusão, fala-se também em inclusão já que a inclusão social é vista como processo de “disciplinar” os excluídos, portanto um processo de controle social e de manutenção da ordem na desigualdade social. E a continuidade desse processo de desigualdade interessa a manutenção do sistema capitalista vigente, que tem em sua base o lucro, a individualização, a exploração, a mais-valia, entre outros fatores que permitem as grandes diferenças sociais.

A produção da exclusão social, portanto, é inerente ao sistema econômico-social em que vivemos, ou seja, ao mesmo tempo em que se produz uma sociedade imergida num patamar de consumo e de padronização de comportamentos, se produz também uma exclusão aos que estão fora desse processo. Importante citar que ficam fora não por “incompetência pessoal”, mas por fatores históricos e sociais que os levam a essa posição no contexto apresentado diante dele.

Rico (2004) refletindo sobre esse processo de exclusão social, supõe o conceito de pobreza, expresso através de um parâmetro monetário, vinculado ao custo de atender às necessidades básicas no âmbito privado, ou seja, as despesas necessárias para atingir o mínimo de bem-estar considerado aceitável no país. Sendo pois, a pobreza associada a várias causas inter-relacionadas, tais como baixo nível de escolaridade, crescente expansão das atividades informais no mercado de trabalho entre outros fatores, é imprescindível destacar que a incidência da pobreza absoluta no Brasil está indissolúvelmente associada à forte desigualdade na distribuição de renda.

Felizmente, esse quadro vem mudando. Dados do IPEA (2009) evidenciam esta realidade. A proporção da população brasileira vivendo abaixo da linha de pobreza está em forte queda desde 2003. Isso ocorre qualquer que seja a linha usada, mas acontece mais acentuadamente usando linhas mais baixas. Usando a linha de meio salário mínimo de 2009, a pobreza caiu a 64% do seu valor de 1995 (não chegou a cair à metade); já usando a linha de R\$ 50 de 2004, a pobreza caiu a 44% do valor de 1995. Não apenas há menos pobres, como as pessoas que ainda o são, são menos pobres.

Desse modo, naturalizar a pobreza é assumir que não se tem nada a ver com ela, que as coisas são assim pelo simples fato de ser, por desmerecimento pessoal e, portanto a causa fica atrelada a noção do indivíduo e não de um coletivo historicamente construído. Ao contrário, a pobreza bem como a desigualdade tem causas sociais claras e evidentes de uma sociedade marcada por acumulação financeira de poucos e descaso público. Mas o que tem a ver a exclusão/inclusão social com as ações de Responsabilidade Social? Estariam então as empresas, principalmente aquelas que promovem essas ações, preocupadas com essa transformação social necessária ao país, buscando a inclusão dos indivíduos que estão a margem do sistema capitalista predatório? Ou não?

Como dito anteriormente, as parcerias parecem ser uma forma de enfrentamento da exclusão social, na medida em que possam agregar experiências inovadoras que sirvam de

referência para a elaboração das políticas sociais (GUIMARÃES, 1999). Estudos mostram que as empresas socialmente responsáveis conseguem assumir uma grande vantagem competitiva em relação às demais, uma vez que assume o papel de corresponsabilidade no enfrentamento da desigualdade e da exclusão social.

A tendência é, portanto, a de operar políticas compensatórias para a pobreza e para os excluídos selecionados sob o critério de renda, já que a dimensão social está submetida à dimensão econômica, guiado por um sistema neoliberal, onde o que se oferece a título de proteção social é migalha e os problemas sociais parecem mais evidentes. O apelo à inclusão indica a necessidade de compreensão de uma antiga questão: as desigualdades sociais, um dos aspectos da crise da sociedade de classes.

É nesse contexto que a iniciativa privada se vê pressionada a ampliar o seu conceito original, investindo em áreas em que o Estado é insuficiente, tais como educação, saúde, procurando tornar-se mais produtiva e competitiva (BUENO et al, 2002 *apud* ARAUJO, 2006). Mas, a favor de quem está a Responsabilidade Social guiada pelas empresas: da comunidade que está à margem do sistema capitalista ou da própria empresa? Como bem adverte Araujo (2006) há que se ter claro que é arriscado para uma empresa prosperar no meio da miséria. Não há ricos sem pobres, não há dominantes à custa da exploração do trabalho sem que hajam explorados.

Mas por que, então, o maior investimento das grandes corporações está na educação? Há uma decisão de caráter subjetivo, que envolve crença e valores da empresa e constitui o pano de fundo dessa escolha. Assumir tarefa do Estado significa que a política pública passará a ser gerida de forma descentralizada sem possibilidade de planejamento global. Por não existir um indicador que revele a ação social realizada pelo ente privado para o bem-estar público, a decisão da aplicação do recurso privado parte unicamente de seu interesse estratégico no contexto corporativo.

Neste sentido, planejar ações sociais através de bons projetos não corresponde exatamente a uma ação de transformação de um dado contexto social em benefício da comunidade. A exclusão e a inclusão são facetas de uma mesma moeda, visto que a ação que inclui faz parte de um sistema que exclui, ou seja, a empresa socialmente responsável inevitavelmente produz impacto social porque este fato está intrínseco ao sistema capitalista de produção. E, na tentativa de incluir, as empresas recorrem a ações que ao mesmo tempo lhes deem visibilidade e um patamar acima na concorrência.

O discurso da exclusão segundo Martins (*apud* Yamamoto, 2004) é expressão ideológica de uma práxis limitada da classe média e não de um projeto anticapitalista e crítico, cujo desafio é tornar a sociedade beneficiária da acumulação. Considera a exclusão social:

*“um sintoma grave de uma transformação social, que vem, rapidamente, fazendo de todos os seres humanos descartáveis, reduzidos à condição de coisa, forma extrema da vivência da alienação e da coisificação da pessoa, como já apontava Marx em seus estudos sobre o capitalismo”* (MARTINS, 2002:20)

Como cita Sawaia (2010), a transformação social não se dá pela derrubada do tirano. Ela requer, sobretudo, ações diferentes e combinadas para combater as relações de servidão. Não basta, portanto, uma única e isolada ação. A exclusão nomeia um processo de degradação de relações sociais, para tanto, a análise dela precisa ser contextual. Por exemplo, ver como funciona hoje a empresa, como se desfazem as solidariedades, na maior parte dos casos, mostra o excluído como um *desfiliado*, parafraseando Castel (2008). Ou seja, sua trajetória é marcada por uma série de rupturas em relação a estados de equilíbrio anteriores, a proteção que pareciam assegurar sua inclusão no sistema reluz na verdade uma exclusão desse mesmo mundo, pois dele faz parte, mas não opina nem detém poder para transformá-lo a seu modo.

Sendo um traço próprio do capitalismo excluir, desenraizar para incluir de outro modo, segundo suas próprias regras (RAICHELIS, 2006), o problema é que o período de passagem do momento da exclusão para o momento da inclusão está se tornando num modo de vida, está se tornando mais do que um período transitório. Delineia-se pois, uma sociedade constituída pela relação de mercadoria, onde o ser humano é *coisificado*, ou seja, uma sociedade que inclui no aspecto econômico e, exclui no aspecto social.

Portanto, a inserção da qual fala a Responsabilidade Social Empresarial parece estar ligada a uma melhora das condições de vida de seus “beneficiários” sem, no entanto, transformá-las. Permite apenas que se viva melhor onde está, através de uma política de inclusão àqueles que foram historicamente excluídos pelo próprio sistema.

*“Nós não temos a ingenuidade de acreditar que as pequenas equipes locais, mesmo numerosas, têm a capacidade para resolver problemas profissionais, culturais e sociais dos jovens.”* (SCHWARTZ, 1981).

As ações de inserção são, essencialmente, operações de reposição para preparar dias melhores. As avaliações que se podem fazer hoje, dessas políticas mostram que essas

situações foram instaladas e que o provisório se tornou um regime permanente. Toda a tradição da ajuda social vai, aliás, nesse sentido. Ela se desdobra caracterizando “populações-alvo” a partir de um déficit preciso (CASTEL, 2008).

Não se pode esquecer, nessa discussão, que quando se fala em sujeitos que estão “à margem do sistema”, considera-se que no novo capitalismo essa concepção está associada à natureza das coisas e à responsabilidade pessoal. Portanto, a “ajuda” social é bem-vinda aos olhares dos que apoiam esta ideia. Ao mesmo tempo, é importante mostrar outra compreensão, a de que há sim uma ordem social injusta e, por consequência disso, existem as grandes diferenças econômicas e sociais. E, é essa última, a ideia defendida nesse estudo.

Sendo assim, acredita-se que a justiça e a compreensão de um todo social são elementos básicos para garantir o caráter sustentado do desenvolvimento social. Como bem cita Tedesco (2002), a justiça social está intimamente ligada ao fortalecimento da dimensão política da sociedade e, em particular, da democracia, porque, segundo o autor, somente com um forte sentido de pertinência coletiva é possível aceitar a ideia da redistribuição direta dos bens. E, esse coletivo só terá sentido quando for aceito o fato de que minhas atitudes interferem na vida do outro e da minha comunidade.

Há então uma necessidade de se trabalhar em função de uma mudança de percepção, rumo a uma política de ampliação da participação e para o fortalecimento das diferentes categorias sociais. (SCHERER-WARREN, 2007). Mantendo um olhar crítico diante dos problemas sociais que assolam maior parte da sociedade brasileira e buscando assim ferramentas para lidar com elas, almejando um espaço digno e justo: esse é o caminho que precisa ser ao menos pensado como alternativa aos novos e melhores tempos.

## 7. PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA: BASE PARA UM OLHAR CRÍTICO DAS QUESTÕES SOCIAIS

O ser humano está rotineiramente permeado por relações e, partindo desta concepção, surgem diversas teorias na tentativa de explicar a capacidade de individualização do ser num dado contexto social. Se tomarmos Vigotski (*apud* Wertsch et al., 1998), notamos que o desenvolvimento humano envolve processos mutuamente constitutivos de imersão na cultura, bem como o surgimento simultâneo de individualidade única no contexto da prática social. Assim, subentende-se que o ser humano é socialmente construído.

Para tanto, o **outro** exerce papel fundamental, pois como cita Vigotski (*apud* Wertsch et al, 1998), é a partir do outro que eu me desenvolvo, já que a chave para entender a formação individual está no “drama” que acontece entre as pessoas. Compreendendo, pois, a relevância das relações sociais na constituição do sujeito desta forma, é interessante também observar o modo como o indivíduo concebe a realidade e se insere nela.

É através do trabalho - categoria indispensável à vida - que o indivíduo se apropria do mundo e o transforma, exercendo papel ativo e ao mesmo tempo limitado, visto que ele não se reconhece no produto deste trabalho. Isso se justifica porque, como afirma Marx (2008), o trabalho quando fixado a um objeto, se faz coisa, externo e estranho a ele mesmo. Unido a objetivação, o mesmo autor traz conceitos como estranhamento (impossibilidade de me reconhecer na objetivação), alienação, exteriorização, os quais se referem a relação indivíduo-trabalho-produto.

Dentre outras formas, o trabalho é visto como transformador da natureza nos bens necessários a reprodução social, entretanto o produto deste é somente reconhecido pelo outro. Lessa (2002) ressalta ainda que, ele (o trabalho) existe apenas no interior do ser social, assumindo um caráter exclusivo do mundo dos homens. Entretanto, não podemos considerá-lo como uma categoria capaz de resumir o amplo espectro da atividade humana, tampouco permite que dele sejam deduzidas todas elas.

Isso fica mais claro quando observamos o cotidiano, aqui tomado não como sinônimo de diário, habitual, mas adotado como um conjunto de atividades que caracterizam a reprodução do homem concreto, este que cria a possibilidade da reprodução social (HELLER 2002).

É na vida cotidiana que o indivíduo constrói a memória e a consciência coletiva (FURTADO, 2009). Além disso, é no cotidiano que o homem se reproduz na medida em que desenvolve uma função social, ou seja, uma adaptação a um mundo já existente, onde procura conservar-se e dar prova de sua capacidade vital (HELLER, 2002). Outro aspecto aludido pela autora corresponde à apropriação da *genericidade* (homem é homem). Referente a esta questão, a autora cita que o homem é um ente genérico e, portanto, ser social. Mas, ressalta que a consciência dessa genericidade pode ou não converte-se em motivação para os próprios atos, de modo que esta consciência pertence a vida cotidiana. Assim, o indivíduo se objetiva, forma seu mundo (ambiente imediato) e, ao mesmo tempo, forma a si mesmo, sem esquecer que isso se dá num dado momento histórico.

Este caráter de objetividade, contudo, é comum a todo ser, não importando se este é o ser social ou ser natural. O trabalho humano se distingue, no entanto, por ser um trabalho consciente e subordinado a um fim, seja este um desejo próprio ou não. Temos então, a consciência entre as necessidades do homem e a atividade exercida por ele e, à reprodução concreta (material) como prioridade ontológica no ser social. Como cita Augusto (1999), o ser social é formado por questões contraditórias: homem/natureza; fins/meios; objetivo/subjetivo. E é essa lógica que faz do ser um complexo, norteado por tensões de caráter provisório, já que sua constituição é historicamente formada.

A realidade, pois, seja vista pelo polo objetivo ou pelo subjetivo, não é uma construção imanente, mas um processo historicamente determinado (FURTADO, 2002). E como tal, denota que o ser faz parte de uma sociedade, num determinado tempo e, admite-se, em contrapartida, que assume características dinâmicas as quais perfazem o seu contexto. Ele é sujeito e sujeitado pelo meio que o constitui. Neste sentido, não podemos compreender o contexto social sem olhar para os sujeitos que o constitui, nem tão pouco, analisar a subjetividade como fenômeno que se encerra em si mesmo, ignorando a dimensão social da própria subjetividade. Citando Lukacs (1999):

*“... imagino a ontologia como a verdadeira filosofia baseada na história. Ora, historicamente, é indubitável que o ser inorgânico aparece primeiro e que dele – não sabemos como, mas sabemos mais ou menos quando – provém o ser orgânico, com suas formas animais e vegetais. E desse estado biológico resulta depois, através de passagens extremamente numerosas, aquilo que designamos como ser social humano, cuja essência é o pôr teleológico dos homens, isto é, o trabalho. Esta é a categoria nova mais decisiva, porque compreende tudo em si.”*

O autor nos remete a especificidade do ser social fundada na forma do trabalho. Mais uma vez, o trabalho apontado como categoria constituinte do ser social. É importante, contudo, ressaltar que a consideração marxiana acerca do modo de produção não se restringe ao campo dos interesses econômicos, mas se eleva à elucidação da autoprodução do homem como ser social e, como ser social que dá respostas às questões de sua vida prática.

Nesse caminho, Marx (2003) afirma que o modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento não só da vida social, mas também da vida política e intelectual em geral. Preconiza ainda o reconhecimento da produção da vida material como elemento primário e determinante da organização social, fazendo a ressalva de que esta não significa a simples transposição especular de sua lógica à esfera das formações ideais, pois segundo o mesmo autor “não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência”.

Podemos pensar, portanto, sob o olhar marxista, a consciência como uma construção a partir de um contexto social, notadamente marcado por condições históricas, políticas e econômicas, que perpassam a vida cotidiana. Assim sendo, contextualizamos a atividade e a consciência como categorias de grande importância para a análise do ser social.

Como, enfim, esse ser social se coloca no mundo? De maneira crítica, tentando muitas vezes reavaliar seu papel na sociedade, ou de maneira “conformista” e alienada, reproduzindo posições. Na sociabilidade posta pelo mundo do capital, o indivíduo se mostra incapaz de enxergar além do que os olhos permitem, além do sentido do ter. Isso permite a manutenção dos padrões existentes. Entretanto, no momento em que se efetuam transformações na base material da produção social, a partir de uma mobilização crítica, percebem-se também mudanças no modo de viver, refletir e apreender a vida. Afinal, a base material em que se assenta a sociedade, é produto do trabalho humano e como tal, sua "natureza" é social.

Nesse ínterim, a consciência está, como citam Furtado e Svartman (2009), para além de sua expressão individual, e nos constitui, ao mesmo tempo, como indivíduo e como ser social. E é dessa maneira, agindo coletivamente, observando o mundo com olhar diferenciado, um mundo repleto de sentidos e significados, que podemos transformá-lo e, conseqüentemente, transformar a nós mesmos.

Seria necessário reverter o movimento que levou a limitar a análise psicológica à conduta, isto é, ao comportamento enquanto observável, e dirigir de novo o olhar e a

preocupação à “caixa preta” da consciência humana (MARTIN-BARÓ, 1996). Nessa direção, Aguiar (2009) destaca as contribuições de Vigotski (1998), ao afirmar que, além de possibilitar a descrição e a explicação das funções psicológicas superiores: pensamento, linguagem, consciência, vontade, a Psicologia deveria também guiar-se pelo princípio da gênese social da consciência.

Toma-se aqui consciência, de acordo com Aguiar (2009), por um sistema integrado, numa processualidade permanente, determinada pelas condições sociais e históricas, que num processo de conversão se transformam em produções simbólicas, em construções singulares. Do mesmo modo, Furtado e Svartman (2009) apontam para a consciência como a conceituação mediada e imediata do mundo e das pessoas, composta por signos, que se expressam por meio da linguagem.

É a partir, pois, desta formação singular, na qual se permite a diferenciação entre eu e o outro, que se faz necessária a Psicologia (BOCK, 2009). A partir desta perspectiva, a Psicologia Sócio-Histórica se monta como um interno voltado ao olhar externo, pois, como descreve Bock (2009), são dois aspectos de um mesmo movimento, num processo onde o homem é visto como ser ativo, que constrói e modifica o mundo e é modificado por ele. A constituição do sujeito é vista, pois, como resultado de um processo de “conversão” do social no individual, sem que indivíduo e sociedade mantenham entre si uma relação isomórfica (AGUIAR, 2009).

Olhando desta forma, não há como analisar o indivíduo inserido num dado contexto, sem entender o próprio contexto que o constrói. Para tanto, faz-se importante entender a categoria trabalho como atividade consciente de transformação do mundo, para assim entender o sujeito inserido neste cenário, onde as transformações ocorrem. É a atividade que, segundo Furtado e Svartman (2009), garante que o processo entre o externo e o interno no sistema psicológico tenha base material e que o externo, seja preponderante nessa relação.

*“O mundo resultante do trabalho humano já não é um mundo meramente natural, mas é um mundo social e histórico, repleto de sentidos e significados construídos nos atos coletivos da produção.” (FURTADO, 2009.p.84).*

A esse respeito, Araújo (2007) defende que é a atividade humana que produz história e cultura, ou seja, o trabalho. É essa transformação consciente da natureza que se define como trabalho e, é esta categoria que mobiliza o homem em sociedade.

Manter a visão do ser ativo, construtor da realidade que o constrói, historicamente e socialmente é o foco da Psicologia Sócio-Histórica, propiciando um saber crítico, que possibilite intervenções psicológicas na direção da construção do sujeito de direitos e da transformação social (KAHHALE; ROSA; 2009). É a partir deste enfoque que se pretende guiar este estudo, na medida em que se analisa um contexto marcado pela problemática social existente hoje no país, tomado pela fraca atuação ou inexistência das políticas sociais e forte presença dos projetos sociais construídos pelas empresas.

## 8. MÉTODO

O que é pesquisa? O que pesquisar? Como proceder? Esses questionamentos surgem na medida em que buscamos ingressar na vida acadêmica e nos tornar pesquisadores, focalizando a partir de então normas e procedimentos a serem seguidos neste processo, centralizando um objeto e mantendo uma proposta eficaz para que a pesquisa discorra de modo planejado.

Como assinala Luna (1996), a metodologia é um instrumento poderoso porque representa e apresenta os paradigmas de pesquisa vigentes e aceitos pelos diferentes grupos de pesquisadores. No mesmo contexto, Demo (1992) traz a ideia de metodologia como “expediente de questionamento criativo” e não como solução, na medida em que permite opções mais seguras de acordo com a consciência que se tem da marca aproximativa do que seria científico.

Além disso, na busca da verdade através do poder explicativo das teorias, a metodologia deve ser também definida em um contexto teórico-metodológico, visando a produção de conhecimento novo. (LUNA, 1996). Desta forma, pesquisar não parece uma tarefa nada fácil, visto que critérios precisam ser seguidos e o pesquisador, sendo ativo, precisa assumir o papel de intérprete da realidade pesquisada. O mesmo autor ainda assinala que:

*“... pesquisa é sempre um elo de ligação entre o pesquisador e a comunidade científica...” (p.24)*

A partir disso, ressalta-se que o cientista, dentre eles o social, aborda sua prática através de pressupostos explícitos ou implícitos sobre a natureza do mundo social analisado e ainda, percebe a maneira pelo qual esse contexto pode ser investigado. Ressalta-se pois, que o pesquisador, localizado num determinado paradigma, vê o mundo a partir de uma ótica específica.

O termo paradigma portanto aqui usado, refere-se aquilo que dá unidade ao trabalho de um determinado grupo de teóricos, enfatizando o que há de comum nas diferentes perspectivas (BURREL; MORGAN, 1979). Como tema em pauta na disciplina referida, e definido segundo Guba (1990 *apud* Mazzotti, 1996) como conjunto básico de crenças que orienta a ação (“investigação disciplinada”), caracterizado segundo três dimensões

(ontológica, epistemológica e metodológica), a noção de paradigma se revela de maneira complexa e profunda.

A partir da dimensão ontológica, também apontada por Burrell e Morgan (1979) e depois por Mazzotti (1996), busca-se compreender a essência do fenômeno sob investigação, ou seja, a natureza do cognoscível. Na dimensão epistemológica, são reveladas as bases do conhecimento, bem como a relação conhecedor e conhecido. E, por fim, a dimensão metodológica, que denota as formas de investigação e obtenção de conhecimento sobre o mundo social, isto é, como o conhecimento é construído pelo pesquisador, quais as ferramentas e instrumentos estabelecidos pelo paradigma seguido.

Outra autora que trata desta questão é Maritza Montero (1998) cuja discussão se enquadra na noção de paradigma para a Psicologia Social. Para ela, o paradigma estabelece critérios para a elaboração das ferramentas apropriadas na construção da pesquisa e, encontra-se dividida em três tipos: como modelo filosófico ou epistemológico, como modelo metodológico (um novo modo de ver a realidade analisada e modos de atuar para resolver o problema em questão) e ainda, como modelo de logro científico.

Neste caso, o paradigma é usado para referir-se a uma concepção metafísica, como modo de interpretar o mundo de acordo com um olhar embasado teoricamente. Portanto, entende-se paradigma como um modelo constituído por um conjunto de ideias que apresentam relações e interpretações acerca da atividade humana, de seus produtos, de sua gênese, de seus efeitos sobre os seres humanos e sobre a sociedade, assinalando modos de fazer para conhecê-los (MONTERO, 1998).

Ainda nessa discussão, uma interpretação de interesse para o campo da Psicologia é a de Kuhn (1979) para o qual a ciência normal é mantida por paradigmas compartilhados.

*“ Um paradigma é aquilo que os membros de uma comunidade partilham e, inversamente, uma comunidade científica consiste em homens que partilham um paradigma” (KUHN, 1979, p. 219).*

Desse modo, o paradigma é definido de maneira circular, onde a construção do conhecimento é dada em conjunto e não individualmente, ou seja, compreendida como atividade compartilhada. O paradigma governa, pois, um grupo de praticantes de ciência e não um objeto de estudo e é usado em dois sentidos distintos: (1) como crenças, valores etc.

compartilhadas pelos membros de uma comunidade (sentido sociológico); (2) como soluções concretas usadas como modelos ou exemplos (KUHN, 1979).

Nesta reflexão, a comunidade científica para Kuhn (1979) é formada pelos praticantes de uma comunidade científica que foram submetidos a uma iniciação profissional e educação similares, educação esta essencialmente voltada á aprendizagem por meio de problemas, a qual denota um tipo de “conhecimento tácito” – aquele que se aprende fazendo e não simplesmente adquirindo regras de como fazer.

A partir desta análise, surgem, pois algumas questões: como efetivarei a pesquisa na prática? Como devo proceder para que meu trabalho seja reconhecido? Não busco aqui respostas simples, mas abrir uma reflexão sobre a construção do pesquisador e sua tarefa. Uma das possibilidades é o bom uso dos argumentos, de tal modo que justifique o tema a ser pesquisado. No caso, por que pesquisar responsabilidade social? O que me desperta esse desejo? É importante também esclarecer os meios que usarei para alcançar os meus objetivos.

Para efetivar-se uma pesquisa então, é necessário que alguns elementos básicos, como a formulação de um problema, a seleção das fontes de informação, a definição do conjunto de ações, estejam claros para o pesquisador, visando assim, uma efetivação criteriosa do estudo científico.

Referindo-se, pois a pesquisa, Gomes (1996) a destaca como um empreendimento de risco, alicerçado na retórica e, que deve ser entendida como uma forma necessária e indispensável para o desenvolvimento de uma maneira de pensar criticamente, portanto necessária a qualquer prática. Para ele, a pesquisa é antes de tudo uma imposição ética, ou seja, encontra-se estabelecida por um conjunto de normas e princípios que norteiam a boa conduta do ser humano.

O trabalho de pesquisa é uma construção coletiva, onde o que vai fazer sentido é a unanimidade do grupo para que os conflitos, que venham a acontecer, sejam minimizados. Destarte, a ideia de confiabilidade deve permear todo o trabalho científico: confiabilidade em si mesmo como pesquisador, em seu produto e no grupo a qual pertence, de modo que a pesquisa mantenha seu caráter objetivo e científico.

Assumindo essa postura, posso delimitar meu campo de análise mediante a teoria usada pelos meus aliados, no caso a Sócio-Histórica, e a partir dela, buscar solidificar meus conhecimentos, rompendo com uma tradição classificatória e estigmatizadora da ciência.

Manter a visão do ser ativo, construtor da realidade que o constrói, historicamente e socialmente, é o foco da Psicologia Sócio- Histórica, propiciando um saber crítico, que possibilite intervenções psicológicas na direção da construção do sujeito de direitos e da transformação social. (KAHHALE; ROSA; 2009).

Desta forma, buscarei um olhar diferenciado sob os aspectos que serão analisados, tentando evitar um reducionismo da questão: Seria apenas analisar a responsabilidade social (tema de pesquisa) e seus efeitos? Ou também analisar o processo como ela foi construída? Ou ainda: como o tema assumiu um espaço relevante na sociedade hoje? A luz da teoria, não exigirei apenas um olhar sobre o objeto de estudo, mas também uma visão sócio-política da realidade no qual meu objeto está inserido.

Mas onde se encaixa a sócio-histórica como reflexão na pesquisa? Montero (1998), num diálogo sobre a Psicologia Social na América Latina, se refere ao caráter histórico da Psicologia, no momento em que afirma que a Psicologia deve reconhecer-se como ciência histórica, cujo objeto de estudo estaria constituído por fatos culturais além de “especialmente ancorados”. Aponta ainda que os fenômenos psicossociais se deem em realidades específicas, portanto, defende que teoria e método estão relacionados com as mudanças socioculturais observadas, fato que segundo a autora, supõe a imprevisibilidade da conduta humana e a não-existência de uma única verdade, já que a Psicologia como outras ciências, busca o conhecimento, este que é histórico e transitório.

Julgo necessário ressaltar que, como observado na fala de diversos autores, há na Psicologia hoje uma multiplicidade de teorias conflitantes e coexistentes, não havendo, portanto, uma teoria hegemônica ou um “paradigma vencedor” (CARONE, 2007). Ou seja, não quero aqui defender o método adotado pela Sócio-Histórica como o melhor, mas como uma entre várias opções para enxergar a realidade e analisá-la. Usando mais uma vez as ideias de Kuhn (1979), ao passo que descreve paradigma como “via principal de aprendizado das ciências”, a questão é remontada a partir da inferência de que não basta apenas conhecer a teoria paradigmática, mas ir além, mostrando como o saber se efetua na prática.

Sendo assim, parte-se do pressuposto de que um método envolve não somente critérios, mas uma concepção de mundo, uma concepção de homem (parte deste mundo) e uma concepção de conhecimento.

*“Para além de uma visão instrumental do método, entende-se que a abordagem do real para conhecê-lo revela uma determinada compreensão do que é a realidade e o homem na sua compreensão com ela” (GONÇALVES, 2009, p.113).*

Analisando deste modo, a questão metodológica é percebida como indissociável de uma abordagem ontológica e epistemológica, de maneira tal que, como aponta Gonçalves (2009), não se deixe de lado as questões relativas a compreensão do “SER”, bem como aspectos relativos à concepção de sujeito. Aqui se inclui, portanto, a noção de historicidade, isto é, entende-se que os pressupostos que embasam m método são historicamente produzidos, expressando questões concretas presentes na vida material do homem.

Corroborando com essa postura, Aguiar (2009) citando Vigotski (1998) evidencia a não existência de um método alheio a uma concepção de realidade, de relação homem/mundo. Defende-se pois, o homem constituído numa relação dialética com o social e a história, ou seja, um homem que se distingue da realidade social, não se dilui nela. Enfim, o papel do pesquisador consiste em explicar a realidade, em ser produtor de um conhecimento e não simplesmente em descrevê-la. Corresponderia, portanto em assimilar o diverso (homem e mundo) dentro de suas possibilidades de análise.

*“... a pesquisa deve ser vista como um processo construtivo/interpretativo”  
(GONZÁLEZ REY, 1999, p.39).*

A partir disto, entende-se a pesquisa como construção do pesquisador, partindo da ideia de que o homem (sujeito analisado) é síntese de múltiplas determinações e o que deve ser apreendido na pesquisa é o seu movimento, o processo de constituição do ser. A luz desta perspectiva, acredita-se que o individuo, apesar de ser único, contém a totalidade social e a expressa nas suas ações, pensamento e sentimentos. Por esta razão, se faz coerente a análise da realidade social a partir deste paradigma, já que pretende-se aqui assimilar o indivíduo inserido num dado contexto, como ser ativo, que constrói, modifica o mundo e é modificado por ele.

## 8.1. Tipo de estudo

As ciências humanas dispõem de uma gama de opções de métodos legitimados para a pesquisa qualitativa, como, por exemplo, a análise do discurso, a etnografia, a etnologia, a pesquisa-ação e a pesquisa-participante. Para trabalhar o tema, será necessária uma metodologia que permita analisar de maneira profunda e crítica, o material produzido por empresas que assumem publicamente o seu compromisso com a temática da Responsabilidade Social.

O presente estudo, portanto, qualifica-se também como descritiva por apresentar, como o próprio nome expõe, como escopo principal, a descrição de determinado grupo, população ou fenômeno. A pesquisa terá uma abordagem qualitativa, na medida em que permite a obtenção de dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com a situação objeto de estudo.

De acordo com Neves (1996), neste tipo de pesquisa é frequente que o pesquisador procure entender os fenômenos, segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada e a partir disso, situe sua interpretação. Em função disto e para fundamentar o procedimento metodológico escolhido, para a coleta de dados, será utilizado um rastreamento nas informações disponibilizadas pela empresa, num estudo de caso, no que se refere as ações de Responsabilidade Social guiadas por elas, abordando um projeto social voltado a educação de jovens, a fim de atingir o objetivo principal deste estudo.

A escolha dos jovens para o presente estudo se justifica porque são eles que, efetivamente, pressionam a economia para a criação de novos postos de trabalho e constitui-se em um público-alvo de uma gama de estratégias necessárias e/ou intencionais (marketing, mídia, indústria de consumo e de lazer) da contemporaneidade. Desse modo, projetos sociais dispostos e comprometidos a possibilitar “transformações” a essa parcela da sociedade podem ser de grande relevância para modificações maiores no contexto social brasileiro.

Prefere-se neste estudo discutir as relações entre as múltiplas determinações dessa "realidade" em suas relações com a atividade educacional em nosso país o que também não significa mergulhar na análise das práticas educativas empíricas para o estudo do fenômeno educativo em sua objetividade concreta. Significa entender as relações destas práticas educativas com um contexto maior, ligado a outras dimensões sociais, como trabalho, visto

que a realidade social é entendida como um conjunto ou totalidade de estruturas autônomas que se influenciam reciprocamente (KOSÍK, 1976).

No caso da Psicologia Sócio-Histórica, buscar-se-á nesses conteúdos, a expressão de configurações psicológicas, sempre compreendendo que tais configurações se apresentam como construções sociais e materialmente construídas (FURTADO, 2007). A definição de sujeito aqui abordada diz respeito à conexão da sua singularidade com sua condição de ser humano genérico e produtor da história, ou seja, um método que concebe uma concepção de realidade, de relação homem/mundo.

## **8.2. Aspectos éticos e procedimentos**

Na realização desta proposta de investigação, o caminho percorrido teve por princípio considerar a necessidade de desenvolver o conhecimento ancorado nos significados e valores éticos no qual o objeto está inserido. Isto significa que, ao analisar o material, é fundamental considerar o momento histórico que as engendram, o que implica desnudar a realidade conectando suas partes com todo o contexto que cerca o objeto de estudo.

Pensando assim, a coleta de dados buscou abranger o máximo de expressões contidas nos materiais publicados pela instituição escolhida, a qual afirma adotar a Responsabilidade Social Empresarial como prática em sua rotina. O estudo de caso busca dar ênfase ao projeto social que envolve jovens (15 a 24 anos), a fim de aprofundar como o discurso empresarial se relaciona às categorias trabalho e educação, objetivo deste trabalho.

O material utilizado foi de acesso público, fazendo-se assim desnecessário o encaminhamento à instituição de uma Solicitação de Autorização para Pesquisa (SAP), e um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), documentos que seriam imprescindíveis numa pesquisa de campo onde indivíduos participam diretamente da coleta dos dados, dados estes que visam sustentar a pesquisa.

Até muito recentemente, não havia no Brasil, uma preocupação institucional com os aspectos éticos da pesquisa. O pesquisador era o único árbitro da adequação ética de sua pesquisa. Novos tempos e o despertar da cidadania fazem com que os pesquisadores justifiquem eticamente seus procedimentos, principalmente no que diz respeito a pesquisa com seres humanos (HUTZ, 1999).

De acordo com o mesmo autor, três princípios morais fornecem uma base e parâmetros para a conduta ética na pesquisa: a beneficência, que envolve a maximização dos benefícios e a minimização de danos; o respeito ao dito e a justiça (ligada ao valor moral da distribuição equitativa de benefícios e custo sociais). Desta maneira, ser ético numa pesquisa neste formato é ser fidedigno com o material estudado, buscando uma interpretação crítica a partir da pura análise dos dados, evitando assim uma postura tendenciosa e manipuladora.

### **8.3. Análise dos dados**

A análise dos dados, coletados através de material publicado pela instituição escolhida que afirma adotar a Responsabilidade Social Empresarial como prática em sua rotina, enfatizando o projeto social que envolve jovens (15 a 24 anos), foi realizada segundo Bardin (2011), a qual substanciou a descrição e a interpretação dos dados descritivos, visando melhor compreender as informações coletadas, ampliando o conhecimento sobre o tema da pesquisa e respondendo aos questionamentos que deram origem à investigação.

De acordo com a autora, o material de publicação, o “texto” possui a vantagem de ser curto e preciso, ao mesmo tempo que constitui um sistema fechado e acabado em si próprio. Pode, desse modo, servir de base a uma análise e parece suficientemente denso para que tal análise seja rica. Qualquer análise de conteúdo, cita Bardin (2011), visa não o estudo da língua ou da linguagem, mas sim a determinação mais ou menos parcial do que chamaremos as condições de produção dos textos, que são o seu objeto. Nesta perspectiva, o que tentamos caracterizar são estas condições de produção e não os próprios textos. O conjunto das condições de produção constitui o campo das determinações dos textos.

Assim sendo, o que se procura estabelecer quando se realiza uma análise é uma correspondência entre as estruturas semânticas ou linguísticas e as estruturas psicológicas ou sociológicas dos enunciados. A análise de conteúdo reside, portanto, na articulação entre a superfície dos textos, descrita e analisada e os fatores que determinam estas características, deduzidos logicamente.

É importante ressaltar que, a partir de um olhar sócio-histórico, as “falas” serão organizadas em núcleos e posteriormente, articuladas com o processo histórico que as constitui, para aí sim explicitar como o sujeito transformou o social em psicológico e assim constituiu sentidos (AGUIAR, 2009).

Falar de metodologia nos remete a explicar de forma minuciosa, detalhada e rigorosa, toda ação desenvolvida no método (caminho) do trabalho de pesquisa. Para tanto, entender claramente os objetivos e como fazer para atingi-los é essencial neste processo, já que através de procedimentos bem escolhidos é que buscamos fazer ciência.

Retomando historicamente o percurso da metodologia na Psicologia, Silvia Lane traz a Psicologia Social como eminentemente experimental, de tal maneira que os fatos sociais eram analisados por experimentos de pequenos grupos. Mas como a Psicologia poderia dar subsídios para uma transformação social? Essa questão inquietava alguns profissionais da área nos anos 50 e repercute até os dias atuais.

A proposta era se chegar a uma revisão crítica dos conceitos (LANE, 1995), ou seja, utilizar dados da realidade para além de exemplos da teoria aplicada. Aprofundamentos dessa ordem aconteciam em todo o mundo, e Kurt Lewin traz uma nova percepção: entender, do ponto de vista cognitivista, como as pessoas funcionam. A linguagem agora seria tomada como mediação, como *“algo dinâmico construído historicamente pela sociedade”*. Escutar a demanda das pessoas e buscar a emancipação popular através da superação da dicotomia subjetivo-objetivo sintetizava a visão política do período.

Autores como Martin Baró, Vigotski, Leontiev, traçaram base para uma Psicologia Humana social (toda psicologia é social), crítica e transformadora, cuja análise dialética da realidade permitisse superar a contradição entre teoria e prática. Marx (1982) abre a discussão metodológica referente aos elementos de análise da economia e se aprofunda em questões relativas à transformação da natureza, às relações de classe, à formação da consciência (*“É o seu ser social que determina sua consciência”*), entre diversas outras, questões estas que nos remete a seguinte interrogação: De que maneira as condições históricas gerais afetam a produção (sujeito social) e qual a relação desta com o movimento histórico geral?

Ainda parafraseando Marx (1982), considera-se relevante a relação dialética entre o abstrato e o concreto, num processo analítico para desvelar e sair da superfície. Dessa maneira, na prática, buscar os determinantes através da história verbal é uma das formas de se chegar à base concreta do fenômeno, ou seja, é conceituar (abstração que eu produzo para interpretar a materialidade) a realidade para interpretar a própria realidade, desmontando do complexo para o mais simples a fim de compreender o processo em sua totalidade.

Mas enfim, de que trata a dialética? A dialética trata da “coisa em si”, da realidade vivida e construída, do sujeito que age objetiva e praticamente, de um indivíduo histórico que exerce a sua atividade prática no trato com a natureza e com os outros homens, tendo em vista a consecução dos próprios fins e interesses, dentro de um determinado conjunto de relações sociais (KOSÍK, 1976).

Quando nos referimos, portanto ao materialismo histórico dialético, falamos em filosofia da práxis, ou seja, uma atividade teórico-política e histórico-social dos grupos “subalternos” que procuram desenvolver uma visão de mundo global e um programa preciso de ação dentro do contexto em que vivem, com os meios que têm à disposição, visando construir um projeto hegemônico alternativo de sociedade (SEMERARO, 2005).

Dito em outras palavras, a práxis é a ação concreta no mundo onde o homem reconhece a dimensão histórica e possui dimensão dos elementos que cercam sua vida; é a relação dialética entre saber e fazer, entre conhecimento e ação. Deste modo, a práxis é sempre transformadora e, portanto, revolucionária. O inverso dela é conservador, é a manutenção do cotidiano.

Por sua vez, o cotidiano tem uma dimensão histórica (permanência), nos faz ser social e se apresenta de forma contínua, mas não em sua forma real, ou seja, o cotidiano é “contaminado” o que me faz ver o mundo de forma parcial (LESSA, 2002). Por isso, é necessário que o visível seja desvelado para que se conheça a sua essência. Nesse aspecto, podemos evidenciar o método histórico dialético como aquele que nos permite apreender a historicidade de todas as produções humanas e a explorar a realidade que se transforma a partir da ação do homem (GONÇALVES, 2005).

Com tudo isso, percebemos que o “mundo em si” (natural) e “para si” (modificado) cria um mundo de objetividade e, toda objetividade humana tem subjetividade. Essa relação é contínua, sempre presente e mantém como centro de análise a objetividade (condição dada), já que na concepção materialista sujeito e objeto têm existência objetiva e real e, na visão dialética formam uma unidade de contrários, agindo um sobre o outro. A superação dessa dicotomia (sujeito-objeto) aponta para a necessidade e a possibilidade da transformação social, aquela citada por Silvia Lane.

Então, metodologicamente, como superar? Buscando analisar o objeto em sua historicidade e, numa perspectiva materialista, fazer o movimento já citado aqui: do abstrato

para o concreto, da aparência para a essência, do singular para o universal, tendo como mediador o particular.

*“Trata-se de transferir, num plano metodológico, categorias e conceitos fundamentais do superior para o inferior...” (VIGOTSKI, 1996, p.207).*

Para o materialismo, a realidade social pode ser conhecida na sua concreticidade (totalidade) quando se descobre a natureza da realidade social e se elimina a pseudoconcreticidade. Assim, se conhece a realidade social como unidade dialética de base e de supraestrutura e o homem como sujeito objetivo e histórico-social (KOSÍK, 1976). Em outras palavras, busca-se analisar a realidade separando-a dos conteúdos que a deturpam, através de indicadores (elucidativos em relação ao problema de pesquisa) e que revelam o fato social, sempre com um olhar crítico. Creio que esse seja um grande passo para a pesquisa com base na metodologia materialista dialética.

Assim sendo, neste estudo no qual se busca analisar a proposta da transformação social contida na concepção de responsabilidade social empresarial, o foco se mantém na relação entre linguagem e o contexto sócio-histórico de sua produção, ou seja, entre a expressão do que é feito ou se deseja fazer na conjuntura analisada, que no caso, corresponde a empresa como ator e a comunidade como público-alvo dessas ações.

Através da metodologia de Análise de Discurso propôs-se analisar os elementos discursivos presentes em material publicado pelas empresas, definidas como socialmente responsáveis, e através dele detectar quais os conceitos dão suporte a prática da Responsabilidade Social, e além disso, quais deles trazem em seu escopo a questão da transformação social.

Partindo de uma análise temática, como propõe Bardin (2011), ou seja, da contagem de um ou vários temas ou itens de significação, numa unidade de codificação previamente determinada, se pode escolher, no discurso, a frase como unidade de codificação. Por enumeração temática, como fizemos neste estudo de caso, é possível fazer o levantamento das atitudes (qualidades, aptidões) psicológicas aconselhadas ou desaconselhadas, que o leitor deve atualizar ou afastar de modo a poder chegar aos seus fins.

Seguindo os passos propostos pela autora, a análise de conteúdo se organiza em três polos cronológicos: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados. A pré-análise é a fase de organização propriamente dita. Corresponde a um período de intuições,

mas tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise. Bardin (2011) afirma ainda que, nessa fase, existem três missões a serem cumpridas: a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final.

Através da *leitura “flutuante”* o pesquisador estabelece o primeiro contato com os documentos e conhece o texto, deixando-se invadir por impressões e orientações. Na escolha dos documentos, quando o objetivo é anteriormente determinado, convém escolher o universo de documentos suscetíveis de fornecer informações sobre o problema levantado. Para tanto, nesse estudo de caso, utilizamos o material publicado pela empresa acerca do projeto analisado, tendo em vista o nosso objetivo, que é o de analisar a proposta de transformação social presente no discurso da Responsabilidade Social Empresarial. Um material homogêneo, regular, acessível e rico em informações relativas ao objetivo.

Forma-se assim o *corpus*, que é o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos ao processo analítico (BARDIN, 2011). A sua constituição implica, muitas vezes, escolhas, seleções e regras, tais como: regra da exaustividade, da representatividade, da homogeneidade e da pertinência. A primeira corresponde a não seletividade, a utilizar todo o material, mesmo que a impressão seja de não interesse. A segunda se refere a amostragem, podendo ser restrita ao próprio universo (no caso, ao projeto analisado) ou como parte representativa do universo inicial. A terceira aborda os controles de escolha do material a ser analisado, que devem fugir da demasiada singularidade. E, por fim, a quarta se refere a fonte de informação desse material (no caso, a própria empresa) e a correspondência com o objetivo da análise.

Explicitados e seguidos tomados todos esses cuidados, partimos para *procedimentos de exploração* que permitem, a partir dos próprios textos (materiais analisados), apreender as ligações entre as diferentes variáveis, funcionando segundo o processo dedutivo e facilitando a construção de novas hipóteses no decorrer da análise (BARDIN, 2011).

Se as diferentes operações da pré-análise forem convenientemente concluídas, a fase de análise propriamente dita não é mais do que a aplicação sistemática das decisões tomadas. Quer se trate de procedimentos aplicados manualmente ou de operações efetuadas por computador, o decorrer do programa completa-se mecanicamente (BARDIN, 2011). Assim, a

autora nos alerta para a devida atenção nos primeiros passos já que o restante será resultado desse início.

### **8.3.1. Definição do campo de estudo**

Minayo (1999), ao discutir sobre a questão da amostragem na pesquisa qualitativa, afirma que nesta há uma preocupação menor com a generalização. Na verdade, há a necessidade de um maior aprofundamento e abrangência da compreensão. Então, para esta abordagem, o critério fundamental não é o quantitativo, mas sua possibilidade de incursão. Ou seja, é essencial que o pesquisador seja capaz de compreender o objeto de estudo. Na verdade, o pesquisador deve ser capaz de identificar e analisar profundamente dados não-mensuráveis, como sentimentos, sensações, percepções, pensamentos, intenções, comportamentos passados, entendimento de razões, significados e motivações de um determinado grupo de indivíduos em relação a um problema específico.

O Estudo de Caso é um dos tipos de pesquisa qualitativa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente. No entender de Godoy (1995) este tipo de estudo visa ao exame detalhado de um ambiente, de um sujeito ou de uma situação em particular. Pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida, como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa ou uma unidade social. Visa conhecer o seu “como” e os seus “porquês”, evidenciando a sua unidade e identidade própria. É uma investigação que se assume como particularista, debruçando-se sobre uma situação específica, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico.

A escolha desses materiais para coleta de informações se justifica por reunir o discurso da empresa, o conceito da Responsabilidade Social neste âmbito e o esclarecimento de como as ações elaboradas passam do papel a prática.

Retomando o nosso objetivo em projetos voltados a educação de jovens para o campo do trabalho, foram eliminados projetos que não apresentavam esse escopo, delimitando assim a amostra a apenas uma empresa, no intuito de se aprofundar o tema através do estudo de caso. A escolha dessa instituição se justifica por atender aos critérios estabelecidos pelo pesquisador, como ser uma empresa privada, que mantém ações de Responsabilidade Social voltada a formação para o mundo do trabalho. Além disso, essa empresa é membro do GIFE e do ETHOS, órgãos citados neste trabalho como referências no estudo da temática aqui

analisada, fundamentados pelo caráter qualitativo das informações oferecidas, assumindo um significativo poder na formação de opinião.

Um dos requisitos para o recorte da amostra foi feito, portanto, a partir dos dois institutos anteriormente citados (Instituto ETHOS e GIFE), pioneiros na questão da Responsabilidade Social no Brasil.

O ETHOS divulga em seu site que, seus associados – empresas de diferentes regiões, setores e portes – têm faturamento anual correspondente a cerca de 35% do PIB brasileiro e empregam em torno de 2 milhões de pessoas. Compartilham entre si o interesse em estabelecer padrões éticos de relacionamento com funcionários, clientes, fornecedores, comunidade, acionistas, poder público e com o meio ambiente.

As empresas associadas participam também de uma série de atividades que as ajudam a compreender e incorporar a RSE no seu dia-a-dia. Têm acesso a fóruns de discussão, reuniões, palestras e debates, bem como a um banco de dados que vem reunindo práticas empresariais socialmente responsáveis de excelência. Têm acesso, ainda, a publicações de apoio à implementação de políticas e práticas de RSE. Alguns princípios e compromissos orientam a relação entre a empresa e o Instituto Ethos. Aceitá-los é pré-requisito para a associação.

Uma das diretrizes da missão do Instituto Ethos é disseminar a prática da responsabilidade social empresarial, ajudando as instituições a:

1. Compreender e incorporar de forma progressiva o conceito do comportamento empresarial socialmente responsável;
2. Implementar políticas e práticas que atendam a elevados critérios éticos, contribuindo para o alcance do sucesso econômico sustentável em longo prazo;
3. Assumir suas responsabilidades com todos aqueles que são atingidos por suas atividades;
4. Demonstrar a seus acionistas a relevância de um comportamento socialmente responsável para o retorno em longo prazo sobre seus investimentos;
5. Identificar formas inovadoras e eficazes de atuar em parceria com as comunidades na construção do bem-estar comum;
6. Prosperar, contribuindo para um desenvolvimento social, econômica e ambientalmente sustentável.

Já o GIFE esclarece que se associar a uma rede de investimento social privado é um diferencial. Estar associado reflete acima de tudo que a empresa está comprometida com o desenvolvimento sustentável da sociedade brasileira e com a promoção da cultura do investimento social privado no Brasil. As atividades de integração representam um ambiente qualificado de articulação e construção de parcerias, assim como os conteúdos, ferramentas e serviços disponibilizados pelo GIFE, por meio de cursos, informativos, publicações e consultas a especialistas nacionais e internacionais, contribuem para qualificar a prática social.

Integrar esse grupo é também uma oportunidade de suas ações sociais ganharem visibilidade, maior representatividade entre a opinião pública e o primeiro, segundo e terceiro setores.

Sendo portanto, grupos de abrangência nacional e de grande aceitação no meio empresarial e público, fez-se um mapeamento entre os associados na região sudeste, que investem em projetos sociais voltados à educação de jovens para a formação ao trabalho. A importância social da juventude tem sido reforçada mundialmente, o que se reflete na proclamação de 2010 como o Ano Internacional da Juventude pela Organização das Nações Unidas (ONU), com o intuito de chamar a atenção do mundo para a necessidade de aprimorar as políticas públicas direcionadas a este público e de valorizar as ações sociais e culturais por eles realizadas.

Outro critério considerado nessa escolha foi o acesso público a essas informações, visto que se as ações buscam sair da lógica empresa-lucro, importante se faz deixar às claras ao público o que e como se constituíram tais ações. Cabe ressaltar que neste estudo, o interesse central é dialogar com o discurso do empresariado socialmente responsável, vislumbrando uma compreensão aprofundada acerca da temática em pauta.

Pelo difícil acesso a todos, não padronização em seu formato e não exigência na regulamentação legislativa, não foi utilizado como critério o Balanço Social das empresas. Mesmo sendo essa uma ferramenta de grande relevância, nem todas as empresas publicam ou se preocupam com a divulgação verídica de seus dados.

### **8.3.2. Caracterização da empresa**

O Banco X entende que a educação é o caminho para o desenvolvimento integral do País de maneira sustentável. Sua atuação no campo social se dá por meio da Fundação Y,

cujas atividades centrais são a formulação, implantação e disseminação de metodologias voltadas à melhoria de políticas públicas na área educacional e à avaliação de projetos sociais.

Constituída em 2000, a Fundação Y atua em todo o Brasil em parceria com as três esferas de governo (federal, estadual e municipal), com o setor privado e com organizações da sociedade civil. Esse estabelecimento de alianças estratégicas agrega expectativas e olhares diversos, o que contribui para a elaboração conjunta de soluções para as demandas do povo brasileiro. Também é uma maneira de garantir a perenidade das ações e ganhar escala, alcançando cada vez mais beneficiários.

Além das alianças externas, a Fundação Y também conta com o apoio de áreas de negócio do Banco. Diversos departamentos do banco fornecem apoio técnico para a viabilização dos programas sociais. A rede de agências e as lojas também têm importante papel na disseminação dos programas, o que estimula a aproximação com as comunidades locais. Estas alianças internas são fortalecidas com o alinhamento conceitual, estratégico e operacional entre a Fundação Y e as demais áreas internas do banco.

A coautoria dos projetos com o poder público e demais parceiros garante a adesão e identidade local aos projetos, a potencialização do alcance das ações, a sintonia com a demanda local e a capacidade de influir em políticas públicas. Além disso, sistematizar e socializar os conhecimentos permite a disseminação de metodologias, a transparência e abertura dos trabalhos desenvolvidos e a ampliação do alcance das ações.

O conjunto de ações e programas que a Fundação Y desenvolve e apoia, tem como foco a educação integral, o desenvolvimento da capacidade de leitura e competências de escrita, a ampliação das oportunidades de inserção social da juventude e a disseminação da cultura de avaliação econômica de projetos sociais. São parceiros na área educacional, por exemplo, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e o Canal Futura. O Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec) realiza a coordenação técnica de diversos projetos.

O Programa Z, iniciativa da Fundação Y e coordenado pelo Cenpec é responsável pela formação de jovens de 16 a 20 anos que habitam as metrópoles. Sua metodologia formativa tem como objetivo promover o desenvolvimento de sensibilidades e o envolvimento reflexivo dos jovens com os territórios da cidade, oferecendo oportunidades para que conheçam e

explorem espaços onde estão concentradas práticas juvenis, artísticas, tecnológicas, relativas ao mundo do trabalho, das políticas, das ciências, de promoção da saúde, de lazer e de esportes.

- **A Fundação Y**

O Banco X sempre esteve comprometido com a comunidade e o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Em 1993, criou o Programa de Ação Comunitária para articular as ações sociais desenvolvidas pelo Banco de maneira pontual. Em 2000, o projeto ganhou nova amplitude com a constituição da Fundação Y, criada especificamente para estruturar e implementar os investimentos sociais da empresa, tendo como foco programas de melhoria das políticas públicas de educação e avaliação sistematizada de projetos sociais.

Para isso, o Banco X criou um fundo patrimonial, composto por doações de empresas do Grupo com recursos investidos em Fundos de Investimento (curto prazo e renda fixa) e em ações do conglomerado da marca. Em novembro de 2010, o patrimônio era de R\$ 528 milhões. O orçamento anual da Fundação Y é resultante do superávit da aplicação nesse fundo. Em 2011, o valor destinado à aplicação nos programas da organização será de R\$ 78,5 milhões.

O Banco X entende que a educação é o caminho para o desenvolvimento integral do País de maneira sustentável. Sua atuação no campo social se dá por meio da Fundação Y, cujas atividades centrais são a formulação, implantação e disseminação de metodologias voltadas à melhoria de políticas públicas na área educacional e à avaliação de projetos sociais.

Constituída em 2000, a Fundação Y atua em todo o Brasil em parceria com as três esferas de governo (federal, estadual e municipal), com o setor privado e com organizações da sociedade civil. Esse estabelecimento de alianças estratégicas agrega expectativas e olhares diversos, o que contribui para a elaboração conjunta de soluções para as demandas do povo brasileiro. Também é uma maneira de garantir a perenidade das ações e ganhar escala, alcançando cada vez mais beneficiários.

Além das alianças externas, a Fundação Y também conta com o apoio de áreas de negócio do Banco. Diversos departamentos próprios fornecem apoio técnico para a viabilização dos programas sociais. A rede de agências e as lojas também têm importante papel na disseminação dos programas, o que estimula a aproximação com as comunidades

locais. Estas alianças internas são fortalecidas com o alinhamento conceitual, estratégico e operacional entre a Fundação Y e as demais áreas internas do Banco.

A coautoria dos projetos com o poder público e demais parceiros garante a adesão e identidade local aos projetos, a potencialização do alcance das ações, a sintonia com a demanda local e a capacidade de influir em políticas públicas. Além disso, sistematizar e socializar os conhecimentos permite a disseminação de metodologias, a transparência e abertura dos trabalhos desenvolvidos e a ampliação do alcance das ações.

O conjunto de ações e programas que a Fundação Y desenvolve e apoia tem como foco a educação integral, o desenvolvimento da capacidade de leitura e competências de escrita, a ampliação das oportunidades de inserção social da juventude e a disseminação da cultura de avaliação econômica de projetos sociais. São parceiros na área educacional, por exemplo, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e o Canal Futura. O Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec) realiza a coordenação técnica de diversos projetos.

O Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC), o qual guia o Programa Z analisado, é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, criada em 1987. Tem como objetivo o desenvolvimento de ações voltadas à melhoria da qualidade da educação pública e à participação no aprimoramento da política social.

As ações do Cenpec têm como foco a escola pública, os espaços educativos de caráter público e as políticas e iniciativas destinadas ao enfrentamento das desigualdades. O Cenpec - Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária - nasce em 1987, quando pouco havia de organizações da sociedade civil engajadas na melhoria da educação pública, possivelmente pela percepção geral de que essa era uma causa nobre exclusiva do Estado.

Na época, o Cenpec reunia em sua pequena equipe profissionais com laços fortes não só na academia, também na gestão pública da educação. Este foi o diferencial que marcou a legitimidade com que a organização foi recebida na ação pública e no debate educacional da época. As ações do Cenpec estão, desde a sua fundação, comprometidas com as demandas postas ao avanço da política pública de educação no País. São pautadas pela compreensão de

que a qualidade social da educação depende do enraizamento das ações socioeducativas no território e na maior intersetorialidade das políticas sociais. Nesta direção, suas ações conjugam mobilização social, construção de coalizões e indução de novos caminhos para a política pública.

Como segmento da sociedade civil, o Cenpec persegue, para além da competência técnica no desenho e implementação de projetos, condutas de militância social. Valoriza e impregna sua ação de processos de mobilização social; participa de coalizões em torno de avanços necessários da política social; fomenta e integra-se às redes de ação pública; introduz em todas as suas ações ferramentas de controle social para que os grupos com que atua utilizem-se delas no exercício deste controle e como impulsionador de avanços.

Diante disso, o Cenpec assume o compromisso de pensar não apenas a educação do País no presente, mas também no futuro, detectando tendências e propondo-se novos desafios. Uma ONG como o Cenpec, com 22 anos de atuação, pode e deve dar importância à reflexão das políticas que queremos para o futuro.

### **8.3.3. Constituição do projeto**

#### **a. O que faz?**

O Programa Z é responsável pela formação de jovens de 16 até 20 anos que habitam as metrópoles. Sua metodologia formativa tem como objetivo promover o desenvolvimento de sensibilidades e o envolvimento reflexivo dos jovens com os territórios da cidade, oferecendo oportunidades para que conheçam e explorem espaços onde estão concentradas práticas juvenis, artísticas, tecnológicas, relativas ao mundo do trabalho, das políticas, das ciências, de promoção da saúde, de lazer e de esportes.

A etapa inicial compreende a circulação pela cidade e pelo próprio território. Na sequência, os jovens participam de oficinas sobre diferentes temas, como tecnologias digital e de imagem e som, moda e design e arquitetura urbana, sempre com o acompanhamento de um educador da ONG.

A partir das reflexões sobre os territórios urbanos e das experiências adquiridas por meio de pesquisas, os jovens investigam e exploram as possibilidades de melhorias para seu próprio território. Eles identificam áreas temáticas em suas comunidades e desenvolvem um conjunto de ações de intervenção. Os participantes são incentivados a tomar decisões que

interferem no próprio modo de vida. Ao longo de dez meses de formação, eles ampliam seu repertório e desenvolvem habilidades para enfrentar os desafios de implementar um projeto. Após esse período, eles têm quatro meses para efetivar e acompanhar sua própria intervenção.

As duas primeiras edições do programa aconteceram nos bairros paulistanos de Campo Limpo e Brasilândia, em 2004 e 2005, respectivamente. A terceira (2007), a quarta (2008) e a quinta edição (2009) foram realizadas nos bairros de Lajeado e Grajaú. Após três edições consecutivas nesses territórios, foram atendidos 1.440 jovens, e mais de 60 projetos de intervenção foram implementados nas duas comunidades. Em 2006, foi realizada uma edição nas regiões de Jacarezinho, Manguinhos e Santa Cruz, no Rio de Janeiro.

O Programa Z integrou, em 2009, o Guia de Tecnologias Educacionais, uma publicação anual do Ministério da Educação (MEC) cujo objetivo é disseminar processos, programas, ferramentas e recursos pedagógicos de ponta para professores e secretários de Educação.

#### **b. Com quem faz?**

Para colocar em prática suas ações, o Programa Z, de iniciativa da Fundação Y, com coordenação técnica do Cenpec, investe na atuação em rede, na qual poder público, organizações locais, comunidades, população e entidades de reconhecida expertise social e técnica agem articulados, de forma a multiplicar esforços e recursos.

#### **8.3.4. Contextualizando o material da pesquisa**

Numa primeira etapa, minha atividade esteve centrada na busca de fontes e, nelas, os documentos necessários para a pesquisa. Não havia preocupação com a análise propriamente dita, a qual seria núcleo do trabalho subsequente, com a organização do material. Nesse momento, importava tão-somente a obtenção de informações advindas de publicações feitas pela empresa escolhida como representativa, históricos sobre o projeto escolhido, vídeos, relatos dos organizadores do projeto, dos jovens, enfim, o máximo de material que pudesse dar clareza e consistência ao meu entendimento como pesquisadora.

Os materiais de acesso público foram facilmente obtidos no site da própria empresa e, em conversas informais que aconteceram no CENPEC, executora do Projeto a ser estudado, pude obter materiais impressos e detalhes que considero preciosos para o enriquecimento do contexto observado. Publicações como “Jovens Urbanos: sistematização de uma

metodologia”, que traz de forma detalhada o planejamento, a constituição e execução do programa; além dos artigos nos Cadernos CENPEC, que abordam experiências significativas em diferenças temáticas, mas especificamente as relacionadas com a juventude, público-alvo de atuação dos projetos.

Eventos relacionados a projetos sociais promovidos pela Fundação da empresa estudada também foram acompanhados. Compreender como os projetos eram delineados, por quem e para quem, passou a ser objeto de minha atenção. O investimento não parecia ser pequeno e muito menos feito de qualquer forma. Com um olhar aprofundado pode-se observar uma linha lógica em toda essa atividade: profissionais capacitados, estudos realizados com transparência e resultados apresentados. Tudo parece funcionar na mais perfeita ordem.

Na busca por mais dados, busquei os dois órgãos já aqui referenciados: ETHOS e GIFE. Após um difícil agendamento, o acesso foi permitido, mas muito pouco além do que estava disponível no site foi acrescentado.

Mas o leitor deve estar se perguntando: Por que a pesquisadora não foi a campo? Por que não houve o acompanhamento do projeto? Diversos pontos me levaram a essa escolha. Partindo de estudos realizados sobre essa questão, inclusive o de Marcelo Calegare (2005), que analisaram os projetos sociais através de entrevistas, percebi quanto material temos sobre a percepção ou mesmo conceitos acerca dos projetos sociais, partindo do olhar do público-alvo do projeto ou ainda dos educadores/executores do projeto. E veio a indagação: onde fica o objetivo da empresa, que é motriz de todo esse processo? Por isso, decidi buscar através do discurso empresarial não apenas o conceito da Responsabilidade Social, mas um aprofundamento nessa leitura a fim buscar como a empresa se propõe a uma transformação social através de suas ações.

É importante comentar portanto que a tentativa de contato pessoal com os dirigentes foi feita, mas sem sucesso o que me levou a buscar uma segunda forma de obter os dados de que precisava. Desse modo, o conjunto da bibliografia, além dos livros e artigos, foi composto por:

a. outros escritos: manuais, relatórios anuais (2009/2010), publicações no site da empresa A, do Instituto Ethos e do GIFE, bem como em blogs ;

b. materiais não impressos que subsidiassem a leitura, como vídeos e fotografias;

c. apreciações críticas sobre a empresa A: textos com referências e publicações que traziam análises sobre o Programa Z.

### **8.3.5. Estudo de Caso: O programa “Z” em sua profundidade**

Empregando técnicas usuais da análise de conteúdo segundo Bardin (2011) para decifrar, em cada texto, o núcleo emergente que servisse ao propósito da pesquisa, essa etapa consistiu num processo de codificação, interpretação e de inferências críticas sobre as informações contidas nas publicações, buscando desvelar seu conteúdo manifesto e latente.

Para Bardin (2011), tratar o material é codificá-lo e este processo corresponderia a uma transformação – efetuada segundo regras precisas – dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo ou da sua expressão.

Seguindo a análise de conteúdo proposta por Bardin (2011) optou-se pela análise temática, a qual consiste em descobrir “núcleos de sentido” que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição podem fazer sentido para o objetivo analítico escolhido. O tema é tomado aqui como uma unidade de significação complexa, podendo se resumir numa frase composta, um resumo, que influencia um vasto conjunto de formulações singulares.

Diante desse contexto, por questões não apenas didáticas e de organização, fizemos uma separação referente a temas que viemos abordando até aqui e que são de interesse principal nesse estudo. Segundo Bardin (2011), a partir do momento em que a análise de conteúdo decide codificar o seu material, deve-se produzir um sistema de categorias. Através da *categorização* buscou-se então o conhecimento de índices invisíveis, ao nível dos dados brutos. Abordamos a categorização como um processo de tipo estruturalista que comporta duas etapas: o inventário, onde os elementos são isolados – no nosso caso, após a leitura do material, foram sublinhadas as palavras e frases que, na análise, se referiam ao mesmo tema – e a classificação, que separa os elementos e organiza o texto. A partir da classificação analógica e progressiva dos elementos, o sistema de categorias é formado. Este é o procedimento por “*acervo*” (BARDIN, 2011). Desse modo, o título conceitual de cada categoria somente foi definido ao final da operação de análise.

Relembrando o objetivo dessa pesquisa que é o de analisar, a partir da Psicologia Social, a proposta de transformação social contida na concepção de Responsabilidade Social Empresarial, buscou-se através do estudo de caso apreender o sentido dado a projetos sociais que tem como base de desenvolvimento a educação voltada ao trabalho.

É válido ressaltar também que, dada a preocupação em garantir a contextualização sócio-histórica, manteve inalterados aspectos semânticos e nomenclatura, ressalvo aqueles que se referenciam a empresa, a fundação e aos coordenadores, respeitando assim o sigilo ético, mesmo sendo este material de acesso público.

#### **a) Educação e Trabalho**

A ligação entre essas duas categorias vem sendo discutida em larga escala, pois é uma questão bastante atual e que envolvem demandas econômicas específicas. Observando o material, encontramos no início de um dos livros, que falam sobre o dado Programa, a frase de capa que aborda justamente esse assunto: *Investir em educação é construir um país melhor*. Estudos do IPEA (2010) afirmam que a educação é parte integrante das políticas sociais e parte do núcleo do sistema de promoção social por sua capacidade de ampliar as oportunidades e resultados para os indivíduos e famílias, além de ser elemento estratégico para o desenvolvimento econômico.

Podemos acerca disso, entender que investir em educação é também investir em desenvolvimento econômico, social e ainda em cidadãos com clareza de direitos e deveres.

*“A questão do acesso a renda é importante para a juventude. É a necessidade econômica que afasta a maior parte dos jovens da escola. O auxílio monetário por meio de bolsas repassadas pelos programas estatais nos municípios ajuda a retardar o ingresso precoce do jovem no mercado de trabalho durante o período de formação.”*

A ligação entre o trabalho, visto nesse contexto como fonte de renda, e a educação é nítida e muitas vezes colocada no discurso do Programa Z. Mas será mesmo que essa relação é tão simples? Concordamos com Frigotto (2001) quando afirma que a educação geral e, principalmente, a profissional se vincula a uma perspectiva de adestramento, acomodação, mesmo que se utilizem noções como as de polivalente e abstrata. Trata-se de conformar o “cidadão mínimo” (colocação do autor), que pensa minimamente e que reaja minimamente.

Em outras palavras, acredita-se numa formação com interesses futuros, com propósitos claros: formar trabalhadores e comunidade para melhor receber as atividades que os esperam. De acordo com o Programa Z, aqui analisado, *o objetivo é expandir o repertório sócio-cultural de jovens expostos a condições de vulnerabilidade social, aumentar e qualificar as suas perspectivas de acesso ao mundo do trabalho, incentivar a permanência ou reinserção à escola, desenvolver competências e habilidades básicas para vida pública e pessoal e ampliar a circulação na cidade.*

Investir na juventude parece uma boa alternativa porque como aponta o Relatório Mundial da Juventude (ONU, 2012), jovens de todo o mundo estão preocupados com o desemprego e a falta de oportunidades. De fato, o levantamento da ONU mostra que, na sequência da crise econômica, a taxa de desemprego juvenil atingiu seu pico em 2009, quando quase 76 milhões de indivíduos nessa faixa etária ficaram sem emprego. Eles reconhecem que fazem parte de uma geração que teve mais acesso à escola e pode ir mais longe nos estudos do que a geração dos pais. No entanto, percebem que a formação não é adequada para as necessidades do mercado de trabalho, que reflete e assimila mais rapidamente as inovações tecnológicas e os novos conhecimentos a elas agregados do que o sistema educacional.

Outras preocupações apontadas pelo relatório referem-se à necessidade de migrar para encontrar trabalho; a discriminação racial e de gênero; e as condições precárias a que a juventude precisa se sujeitar.

Num trecho intitulado “O desafio de melhorar a educação”, a Fundação Y justifica o seu investimento: *A preocupação com o jovem brasileiro de hoje vem da encruzilhada em que ele se encontra: de um lado a escola não o atrai, e de outro o mercado de trabalho o rejeita. A conjugação de escolaridade baixa e desemprego elevado é uma equação difícil de ser resolvida, já que o complexo mercado de trabalho do mundo globalizado busca profissionais cada vez mais qualificados.*

Dito isto, faz sentido para a Fundação Y investir nessa faixa etária e ainda, em ações voltadas a formação para o trabalho. Mas, faz sentido para a sociedade em geral? Para um coletivo maior? Por isso, trago de volta o questionamento: A serviço de quem estão as ações de Responsabilidade Social, no caso as ações do Programa Z analisado?

E completa: *O cenário torna-se perverso: cada vez mais, aqueles que não avançam na formação escolar ficam para trás na corrida pelo emprego.*

Neste trecho, a Fundação Y evidencia a formação do jovem para o trabalho. Mészáros (2008) nos alerta, entretanto, que uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança. Ou seja, enquanto houver diferenças sociais e econômicas, o acesso a educação também será diferenciado e, “na corrida pelo primeiro emprego” sairá na frente aquele que teve acesso a uma educação de melhor qualidade.

Segundo Saviani (2007), passamos a ter duas modalidades distintas da educação: uma para a classe proprietária, identificada como a educação dos homens livres, e outra para a classe não proprietária, identificada como a educação dos escravos e serviçais. Romper com esse modelo é buscar tornar o acesso igualitário a todos. E não apenas em relação à educação, mas a todos os outros direitos do cidadão, como trabalho, saúde, lazer.

Acreditamos num jovem constituído socialmente e, por isso, constituindo e sendo constituído pela sociedade. Como então analisá-lo apenas por um vertente, educação e trabalho? E o mundo que o circunda, como ele se vê e como o mundo (empresa) o vê? Como bem coloca Chauí (2008), em nossa realidade há antagonismos entre classes sociais particulares, pois onde houver propriedade privada, não pode haver interesse social comum. Concordando com essa posição, é difícil imaginar que numa empresa, com sua lógica de crescimento constante, haja espaços para ações onde prevaleça o melhor para a comunidade, trazendo uma incompatibilidade com a lógica de lucros infinitos.

Utilizando aqui o conceito de responsabilidade social como um modelo de comportamento ético de gestão empresarial, já que nas suas decisões e ações, resgatam valores e direitos humanos universais, preservando e respeitando interesses de todas as partes direta e indiretamente envolvidas no negócio, assim como os de toda sociedade, numa relação na qual todos obtêm vantagens, partimos da premissa de que o Programa Z tenha em seu escopo este formato, já que como afirmam:

*“Quanto maior a esfera de relações e contatos com diferentes atores sociais e espaços de articulação e debate (fóruns, conselhos, redes), maiores as possibilidades de parcerias para responder aos enormes desafios e demandas dos jovens.”*

Como então se propõe a empresa a fazer essa ação voltada a formação dos jovens?

*“O programa Z desenvolve uma metodologia de formação orientada pela perspectiva cartográfica e pelo desenvolvimento das estratégias de exploração, experimentação e produção.”*

Eles se apresentam de uma maneira didaticamente organizada, mas com termos técnicos muitas vezes não tão claros em relação ao uso das ferramentas utilizadas na prática, na formação dos educadores que irão à comunidade, nos critérios de seleção dos jovens participantes, bem como de todo o processo.

*“A metodologia cartográfica orienta a leitura e a produção de sentidos sobre realidades do território do mundo do trabalho. Convoca uma percepção mais atenta aos percursos e caminhos rotineiros e suas culturas habituais, promovendo o desenvolvimento de sensibilidades e o envolvimento reflexivo dos jovens com os territórios da cidade.”*

Alguns termos como desenvolvimento de sensibilidades e envolvimento reflexivo são muito pouco explicados, termos que à primeira vista trazem um impacto, mas que carregam em si uma profundidade subjetiva impossível de ser revelada em poucas palavras. O que o Programa quer dizer com desenvolvimento de sensibilidades? E o que seria um envolvimento reflexivo neste contexto? São termos que podem gerar muitas interpretações.

Vemos também aqui, repetidamente, a responsabilidade atribuída ao próprio jovem, já que é ele (o jovem) que precisa manter a atenção necessária para sua própria reflexão e desenvolvimento pessoal.

Na fase seguinte, espera-se que o jovem explore aquilo que foi proposto a observar de maneira diferente:

*“A exploração identifica o funcionamento, características e códigos das relações sociais, dos equipamentos e serviços, das tecnologias presentes na cidade. Aguça o olhar sobre o múltiplo cultural presente nos cenários urbanos”.*

A exploração se refere a espaços como comércios, empresas, indústrias, universidades, organizações do terceiro setor, etc. Aqui cabe a colocação de Scherer-Warren (2007) quando discute sobre os diferentes espaços da estrutura social, as distintas formas de exclusão social e as respectivas demandas por direito. Concordando com essa afirmação, podemos dizer que a partir do conhecimento de outras realidades, os direitos sociais e econômicos passam a ser cobrados, de tal forma que deem acesso a ocupação, renda e qualidade de vida. Não que os jovens não soubessem da existência desses outros espaços, mas tem agora a possibilidade de ressignificá-los. E a partir daí, buscar a sua inserção.

Para tanto, o Programa Z indica a experimentação do espaço:

*“A experimentação engaja os grupos jovens em situações diferentes de suas referências habituais, permitindo conhecer e vivenciar diferentes tecnologias, conhecimentos e repertórios culturais que compõem a vida na cidade”.*

Fica claro aqui a referência a dois polos ou dois mundos, diferentes e que parecem tão distantes. Por isso, a empresa coloca a expansão cultural como fator necessário aos jovens de alta vulnerabilidade social, já que eles estariam em desvantagem no mercado de trabalho voraz e desigual. Além da educação, o acesso a outros espaços está entre os objetivos do Programa Z em fornecer aos jovens atendidos oportunidades de mudanças.

Para fechar o ciclo, o Programa Z propõe a produção:

*“A produção estimula a capacidade inventiva e de atuação do jovem na cidade, materializando os efeitos produzidos pelas vivências de exploração e experimentação”.*

Mais uma vez se fazem presente termos bastante subjetivos como capacidade inventiva e vivências. De acordo com a abordagem assumida nesse estudo, a sócio-histórica, não se pode compreender o contexto social sem olhar para os sujeitos que o constitui, nem tão pouco analisar a subjetividade como fenômeno que se encerra em si mesmo, ignorando a dimensão social da própria subjetividade. E como nosso foco de análise é a formação para o

trabalho, diante desta metodologia apresentada, como podemos entendê-lo na perspectiva do Programa Z?

*“As questões do mundo do trabalho e as possibilidades de consumo são vistas pelo Programa Z como uma das mais importantes e urgentes pautas da juventude brasileira. Por isso – eles completam – é necessário que discutamos conjuntamente a dimensão da educação e do trabalho na vivência juvenil.”*

*“Focar formação profissional das juventudes na cidade significa uma abertura direta para o desenvolvimento das práticas sociais de trabalho e a promoção de encontros ativos com as populações e produções desse campo social.”*

Diante desses trechos, percebemos a ligação constante no discurso empresarial entre a formação profissional e o trabalho. Como aponta Ciavatta (2005) a relação trabalho e educação seja no sentido técnico, seja no sentido político, é um movimento que oscila em duas direções: como educação pelo trabalho na sua negatividade, enquanto submissão e expropriação do trabalho, quanto na sua positividade como espaço de luta, conhecimento e transformação das mesmas condições.

*“Ações formativas que pretendem expandir e enriquecer repertórios sócio-culturais podem impactar positivamente a vida dos jovens, inclusive nas trajetórias de trabalho que poderão desempenhar ao longo de suas vidas.”*

Mas não esqueçamos que os dispêndios com investimentos na área da educação parecem ter um objetivo e ser desejável, não apenas por razões sociais ou culturais, mas especificamente por motivos econômicos. Retomando o referencial teórico e metodológico aqui utilizado como base, a psicologia sócio-histórica aborda o trabalho como categoria indispensável a vida. É através do trabalho que o indivíduo se apropria do mundo e o transforma, exercendo papel ativo e ao mesmo tempo limitado, visto que ele não se reconhece no produto deste trabalho (LESSA, 2002).

*“[...] ter estudo não garante que se vá trabalhar, e ter trabalhado não garante que se continuará trabalhando. Enquanto a geração anterior pensava ‘eu vou me aposentar assim ou assado’, esta geração diz palavras vagas sobre o futuro”.*

Parece haver por parte do Programa analisado um reconhecimento acerca do mundo do trabalho e da inclusão do adolescente neste contexto. Apesar disso, se mantém um discurso voltado ao lucro, seja direto (especializar mão-de-obra de potenciais futuros trabalhadores) ou indireto (através da imagem positiva atrelada às ações de responsabilidade social):

*“No mundo das empresas privadas, organizações que avançam com mecanismos de transparência nas suas contas agregam valor à sua marca e ao seu produto.”*

*“Nós acreditamos que o jovem tem potencial”* (Coordenação Geral do Programa Z)

Outro termo que aparece e chama atenção é a questão da transparência. Até que ponto a empresa é transparente em suas ações? A avaliação de resultados, assim como a prestação de contas e a transparência na gestão dos recursos investidos em projetos e ações de responsabilidade social são os principais desafios enfrentados por empresas privadas e entidades do terceiro setor. A transparência frente aos grupos locais e seus representantes é critério importante também na inserção da empresa na comunidade, numa postura atrelada ao respeito as normas e costumes locais. (ETHOS, 2007).

A preocupação com o social passou a ser até uma questão de sobrevivência. Não há nenhuma lei juridicamente estabelecida hoje que exija essa transparência nas ações, a não ser a lei do consumo e da concorrência. Temos acesso apenas ao que a empresa quer que enxerguemos. Ir além do visível, aprofundando o discurso estruturado da empresa referente a sua prática se faz importante ao passo que entendemos melhor a serviço de quem está esse investimento.

O tema da transformação social, por exemplo, embora apareça no discurso empresarial como objetivo da empresa, se faz contraditório. Como pensar num “capitalismo igualitário” (se é que podemos denominá-lo assim), sem classes sociais, sem ricos e pobres? Na visão do capitalismo, que tem o individualismo como base, a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso é unicamente do indivíduo e não socialmente construído. Essa ideia parece ser naturalmente transferida para a constituição do Programa Z :

*“ Nós queremos que ele (o jovem) efetivamente se assuma na resolução do seu próprio problema. Que ele se assuma na condição de poder ser ele o agente transformador de si próprio.”* (Vice-presidente da Fundação Y).

*“Acreditamos que o jovem pode fazer o seu projeto de autoformação, de autoaprendizado se nós oferecermos oportunidades que viabilizem este processo de autoaprendizado”* (Coordenadora do Programa Z)

*“Espera-se que o mundo do trabalho seja discutido e analisado pelos jovens a partir das complexidades, demandas emergentes e das suas inúmeras possibilidades produtivas, tudo isso combinado à realidade dos contextos de vida da juventude”.*

E surge a pergunta: como a empresa pretende tornar isso realidade? Como mudar uma realidade multifacetada através de métodos que propõem parcerias (falaremos disso em outro tópico) e depois cada um por si só? A questão que se evidencia aqui é a ideia de que fornecendo um instrumental de autonomia ao jovem, ele terá condições sozinho de resolver sua vida. Ora, sabemos que isso depende das oportunidades oferecidas e aqui caberia a discussão sobre as políticas públicas. Qualificar para quê? Esse jovem qualificado e autônomo, se não encontrar oportunidade vai perder sua qualificação?

Através dos dados aqui analisados não é possível inferir sobre os egressos desse projeto, nem se a corporação os inclui em seu quadro de funcionários. Contudo, buscamos na dialética inclusão-exclusão, da qual já tratamos no capítulo teórico, aprofundar melhor essa questão.

## **b) Dialética inclusão- exclusão**

Como é possível falar de inclusão sem falar em exclusão, no sistema em que vivemos? De acordo com Castel (2008), as ações de inserção são essencialmente, operações de reposição para preparar dias melhores, já que toda tradição de ajuda social se desdobra caracterizando “populações-alvo” a partir de um déficit preciso.

E é exatamente isso que verificamos no trecho intitulado Definição e Prospecção das áreas de intervenção, no material do Programa Z:

*“O programa Z foi criado para ser implementado em regiões de elevado índice de vulnerabilidade social”*

*“As áreas de atuação do programa Z são sempre microrregiões de alta vulnerabilidade socioeconômica”*

Se o Programa Z revela ter um público-alvo concreto e justificado para suas ações, há uma contradição no que se aplica pela empresa responsável por esse programa, já que em publicação numa revista de esquerda de renome nacional encontra-se o seguinte anúncio:

*“Grandes bancos lucram quase R\$ 50 bi; taxaço do setor: R\$ 35 bi”*

Seguido de *“O banco X anunciou nesta terça-feira (7) o maior lucro da história bancária no Brasil. A taxa média de juros cobrada pelas institui es em empréstimos aos clientes fechou o ano em 37%, dois pontos mais do que em 2010 (35%), segundo dados divulgados recentemente pelo Banco Central (BC)”*.

De acordo com o Relatório Anual de Sustentabilidade 2011 da empresa A, os investimentos sociais e culturais da empresa alcançaram o valor aproximado de R\$ 293,8 milhões em 2011, com destaque para os investimentos em educa o e cultura que atingiram o montante de R\$ 184,2 milhões.

**Tabela 1 - ATUA O DA FUNDA O Y EM 2010**

Funda�o Y	Total (R\$)	Descri�o e resultados
Educa�o	28.078.033,68	69 institui�es e/ou projetos apoiados.
Voluntariado	3.160.214,50	Apoio dividido em três frentes: o Pr�mio Escola Voluntária, o apoio aos colaboradores para doa�es e a�es de voluntariado.
Gestão do Terceiro Setor	1.825.677,93	Cinco institui�es, projetos e/ou eventos apoiados, com o objetivo de promover o aperfei�amento do Terceiro Setor.
Saúde	2.140.137,36	16 institui�es e/ou projetos apoiados, com o objetivo de aprimorar a qualidade do atendimento ou o acesso aos serviços de saúde.
Assistencial	680.000,00	18 institui�es e/ou projetos apoiados, com o objetivo de aprimorar a qualidade e a capacidade de atendimento e garantir e aprimorar o acesso a diferentes serviços de assistência social, como Apaes, creches e outras casas de assistência social.
Total parcial	35.884.063,47	
Gastos institucionais	21.562.183,19	
Total	57.446.246,66	

\*Tabela produzida pelo pesquisador com base nos dados retirados do Relatório Anual de Sustentabilidade da Empresa A. Disponível online.

De acordo com a Tabela 1, que mostra o investimento no ano de 2010, parte do Balanço Social, nota-se que o maior investimento da Funda o Y foi na área da educa o, correspondendo a um valor em R\$ de quase 29 milhões. Se compararmos com o investimento de 2011, o investimento total quase que triplicou.

Para uma maior compreensão dos dados, entendamos Balanço Social como uma importante demonstração contábil que vem se consolidando como um instrumento capaz de auferir o nível de responsabilidade social corporativa das organizações (FERREIRA et al, 2004). Nesse sentido, Bernardo et al (2008) expõem que o Balanço Social reúne um conjunto de informações sobre projetos, benefícios e ações sociais e serve como instrumento estratégico para avaliar e multiplicar o exercício da responsabilidade social corporativa. Assim, conclui-se que esse demonstrativo muito antes de ser considerado uma peça de marketing é uma poderosa ferramenta na elaboração de políticas estratégicas empresariais, desde que seja elaborado de forma transparente.

E é através dessa ferramenta que as empresas demonstram que, apesar da visão do lucro entrar em conflito com o objetivo do investimento social promovido por elas, as organizações que produzem desigualdade social são as mesmas que buscam redimir esses “danos” (se assim podemos denominar) com ações que vão além da sua essência, que seria a de criar produtos e serviços para atender as demandas das pessoas.

De outro lado, surge outra imagem, que mostra o outro lado da moeda e se apresenta contraditória a esse quadro. Além cobrança de juros abusivos, a empresa manteve um alto índice de demissões, pressões e ameaças sobre funcionários, além de reajuste do plano de saúde de seus funcionários sem consulta dos mesmos, nem do Sindicato, além de péssimas condições de trabalho.<sup>6</sup>

*“Os funcionários do Banco X estão convivendo com um ambiente de pressão muito grande. É ameaça de demissão, é cobrança constante para atingir metas, que em muitos casos chegam a 400%”, denuncia um dos coordenadores da Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Banco X, coletivo que assessora a Contraf-CUT nas negociações com o banco.*

*“Sustentabilidade implica na utilização racional dos recursos naturais ou manufaturados, mas, quando o assunto é seu maior bem, os bancários, há descarte e desrespeito na gestão dos trabalhadores. Isso é ignorado pelo jornal inglês que concedeu o prêmio. Por isso pedimos que devolvam a premiação e façam primeiro o dever de casa”, apontou um dos funcionários.*

---

<sup>6</sup> Dados revelados no site Mundo Sindical: [www.mundosindical.com.br](http://www.mundosindical.com.br)

Manifestações públicas como essa mostram uma contradição nítida sobre a realidade deturpada da Responsabilidade Social. Ashley (2002) se refere a essa questão quando afirma que a primeira responsabilidade social deveria corresponder aos empregados, trabalhadores da empresa e que seria incoerência desenvolver grandes projetos de filantropia e assistência social à comunidade em que se insere a organização, se antes não fossem muito bem tratados os próprios funcionários, em termos de saúde, educação, moradia, salário que permita elevação sociocultural. E é nessa conjuntura que acreditamos que a Responsabilidade Social aconteceria de verdade.

Ainda no Relatório Anual de Sustentabilidade 2010, encontramos o seguinte trecho:

*“No final de 2010, iniciamos a sexta edição do programa, que contará com 16 ONGs executoras e atenderá 960 jovens, de quatro bairros da cidade de São Paulo (Lajeado, São Miguel Paulista, Grajaú e Ipiranga/Heliópolis). Entre os resultados alcançados até agora, destaca-se o crescimento médio de 77% da renda mensal dos participantes, além do aumento*

*de 49% nas chances de conseguir um emprego, conforme dados da avaliação econômica realizada em 2010. Em 2011, a metodologia será disseminada pela instituição por meio de franquias sociais.”*

Fazendo uma ponte com o fator de inclusão aqui levantado, buscando uma inserção do jovem no mercado de trabalho, observamos a ambiguidade do sistema que ora demite e exclui muitos trabalhadores e ora busca gerar possibilidades para outros buscarem esse mesmo mercado. A trajetória do trabalhador é marcada por uma série de rupturas em relação a estados de equilíbrio anteriores, a proteção que parecia assegurar sua inclusão no sistema reluz, na verdade, uma exclusão desse mesmo mundo, pois dele faz parte, mas não opina nem detem de poder para transformá-lo a seu modo.

E é justamente dessa contradição entre o interesse particular e o suposto interesse coletivo que as ações de Responsabilidade Social se inserem. A empresa, diante do Estado Mínimo, guia de forma autônoma o poder econômico e social. O Estado aparece como a realização do interesse geral, mas, na verdade, ele é a forma pela qual os interesses da parte mais forte e poderosa da sociedade (a classe dos proprietários) ganham a aparência de interesses de toda a sociedade (CHAUÍ, 2008).

*“Uma formação para as juventudes na atualidade tem como desafio desempenhar um papel relevante na revitalização da sociedade civil, propiciando que jovens possam, como integrantes do campo social, ver ampliadas suas possibilidades de exploração-experimentação e produção social.”*

Sobre esse mesmo ponto, Costa (2005) concorda e aponta que o Estado delega aos empresários a tarefa do bem-estar social aos trabalhadores e estes atuam de maneira indireta, ou seja, a atuação social é intermediada pelas organizações patronais.

Mas a tarefa não parece tão simples assim e nem mesmo é dever das empresas solucionar todos os problemas sociais. A formação social empresarial não mudou sua natureza. Todos os impulsos de desenvolvimentos sociais ocorridos, não conseguiram diluir o caráter dependente e associado que resulta da natureza empresarial de nossa conformação social, de sermos explorados, de fazermos partes de um sistema que sobrevive para benefícios de poucos.

*“Muitas vezes atribuímos aos jovens expectativas de mudanças que não condizem com a trajetória histórico-social das oportunidades vislumbradas para a maioria deles.”*

Quando falamos em juventude, estamos nos referindo a uma categoria que foi social e historicamente construída e que está relacionada com um período no ciclo vital dos indivíduos para o qual cada sociedade atribui expectativas e significados. Como inserir numa outra realidade um jovem que tem em sua história marcas de exclusão? Mesmo considerando que a sociedade capitalista oferece aos jovens brasileiros modelos semelhantes de consumo e “felicidade”, precisamos considerar os muitos jovens e as muitas juventudes presentes neste momento brasileiro.

Temos áreas rurais e urbanas, ricos e pobres, diferenças de gênero, de classes (A, B, C, D e E), uns com instrução e outros sem. Para cada jovem, seus desejos, características e regras próprias, do seu espaço e do social do qual faz parte. As estatísticas nos mostram números, mas nenhum número é capaz de revelar essa subjetividade. Marcas da desigualdade social estão por todas as partes.

Ianni (2005) comenta sobre este assunto e coloca que são muitos os indícios de que o neoliberalismo, como teoria, prática e ideologia, não consegue “administrar” as configurações e os movimentos da sociedade, da história. São muitas as evidências de que ele está sendo abalado por movimentos sociais e organizações, ideias alternativas e reivindicações.

A inclusão de 480 jovens num programa de formação para o mercado de trabalho se faz minúscula num contexto marcado por problemas de larga escala. Kuenzer (2005) enfatiza que uma “pedagogia emancipatória” está articulada com as demais formas de destruição das condições materiais que geram a exclusão. E por isso, não podemos aqui, já que optamos por uma análise crítica, perceber o indivíduo como isolado de um social, guiado por uma “pedagogia toyotista” (KUENZER, 2005), cujos discursos e práticas, constituídos a partir das novas demandas do capital flexível, tem levado muitos a imaginar que as políticas e propostas pedagógicas de fato, passaram a contemplar os interesses dos que vivem do trabalho, do ponto de vista da democratização.

Mas não é isso que acontece na realidade. Trechos do programa reluzem a existência de classes sociais bem demarcadas, a presença da política de Estado Mínimo, e a segregação social.

*“Em relação à capacidade de ingresso dos jovens em outras formas de sociabilidade e relações em ação no ambiente urbano, as possibilidades para as juventudes pobres veem-se bastante diminuídas, por não terem acesso a serviços públicos e a recursos materiais e simbólicos que sustentem o deslocamento a diferentes lugares da cidade.”*

*“[...] a maioria dos jovens vê-se isolada de outras redes de comunicação.”*

*“Sem dúvida, as desigualdades socioeconômicas persistentes na sociedade brasileira justificam em grande parte as restrições de mobilização de jovens. Mas não só!”*

*“A inexistência de serviços públicos de qualidade, particularmente de transportes coletivos eficientes e de locais públicos livres para circulação (em lugares não muito distante de seus bairros) é um exemplo de força atuante na restrição dos deslocamentos juvenis.”*

*“Práticas segregacionistas, que agem na maioria das metrópoles, mostram-se como a força mais brutal no confinamento das juventudes pobres, moradoras de bairros ligados socialmente a contextos de violência.”*

O termo “outras formas de sociabilidade” já demarca a não-democrática sociedade da qual fazemos parte. Para todos esses problemas aqui citados no Programa A, bastaria apenas a tentativa de unificação no âmbito da formação? Há um cenário histórico social e econômico que compõe o pano de fundo dessa aparência desigual. E é este cenário que precisa ser revisto e transformado.

Como afirma Libâneo (1998), em uma sociedade dividida em classes, onde as relações sociais são de exploração, o trabalho pedagógico (ou de formação) articulado ao processo de trabalho capitalista teria como finalidade o disciplinamento para a vida social e produtiva, ou seja, uma transformação intelectual, cultural, política e ética, que tem por objetivo o desenvolvimento de uma concepção de mundo consensual, tendo em vista as necessidades de valorização do capital.

É a essa essência capitalista a qual nos referimos aqui, que acreditamos estar a serviço às ações de Responsabilidade Social empreendida pelas empresas. Não há como fugir da lógica do capital, do lucro, da existência e permanência das classes sociais para manutenção do sistema. Na tentativa de incluir os outrora tidos como excluídos, coloca-se em prática uma exclusão ainda mais grave: a de não acesso a um mundo que ele agora conhece, mas continua ainda muito longe de ser atingido ou de se ter forças para mudá-lo.

*“Qualquer programa social dirigido à juventude das metrópoles não pode prescindir de olhar para os problemas sociais, políticos, econômicos, enfim para a desigualdade social que atinge as populações das cidades de um modo geral.”*

Só aqui o Programa Z cita a desigualdade social como um problema coletivo, apesar de não evidenciar soluções coletivas para tal. Esse caráter coletivo aqui levantado põe em questão a máxima do capitalismo: o individualismo. Hoje, a evidência parece ser a de que as economias podem crescer excluindo e multiplicando a discriminação a milhares de pessoas. Nesse sentido, há uma valorização da lógica da competitividade interindividual na disputa pelo sucesso num mercado estruturalmente excludente.

A inserção da qual fala a Responsabilidade Social Empresarial parece então, estar ligada a uma melhora das condições de vida de seus “beneficiários”, no caso os jovens, sem, no entanto, transformá-las em sua base, já que a transformação iria de encontro ao que pregam as empresas. Dar aos jovens possibilidades de investir no desenvolvimento de suas capacidades garante um mercado movido pela disputa, cada vez mais acirrada, mas não muda sua condição de jovem pertencente a uma determinada classe, sem acesso a uma moradia digna, ou seja, não traz mudanças estruturais.

*“No senso comum, as áreas de vulnerabilidade social são vistas apenas como lugares da pobreza, da moradia popular, da falta de empregos, das demandas por creches, escolas, hospitais, áreas de lazer, equipamentos culturais, dentre outros serviços urbanos.”*

*“Em meio a essa precariedade territorial, vulnerabilidade social e riscos ambientais, milhões de pessoas vivem nesses lugares. Trata-se de multidões metropolitanas. Essas pessoas constroem relações sociais, definem sociabilidades, entrelaçam solidariedades, organizam coletividades envolvidas em lutas políticas, reivindicam melhores condições de vida, articulam e transformam lugares, constroem histórias e fazem geografias.”*

*“Os territórios de risco, de alta vulnerabilidade e de profundas exclusões sociais das imensas periferias das metrópoles, não são somente fragilidades, carências, pontos fracos. São também pontos fortes, existentes e resistentes capazes de desenvolver processos altamente inteligentes e com grande ressonância criativa.”*

O Programa Z defende que apesar dos problemas enfrentados nas comunidades com alto grau de vulnerabilidade social, há “pontos fortes” que devem ser reconhecidos. Em nossa análise, concordamos com a tese de Marx de que “os homens fazem a história, mas não em condições escolhidas por eles”. As condições não escolhidas se referem segundo Frigotto (2005), a um conjunto de determinações socialmente produzidas e, portanto, socialmente passíveis em serem alteradas pela ação consciente dos sujeitos humanos. Sendo assim, o fato de ser pobre e morar numa favela não depende só do indivíduo, mas de todo o seu contexto social que o levou aquela condição.

Falamos assim em ser social, aquele que desenvolve uma ação e uma adaptação ao mundo já existente, e procura conservar-se e dar prova de sua capacidade vital. Um ser social, que dá respostas às questões de sua vida prática. Acreditamos pois, sob o olhar marxista, na consciência como construção a partir de um dado contexto social, notadamente marcado por condições históricas, políticas e econômicas, que perpassam a vida cotidiana.

Trazer para esse contexto o debate sobre a igualdade social é estabelecer-se no campo da utopia, ou seja, como condição a ser constituída através da superação do capitalismo. Como aponta Kuenzer (2005), enquanto não for historicamente superada a divisão entre capital e trabalho, não há possibilidade de existência de práticas pedagógicas autônomas, socialista e não-toyotista. Uma formação que vise a verdadeira transformação da base do capital ao invés de estar a serviço da manutenção do sistema, que fuja das estratégias que apenas conferem “certificação vazia” (palavras da autora), e por isto mesmo, se constituem

em modalidades aparentes de inclusão que fornecerão justificativa, pela incompetência, para a exclusão do mundo do trabalho, dos direitos e das formas dignas de existência.

Dito isto, reconhecer a dimensão dos problemas sociais e buscar alternativas passa a ser responsabilidade de todos, Estado, empresas e sociedade civil. E é aqui que as empresas sustentam a possibilidade das parcerias, como saída a essa encruzilhada imposta pelo sistema capitalista.

### c) **As parcerias**

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho a partir dos anos 90, com a globalização da economia, com a reestruturação produtiva e com as novas formas de relação entre Estado e sociedade civil a partir do neoliberalismo, mudam radicalmente as demandas de disciplinamento (KUENZER, 2005). É bem verdade que na busca de soluções de problemas mais complexos, ações isoladas parecem ineficazes, como já afirmamos aqui. Projetos pontuais e sem articulação com outros ramos da sociedade podem trazer minúsculas mudanças ao contexto que se pretende transformar.

O Programa Z assume as relações e redes institucionais *como vital na percepção das ações sociais, já que o poder público, entidades locais, comunidades, população e entidades de reconhecida expertise social e técnica agem articulados.*

*“Quanto mais ampla e múltipla esta rede, maiores são as possibilidades de sucesso, ou seja, de novas experiências transformadoras da realidade do jovem.”*

Novamente nos deparamos com o tema da transformação social, proposta pela empresa como tarefa em sua agenda de ações. Essa transformação está relacionada a uma concepção democrática da sociedade?

*“Para além dos lucros e dos produtos e serviços oferecidos, o banco X vem buscando cada vez mais ser um protagonista na transformação da sociedade, atuando como uma empresa inserida em seu tempo, que enxerga as necessidades e oportunidades do hoje, mas com o foco em construir um futuro melhor.”*

A proposta de transformação estabelecida pela empresa, em nenhum momento de seu discurso é aprofundada. Diante de tal constatação, o termo se torna vago, sem muito sentido se inserido num discurso que fixa esse objetivo. Acreditamos numa transformação de base,

que possa trazer mudanças consistentes no cenário atual do País. Já que a responsabilidade pelo desenvolvimento deixou de ser função exclusiva do Estado e passou a ser compartilhada com empresas e organizações da sociedade civil, essas ações devem ter clareza em seu escopo e objetivo.

*“Os parceiros da rede são chamados a participar de encontros sobre a juventude, questão prioritária hoje na pauta de todos os que se preocupam com o desenvolvimento socioeconômico do país.”*

*“Os formadores da rede participam igualmente da gestão e da discussão sobre metodologias e práticas.”*

Não por acaso, quem toma a iniciativa das propostas de parcerias são as empresas, detentoras do poder econômico diante da política atual do Estado Mínimo. A partir de uma percepção mais clara das transformações profundas pelas quais a sociedade está passando e do conjunto de seus interesses e necessidades, as empresas ampliam o seu papel societário e investem através das políticas de Responsabilidade Social. Hoje, além do controle econômico, as empresas passam a gestoras de iniciativas sociais, capazes de influenciar políticas públicas.

*“Nós queremos criar um modelo que seja replicável, um modelo que consiga ser espalhado pelo Brasil inteiro. Porque são milhares de jovens que estão nessa situação e esforços isolados não vão resolver nada. A gente quer esforços articulados onde um grupo de entidades parceiras faça junto. Então esse é um projeto que não tem dono, que não tem ninguém para implementar sozinho. Só pode ser implementado se for resultante de um conjunto muito grande, eclético, multidisciplinar de parceiros que vão saber fazer o diagnóstico, vão saber conduzir o trabalho e finalmente vão poder implementá-lo”. (Vice-presidente da Fundação Y).*

*“Nosso objetivo é empregar a mesma expertise e eficiência que aplicamos aos negócios no desenvolvimento de tecnologias e ferramentas que estimulem o governo, por meio da formação de parcerias, a desenvolver políticas públicas para o crescimento sustentável do país. Da mesma maneira, queremos que essas ações sejam absorvidas por outras organizações da sociedade civil e replicadas com resultados de alta qualidade.”*

Junto aos trabalhadores, a empresa busca exercer a mesma influência, através de frases como: *Ter a responsabilidade social no coração da estratégia corporativa e na consciência de todos os que integram o grupo.* O grifo (do pesquisador) evidencia dois termos que

ressaltam na primeira leitura do trecho. Os termos coração e consciência parecem aqui ser empregados como sinônimo de algo internalizado ao ser humano. A questão da responsabilidade social passa a ser vista não unicamente como empresarial, mas como responsabilidade de cada um dos que formam a empresa. Cada um, portanto, é chamado a sua corresponsabilidade pelas mazelas sociais que atingem a si e aos outros “muro à fora da empresa”.

Nesse contexto, ganha relevância a questão do voluntariado como forma de estratégia corporativa de participação dos trabalhadores nos programas/projetos de responsabilidade social da empresa. As parcerias, tanto internas (trabalhadores) como externas (poder público, comunidade, etc.) também são citadas:

*Temos a convicção de que a transformação social e o desenvolvimento sustentável só são possíveis por meio de uma parceria com as três esferas – federal, estadual e municipal – com o setor privado e com as organizações da sociedade civil. Esse é um dos princípios que regem a atuação da Fundação Y. Essas alianças estratégicas agregam expectativas e olhares diversos, o que contribui para a elaboração conjunta de soluções para os desafios sociais do País, e são uma maneira de garantir a perenidade das ações e ganhar escala, ampliando o alcance das ações.*

*“Uma das principais contribuições do Banco X na esfera social tem sido a atuação integrada da Fundação Y com governos municipais, estaduais e federal para o desenvolvimento de políticas educacionais que buscam a melhoria da qualidade do ensino. Por meio de projetos contínuos, cujos resultados são medidos no longo prazo, a fundação tem contribuído para disseminar tecnologias, divulgar informações e aprimorar a gestão educacional no país.”*

As parcerias são abordadas no discurso empresarial como uma das formas de superação da desigualdade social. Como define Dowbor (2002), parceria é uma relação horizontal na qual prevalece uma construção equilibrada de interesses articulados e se busca um avanço conjunto nas formas de colaboração. Apesar de possuírem dinâmicas diferentes, empresas, sociedade civil e Estado se unem em função de um mesmo objetivo.

*“A crença que sustenta essa aposta é a de que a complexidade do contexto e das demandas juvenis exige a conjugação de saberes e pontos de vista diversos para ampliar o campo de possibilidades aos jovens urbanos.”*

*“Essas alianças estratégicas agregam expectativas e olhares diversos, o que contribui para a elaboração conjunta de soluções para os desafios sociais do País, e são uma maneira de garantir a perenidade das ações e ganhar escala, ampliando o alcance das ações.”*

Araujo (2006) adverte em relação à intencionalidade das ações de responsabilidade social, afirmando que é arriscado para uma empresa prosperar em meio à miséria. Enxergando dessa forma, podemos entender que a empresa busca através de suas ações uma transformação social, mas sem perder o foco sua lógica fundamental: o lucro. Como assim? Investindo na comunidade, o retorno econômico, seja em mão de obra, seja no consumo dos bens produzidos, será inevitável.

*“A criação de arranjos institucionais, de parcerias, de redes sociais cada vez mais densas e estruturadas pode potencializar/fortalecer iniciativas públicas que buscam responder aos complexos desafios das metrópoles e ajudar a resolver os graves problemas sociais que atingem a todos que vivem nas grandes cidades.”*

Partindo desse princípio, a empresa constitui e dissemina parcerias. Em seu discurso, revela sua preocupação com o social e com as transformações do atual cenário brasileiro, principalmente aquele que cerceia a juventude. Não há dúvida de que a formação de parcerias desempenha papel fundamental na articulação do poder e na busca do compromisso com as mudanças para alterar práticas e integrar ações que favoreçam a inclusão social e a qualidade de vida da população. A dúvida está na formatação dessas parcerias: como elas se constituem? Há realmente benefício ao público-alvo das ações propostas? Como através da Psicologia Social podemos entender essas mudanças propostas?

Seria necessário reverter o movimento que levou a limitar a análise psicológica à conduta, isto é, ao comportamento enquanto observável, e dirigir de novo o olhar e a preocupação à “caixa preta” da consciência humana (MARTIN-BARÓ, 1996). No programa em estudo não podemos nos centrar apenas ao exposto pela empresa. A atenção deve estar voltada às entre linhas do dito, aos interesses particulares de cada um na formação da parceria.

Partindo do princípio de que toda ação tem uma intencionalidade, e da visão sistêmica, podemos concluir que a parceria tem sim um objetivo maior em existir. As empresas controlam os recursos financeiros gerenciais essenciais para a execução de programas públicos e eficazes e atividades comunitárias. Por outro lado, uma política pública bem formulada e a estabilidade social são colunas vitais para sustentar as economias viáveis das empresas. Pode-se concluir assim, que existem mesmo razões para formações de parcerias entre o setor público e o privado que garantam a sobrevivência da política econômica atual.

*“As redes institucionais são arranjos socioinstitucionais que se formam nos âmbitos municipais e locais de execução da formação e de produção juvenis, nos diferentes tempos do programa, visando criar condições para sua realização e assegurar sua sustentabilidade institucional e financeira.”*

Agir na construção de ambientes favoráveis à sociedade é também agir em favor do próprio negócio. O programa em estudo define alguns procedimentos tidos como fundamentais da sua política de relações e redes institucionais:

*“Mapeamento prévio do contexto institucional da área a ser atendida; prospecção de parcerias através de visitas a potenciais parceiros para a verificação da efetiva viabilidade da cooperação; negociação das condições da parceria; formalização da parceria e definição de planos e procedimento técnicos de acompanhamento do trabalho realizado com os jovens.”*

Passos como esses expõem a forma de estruturação rígida do processo de parceria e ainda, revela a viabilidade ou não da mesma.

*“Esse mundo estabelece novos padrões de linguagem, de comportamento e de propósitos. Hoje, queremos nos relacionar com nossos clientes para além das transações financeiras; para isso, buscamos parcerias com pessoas que tenham valores parecidos com os nossos. Se tivermos clareza em nossos propósitos, conseguiremos sempre incentivar nossos clientes a promover mudanças positivas em suas vidas, na vida de suas famílias e de nossa sociedade como um todo.”*

Numa entrevista realizada com o coordenador do Programa Z, o tema das parcerias e do esforço de articulação foi ressaltado como componente forte do Programa.

*“Nosso foco são as relações institucionais, e sabemos que a articulação não é só uma coisa técnica, algo técnico, embora a gente tenha isso como base. A articulação é uma atitude, é uma ação eminentemente política e requer um olhar mais amplo sobre o campo das relações.”*

*“Articular não é fazer média, é estreitar relações com o sentido de complementaridade, com compromisso ético.”*

A articulação parece ser empregada como ferramenta de uma boa parceria. Uma percepção mais ampla do contexto em que serão empregadas as ações se faz necessária para que o tiro não saía pela culatra. A importância das relações, do olhar político, da participação do maior número de órgãos nesse processo expressa com clareza o intuito de cada um dos parceiros. Como já dito aqui, o planejamento, a negociação e as regras são bem definidas nessa conjuntura, evidenciando a certeza de onde se quer chegar, a clareza do objetivo.

Quando perguntando sobre o aprendizado das parcerias, o coordenador responde:

*“Aprendemos que parceria exige processo e tempo. Não é do dia pra noite que se consegue. O sucesso das parcerias do Programa Z exigiu um tempo de construção da legitimidade e de estabelecimento da confiança mútua entre os parceiros.”*

Os termos grifados denotam aspectos centrais trazidos pelas empresas no estabelecimento de parcerias. No mundo empresarial, regado de competitividade, a confiança é prova de que se acredita nesse trabalho e que vale a pena apostar nele. E, quem aposta sem saber onde e em que está apostando? Por isso se faz significativa a legitimidade de uma prática nesse contexto para que ela não “faleça” por si mesma. A empresa passa assim a submeter sua prática ao conhecimento público para que assim se construam as parcerias. Soaria redundante afirmar que a construção dessa prática é coletiva, e o que prevalece é a unanimidade do grupo (todos envolvidos no processo de construção da parceria: poder privado, público, sociedade civil, etc.) para que os conflitos que venham a acontecer sejam minimizados.

No questionamento referente a negociação com parceiros, a resposta do coordenador esclarece a colocação acima:

*“Alguns parceiros são mais reticentes na negociação, e essa é uma arte que estamos aprendendo sempre, pois é preciso saber negociar sem abrir mão dos seus próprios princípios.”*

*“Há problemas que são comuns a todos os parceiros e a discussão coletiva facilita a busca de soluções. O Programa investe na criação de espaços de discussão sobre questões importantes da juventude.”*

Mas então o que acontece é um diálogo onde o que será decidido já está previamente definido? Ou realmente é um projeto construído coletivamente? Esses trechos nos parecem contraditórios nesse ponto, pois não se pode concluir sobre qual discussão o Programa Z se referencia. Noutra parte da entrevista o autor coloca o fator negativo das parcerias, apontando para o engessamento do outro (não reconhecido em sua atuação):

*“O campo da articulação de parcerias não é positivo em todos os casos. Às vezes, há muito discurso e pouca efetivação. Por isso, para colocar o jovem em movimento na parceria é preciso ter certeza de que o acordo vai se concretizar.”*

Diante dessa fala, podemos entender que as relações precisam estar bem definidas para que se chegue ao sucesso do Programa Z. O respeito ao jovem, público alvo do Programa Z também é demonstrado nessa fala, já que se a parceria não der certo, o mais prejudicado sem dúvida será o envolvido diretamente com essas ações.

Contudo, de um modo geral, as parcerias prometem benefício tanto para a empresa quanto para a população, no caso, os jovens, a partir do momento que a empresa passa a incluir em seu núcleo central de atividade o engajamento com o público da base da pirâmide sócio-econômica. Rico (2004) afirma que as empresas, ao adotarem um comportamento socialmente responsável, se tornam poderosas agentes de mudança ao assumirem parcerias com o Estado e a sociedade civil, na construção de um mundo economicamente mais próspero e socialmente mais justo. E, diante dessa análise do Programa Z, podemos inferir que a parceria é sim apontada como saída para a resolução dos problemas sociais através de um investimento conjunto que traga uma transformação social.

## 9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No cenário político, social e econômico de desenvolvimento em que vivemos hoje no Brasil, o tema da Responsabilidade Social se faz presente na discussão da relação entre empresa e seus *stakeholders*, principalmente na relação com a comunidade, foco desse estudo, já que como potência econômica, a empresa se coloca na obrigação de devolver para a sociedade o mal que ela mesma gera. Acreditando ser a Responsabilidade Social um conceito ainda em formação, buscamos nesse estudo aprofundar o discurso empresarial acerca das transformações sociais propostas, com olhar embasado na Psicologia Sócio-Histórica, partindo da premissa de que o homem é um ser socialmente constituído e constituinte de sua própria sociedade.

De forma geral, as interpretações que se veem expostas acerca da Responsabilidade Social Empresarial, no fundo, trazem imbuídas uma única e principal característica deste tipo de programa, seu objetivo primordial: aumento dos lucros da empresa. Constatamos que a interface entre as ações de Responsabilidade Social, através dos projetos sociais, a temas como educação e trabalho está construída a partir da lógica do capital, admitindo a formação em função do trabalho e não o contrário.

Em função disso, reproduz a lógica do capital, ao invés de assumir papel ativo na transformação social a que se propõe, em busca de uma mudança efetiva no quadro de exclusão social, discussão a qual buscamos nos ater nesse estudo. A Responsabilidade Social Empresarial se engendra na política de Estado Mínimo e se insere na sociedade, ganhando imagem positiva acerca de seu papel e explorando cada vez mais os trabalhadores em suas atividades para atingir o máximo de “eficiência” possível diante da competitividade existente.

No Brasil, país referência mundial de combate a pobreza, as empresas passam a ocupar grande relevância através de suas ações sociais, que viriam a suplementar o papel das políticas públicas. Portanto, por trás do discurso empresarial da Responsabilidade Social, está a discussão do Estado, como figura ausente durante anos e que reassume hoje um “capitalismo de Estado”. Matéria da revista inglesa *The Economist* (2012) retrata um quadro nacional marcado por uma abrangente privatização brasileira nos anos 90, e agora um Estado que interfere em decisões de grandes empresas como a Vale e a Petrobrás, além de buscar convencer as empresas menores a formar grupos campeões nacionais. Defensores do capitalismo de Estado argumentam que ele pode proporcionar estabilidade e crescimento

econômico. Os contrários dizem que gigantes estatais absorvem capital e talento que poderiam ter sido bem utilizados por empresas privadas, já que as estatais usam o capital de forma menos eficiente se comparada as privadas, e crescem mais lentamente.

Sobre a mesma questão, a economista Alice Amsden, em entrevista a Folha de São Paulo (2012) fez elogios ao desenvolvimento brasileiro, afirmando que o país fez uma “revolução racional” e enfatizando a importância da Petrobrás. Sua avaliação era que o país, que tem “empresários de primeira linha” precisa ter um setor nacional forte – público e privado. Segundo ela, as relações entre o setor de negócios privados e os servidores públicos de alto nível foram melhoradas, a partir de uma relação de complementaridade. O setor privado pode ter ações numa propriedade estatal lucrativa, enquanto o governo pode manter o controle do conselho de administração dessas empresas.

A intenção dessa atuação, portanto, é de se pensar a longo prazo, manter práticas atuais que tragam um benefício hoje e, principalmente no futuro. Se voltarmos na história, num cenário mundial, o Brasil está anos atrás de países como Inglaterra, França e EUA no processo de desenvolvimento social, explicado por uma história marcada por exploração. O grande processo de urbanização iniciado na revolução industrial e consubstanciado com a revolução francesa marcou um novo tempo na história do mundo ocidental, a insurgência pela necessidade de uma produção crescente advinda de um modo capitalista, emergiu um novo patamar na qualidade de vida dos seres humanos e conseqüentemente a prosperidade (embora desigual) proporcionou o avanço contingencial das massas em torno da atividade produtiva que foi deslocada para os centros urbanos.

O século xx presenciou o aparecimento do povo com um papel mais ativo na história. A história das massas é proporcionada pela sua inclusão nas formações estruturais de sua sociedade. Neste novo século, as massas desempenham função fundamental na reprodução do sistema capitalista e é essa importância que faz estas populações reivindicarem direitos sociais e políticos antes inatingíveis para si, como por exemplo: o sufrágio universal, direitos trabalhistas e direitos sociais (FERREIRA; PINTO, 2006).

A despeito disso, o Brasil ainda é um país demarcado por um contingente de pessoas pobres e excluídas junto a um elevado crescimento econômico, quadro que expõe uma disparidade no IDH (índice de Desenvolvimento Humano). O Brasil está na 84ª posição entre 187 países e o Brasil, e mesmo com esta contradição social-econômica, aparece entre os países considerados de “Desenvolvimento Humano Elevado”, a segunda melhor categoria do

ranking, que tem 47 países com “Desenvolvimento Humano Muito Elevado” (acima de IDH 0,793), além de 47 de “Desenvolvimento Humano Médio” (entre 0,522 e 0,698) e 46 de “Desenvolvimento Humano Baixo” (abaixo de 0,510) (PNUD, 2011).

Não podemos negar que muito tem melhorado e tem sido feito, mas muito ainda se precisa fazer. E é nessa realidade que as ações de Responsabilidade Social Empresarial ganham força e aceitação, através de seu discurso e prática, na tentativa de afastar problemas sociais como a miséria, o acesso à educação e ao trabalho. Para isso, atuam em projetos sociais como o analisado neste trabalho, cuja ação na comunidade reflete de forma direta os negócios da empresa. Contudo, podemos a partir dessa pesquisa afirmar que a mudança proposta pela empresa não traz em si uma base anti-capitalista, ou seja, uma perspectiva em resultados efetivos alcançados quando os atendidos se tornam cidadãos, autônomos, conscientes, dispostos a lutar pelo que acreditam.

Através da análise do discurso empresarial podemos compreender que a ligação trabalho e educação estabelecida não se vincula a uma transformação estrutural que objetiva uma emancipação do público atendido, ou seja, a reconstrução do sujeito em que o cotidiano escapa ao caráter mecânico que as grandes estruturas procuram lhe imprimir por meio do consumo e das atividades programadas do trabalho, mas sim a uma perspectiva de adestramento e acomodação com a situação disposta, comprovando a posição de Frigotto (2001) sobre o assunto. São processos educativos, escolares ou não, que subordinam o trabalho e os bens da natureza como propriedade privada, valores de troca e a consequente alienação e exclusão de milhões de pessoas da vida digna ou de sua radical transformação.

No geral, partimos da premissa de que grandes corporações podem ter ou não bons projetos. Alguns agem com seriedade e ética, outros copiam a estratégia para não ficar a margem de uma tendência mercadológica e exercem a prática da Responsabilidade Social precariamente. No entanto, quem procura atuar de uma maneira organizada e se propõe a fazer os projetos sociais acontecerem, o faz por qual motivo? Essa é mais uma conclusão que atingimos nesse estudo, cujo escopo evidencia um discurso de uma realidade empresarial de grande atuação e imagem construída. A pesquisa mostra que há investimento no programa, mas que há também e, conseqüentemente, um retorno garantido desse investimento. Fazer bem feito não significa fazer o que precisa ser feito. É preciso se pensar na extensão dos resultados obtidos no convívio do programa para além de suas fronteiras. Em outras palavras: Como esses jovens utilizarão as ferramentas ofertadas no Programa? Terão oportunidades para isso?

Num mercado ditado pelas empresas, pela exclusão social e pela ausência do Estado nas políticas públicas é forte o discurso de “transformação” sustentado pelas empresas, onde as ferramentas necessárias para sobreviver nas normas definidas pelo sistema capitalista parecem estar bem acessíveis. Mas, sob a ótica da psicologia crítica, o discurso empresarial se coloca distante da transformação social em que acreditamos e buscamos construir. Uma transformação no cerne da sociedade, feita por ela e para toda ela, numa tentativa de fugir das determinações causais do capital, pois é a partir da compreensão de sua situação histórica e social concreta que a sociedade pode formular ações para uma transformação contínua, abandonando a postura de objeto e assumindo a de sujeito.

Afinal, o que queremos? Um capitalismo capaz de se acomodar diante das pressões sociais e políticas ou uma revolução econômica, social e cultural que represente a abolição do capitalismo e então assim, instaure uma nova relação dos homens com a coletividade e com seu ambiente? (ABRAMOVAY, 2009).

Diante de tais considerações, concluímos que a responsabilidade social é um tema que está sujeito a múltiplas interpretações e ações de caráter ideológico e manipulativo e que, por isso, desperta reações de diversas áreas em relação ao tema. Uma análise, a partir de uma perspectiva crítica, traz um novo modo de olhar a realidade, uma oportunidade de vislumbrar e continuar se discutindo esse tema tão em voga na atualidade.

Como estudo de caso, o estudo se propôs a aprofundar o conhecimento do tema numa única empresa. Por ser considerado um limite restritivo, sugerem-se estudos futuros relacionados a essa temática numa amostra significativa, abordando outros universos que enriqueçam a discussão aqui feita, a fim de propiciar outras pesquisas comparativas e de grande valor para o entendimento da constituição dessa prática.

Lembremos que não cabe apenas a empresa o papel de reguladora social. Consideramos que só através de uma presença mais forte do Estado indutor-normativo-regulador, apto simultaneamente a viabilizar serviços públicos essenciais ao segmento excluído da população nas áreas de saúde, educação, habitação e amparo à exclusão social. Sem um Estado efetivo, desenvolvimento econômico e social sustentados parecem impossíveis. Além disso, sem uma articulação entre Estado e sociedade comprometidos com a “desnaturalização” do mundo e com uma real intenção de transformação em sua totalidade, não podemos esperar um futuro diferente.

Através da desconstrução da realidade, entendendo-a em sua historicidade é que podemos modificá-la e reconstruí-la de outra forma. É pois, através de políticas de superação do capitalismo que podemos vislumbrar uma sociedade igualitária, de políticas que almejem um país cada vez melhor para todos.

## 10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Anticapitalismo e inserção sociais dos mercados**. Revista de Sociologia da USP - Tempo Social. v. 21, n.1., 2009. p. 65-87.

AGUIAR, W. M. J. **A pesquisa em Psicologia Sócio-Histórica: Contribuições para o debate metodológico**. In: Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia/ Ana Mercês Bahia Bock; Maria da Graça Marchina Gonçalves, Odair Furtado (orgs). – 4 ed. – São Paulo: Cortez, 2009. p. 129-140.

ALVES, L. E. S. **Governança e Cidadania Empresarial**. Revista de Administração de Empresas. São Paulo: 2001.

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION (APA). **Manual de Publicação da American Psychological Association/ American Psychological Association**; trad. Daniel Bueno – Porto Alegre: Artmed, 2001.

AMSDEN, A. **País fez “revolução racional”**. IN Folha de São Paulo, 2012. Acesso em: 25 fev 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/1065692-pais-fez-revolucao-racional-diz-economista.shtml>>.

ANJOS, M.A. dos; FARAH Jr., M. **Economia Brasileira**. In Coleção Gestão Empresarial, vol. 1. Curitiba: Gazeta do Povo, 2002. p. 43-56.

ARAÚJO, J. N. G. de. **Trabalho, organizações e instituições**. In: Diálogos em Psicologia Social / Ana Maria Jacó-Vilela e Leny Sato. Porto Alegre: Evangraf, 2007. p. 397-412.

ARAUJO, M. R. M. de. **Exclusão social e Responsabilidade Social Empresarial**. In: Rev. Psicologia em Estudo, Maringá. Vol. 11, nº 2, p.417-426, mai/ago. 2006.

ASHLEY, P.; COUTINHO, R.; TOMEI, P. **Responsabilidade social corporativa e Cidadania empresarial: uma análise conceitual comparativa**. Anais do 24º Encontro Nacional da ANPAD. São Paulo: 2000. Disponível em: <<http://www.gset.org.br>>. Acesso em: 20 out 2009.

ASHLEY, P. (orgs). **Ética e Responsabilidade Social nos Negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.

AUGUSTO, A. G. **Ontologia e crítica: o método em Marx**. In: Econômica, Rio de Janeiro. Vol. I, nº. II: 131-142, 1999.

AUSTIN, James. **Parcerias: fundamentos e benefícios para o terceiro setor**. São Paulo: Futura, 2001.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BERNARDO, D. C. dos R. et al. **Balço Social Como Ferramenta Estratégica Empresarial: Um Estudo dos Demonstrativos Sociais das Sociedades Anônimas de Capital Aberto no Brasil**. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/Semead/8semead/resultado/trabalhosPDF/163.pdf>>. Acesso em: 20 de Mai. 2011.

BOCK, A. M. B. **A Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia.** In: *Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia/ Ana Mercês Bahia Bock; Maria da Graça Marchina Gonçalves, Odair Furtado (orgs).* – 4 ed. – São Paulo: Cortez, 2009. p. 15-36.

BORGER, F. G. **Responsabilidade social: efeitos da atuação social na dinâmica empresarial.** 2001. 254 f. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

BURREL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis.** London, Heinemann, 1979.

CARONE, Y. **Por uma epistemologia historicamente orientada da Psicologia.** In: *Diálogos em Psicologia Social/ organizado por Ana Maria Jacó-Vilela e Leny Sato.* Porto Alegre, Evengraf Ltda, 2007.

CARROL, A. B. **Corporate social responsibility – Evolution of a Definitional Construct.** *Business and Society*, N. 3, Vol. 38, p. 268-295, September, 1999.

CASTEL, R. **As armadilhas da exclusão.** In: *Desigualdade e a questão social/ Mariangela Belfiore-Wanderley, Lucia Bógus, Maria Carmelita Yazbek (orgs).* – 3ed. – São Paulo: EDUC, 2008. p. 21-54.

\_\_\_\_\_. **As transformações da questão social.** In: *Desigualdade e a questão social/ Mariangela Belfiore-Wanderley, Lucia Bógus, Maria Carmelita Yazbek (orgs).* – 3ed. – São Paulo: EDUC, 2008. p. 227-256.

CIAVATTA, M. **Mediações do mundo do trabalho: a fotografia como fonte histórica.** In *Capitalismo, Trabalho e Educação.* José Claudinei Lombardi, Dermeval Saviani, José Luís Sanfelice (orgs.). – 3. Ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2005. p. 27-34.

DE MASI, D. **O ócio criativo; entrevista a Maria Serena Palieri.** Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

DEMO, P. **Metodologia científica em Ciências Sociais.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1992

DOWBOR, L. **A reprodução social.** Propostas para uma gestão descentralizada. 1998. Disponível em: < <http://dowbor.org/repsoc.doc>>. Acesso em: 10 out 2011.

\_\_\_\_\_. **Parcerias e alianças: o bom senso na gestão social. Uma abordagem conceitual das políticas para crianças e adolescentes.** 2002. Disponível em: <<http://dowbor.org/parceriasfinal.doc>>. Acesso em: 12 mai 2010.

\_\_\_\_\_. **Democracia Econômica – Alternativas de Gestão Social.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008.

\_\_\_\_\_. **Brasil: um outro patamar. Propostas de estratégia.** 2010. Disponível em: <<http://dowbor.org>>. Acesso em: 10 ago 2010.

FARIA, A; SAUERBROON, F. F. **A responsabilidade social é uma questão de estratégia? Uma abordagem crítica.** Rev. de Adm. Pública. RAP — Rio de Janeiro. Vol. 42. p. 07-33, jan/fev. 2008.

FERREIRA, A. B. de H. **Miniaurélio: o minidicionário da língua portuguesa.** 7 ed. Ed. Positivo, Curitiba; 2008.

FERREIRA, E. W. **Responsabilidade Social Empresarial e Organizações Não-Governamentais: os casos no Brasil e na Alemanha.** Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. UFSC, Florianópolis, 2007.

FERREIRA, F. S. et al. **Responsabilidade social corporativa no processo estratégico das organizações: uma abordagem através do balanço social.** VII SEMEAD - Seminários em Administração. São Paulo: Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da FEA/USP, 2004. Disponível em: <[http://www.ead.fea.usp.br/Semead/7semead/paginas/20recebidos/Socioambiental/S05\\_Respons\\_Social\\_Corporativa\\_Proc\\_Estrategi.PDF](http://www.ead.fea.usp.br/Semead/7semead/paginas/20recebidos/Socioambiental/S05_Respons_Social_Corporativa_Proc_Estrategi.PDF)>. Acesso em: 26 de Mai.2010.

FERREIRA, M. de M.; PINTO, S. C. S. **A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta.** Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. 26f.

FISCHER, R. M. **O Desafio da Colaboração: práticas de responsabilidade social entre empresas e terceiro setor.** São Paulo: Editora Gente, 2002.

FURTADO, O. **O trabalho na perspectiva das Políticas Públicas.** In: Diálogos em Psicologia Social / Ana Maria Jacó-Vilela e Leny Sato. Porto Alegre: Evangraf, 2007. p. 413-422.

FURTADO, O; SVARTMAN, B. P. **Trabalho e Alienação.** In: A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica / Ana Mercês Bahia Bock, Maria da Graça Marchina Gonçalves. São Paulo: Cortez, 2009. p. 73-115.

FRIGOTTO, G. **Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora.** Perspectiva, Florianópolis, v.19, n.1, p. 71-87, jan/jun. 2001.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLENDINNING, Caroline. **Breaking down barriers: integrating health and care services for older people in England.** Health Policy, v. 65, n. 2, p. 139-151, Aug. 2003.

GODOY, A. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais.** In Revista de Administração de Empresas, v.35, n.3, p. 20-29. Mai/ jun. 1995.

GOMES, W. **Pesquisa e ensino em psicologia: Articulações entre graduação e pós-graduação.** In CARVALHO, Regina Maria Lopes (Org.) Repensando a formação do psicólogo: Da informação à descoberta (pp. 33-49). Campinas: Alínea (Coletâneas ANPEPP), 1996.

GONÇALVES JUNIOR, E.P. **Fundações e Ong's: Transparência para gerar confiança.** (2011). Disponível em: <[www.gife.org.br](http://www.gife.org.br)>. Acesso em: 26 ago 2011.

GONÇALVES, M.D.G.M. **O método de pesquisa materialista histórico dialético.** In ABRANTES, Angelo Antonio; SILVA, Nilma R.; MARTINS, Sueli Terezinha F. (Orgs). Método histórico-social na psicologia. Petrópolis: Vozes, 2005.(p. 86-104).

\_\_\_\_\_. **Fundamentos metodológicos da Psicologia Sócio-Histórica.** In: Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia/ Ana Mercês Bahia Bock; Maria da Graça Marchina Gonçalves, Odair Furtado (orgs). – 4 ed. – São Paulo: Cortez, 2009. p. 113-127.

GONZÁLEZ REY, F. **La investigación cualitativa em Psicologia.** São Paulo, Educ, 1999.

GRAY, R; MILNE, M. **Towards Reporting on the Triple Bottom Line: Mirages, Methods and Myths.** In: HENRIQUES, A; RICHARDSON, J. (ed.) The Triple Bottom Line, does it all add up?: Assessing the sustainability of business and CSR. Earthscan, Londres: 2004.

GUIMARÃES, S. D. **Programa de Educação Continuada: uma experiência de parceria entre uma ONG e as Secretaria de Estado da Educação – SEE/SP.** In: RICO, E.M.; RAICHELS, R. (org.). Gestão Social: uma questão em debate. São Paulo: EDUC/IEE, 1999. p. 221-231.

HELLER, A. **Sociología de la vida cotidiana.** Ed. 1. Barcelona: Peninsula, 2002.

HUTZ, C. **A Ética na produção do conhecimento em Psicologia.** In: Congresso Norte/Nordeste de Psicologia, 1999, Salvador, Bahia: UFBA, 1999. Disponível em: <<http://www.ufba.br>>. Acesso em: 08 out 2010.

IAMAMOTO, M. V. **Capital fetiche, questão social e Serviço Social.** In: *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.* São Paulo: Cortez, 2007. p. 195-208.

\_\_\_\_\_. **As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo.** Anais do XVIII Seminário Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social. San José, Costa Rica: ALAETS/Espacio Ed./Escuela de Trabajo Social, 2004, p. 17-50. Disponível em: <[www.fnepas.org.br/pdf/servico\\_social\\_saude/texto2-2.pdf](http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-2.pdf)>. Acesso em: 20 ago 2011.

IANNI, O. **O cidadão do mundo.** In *Capitalismo, Trabalho e Educação.* José Claudinei Lombardi, Dermeval Saviani, José Luís Sanfelice (orgs.). – 3. Ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2005. p. 27-34.

INSTITUTO ETHOS. **Responsabilidade Social das Empresas: a contribuição das universidades.** v. 4. São Paulo: Peirópolis, 2005.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Pobreza, Desigualdade e Políticas Públicas.** 2010. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 15 out 2010.

JUNQUEIRA, L. A. P. e cols. **Gestão de Parcerias e Redes Sociais: em busca da gestão social eficaz.** 2008. Disponível em:<<http://www.ead.fea.usp.br>>. Acesso em: 28 maio 2010.

KAHHALE, E. M. S. P.; ROSA, E. Z. **A construção de um saber crítico em psicologia.** In: *A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica / Ana Mercês Bahia Bock, Maria da Graça Marchina Gonçalves.* São Paulo: Cortez, 2009. p. 19-53.

KIRSCHNER, A. M. **A sociologia diante da globalização: possibilidades e perspectivas da sociologia das empresas.** Antropolítica: revista contemporânea de antropologia e ciência política, Niterói, RJ, n. 4, 1. sem.1998.

KON, A. **Sobre a economia política do desenvolvimento e a contribuição dos serviços.** In Revista de Economia Política. Vol. 27, n. 1. Jan – mar, 2007. p. 130-146.

KOSIK, K. **Dialética do concreto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KUHN. T. S. **Lógica da descoberta ou psicologia da pesquisa?** Em LAKATOS, I.; MUSGRAVE, A. Crítica e desenvolvimento da ciência. São Paulo, Cultrix/ EDUSP, 1979.

LANE, S.T.M. **Avanços da Psicologia Social na América Latina.** In LANE, S.T.M. e SAWAIA, B.B. Novas Veredas da Psicologia Social. São Paulo: Brasiliense, 1995.

LELIS, I. **Política de desenvolvimento social nas empresas.** Canal Terceiro Setor, CIEE – Centro de Interação Empresa Escola, 2001. Disponível em: <www.ciee.org.br>. Acesso em: 22 nov 2009.

LESSA, S. **Mundo dos Homens: Trabalho e Ser Social.** A Ontologia de Lukács. Cap. 2. São Paulo: Boitempo, 2002.

LIBÂNEO, J.C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?.** São Paulo: Cortez, 1998.

LUKÁCS, G. **Pensamento vivido: autobiografia em diálogo.** São Paulo: Ensaio/ UFV, 1999.

LUNA, S. V. de. **Planejamento de pesquisa: uma introdução.** São Paulo: EDUC, 1996.

MARTIN-BARÓ, I. **O papel do psicólogo.** Estudos de Psicologia, 2(1), p. 7-27. 1996.

MARTINELLI, A.C. **Empresa-cidadã: uma visão inovadora para uma ação transformadora.** In: IOSCHPE, Evelyn [et al.]. 3º Setor: desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

MARX, K. **Para a crítica da Economia Política [1857].** São Paulo: abril, 1982.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos Econômico-filosóficos, Trabalho Estranhado e Propriedade Privada.** Boitempo, 2008.

MATOS, Maria Cristina P. **Alianças intersetoriais: um estudo no município de Cubatão/SP.** 2007. Tese (Doutorado em Administração) – Departamento de Administração da Universidade de São Paulo, FEA/USP, São Paulo.

MAZZOTTI, A. J. A. **O debate atual sobre os paradigmas de pesquisa em educação.** Cad. Pesq. São Paulo.n.96. p.15-23. fev.1996.

MELO RICO, E. P. de . **O empresariado, a filantropia e a questão social.** Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, ano XIX, n. 58, p. 24-40, nov.1998.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do Capital.** Trad. Isa Tavares – 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MONTERO, M. **Paradigmas, corrientes y tendencias de La psicología social finsecular.** *Psicologia & Sociedade*, vol.8 nº 1, 1998. p. 27-47

M.T.E. Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 04 nov 2008.

MUNDIM, Ana Paula Freitas; BREMER, Carlos Frederico. **Design of a computer-supported cooperative environment for small and medium enterprises.** In: international federation for information processing; working conference on infrastructures for virtual organisations, 2, 2000, Florianopolis. Massachusetts: Kluwer Academic Publishers, 2001.

NEVES, J. L. **Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades.** *Cadernos de Pesquisas em Administração*, v. 1, n.3, 2º sem., 1996.

NICOLAU, Isabel; SIMAENS, Ana. **O impacto da Responsabilidade Social das empresas na Economia Social.** In *Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão*; ou-dez 2007/ jan-mar 2008. P. 68-76.

NOLETO, M. J. **Parcerias e alianças estratégicas: uma abordagem prática.** 2 ed. Global, São Paulo: 2004.

PAOLI, M. C. **Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil.** In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa.* Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2002, p. 373- 418.

PINHEIRO, P. S. e NETO, P. de M. **Direitos humanos no Brasil: Perspectivas no final do século.** In: *Cinquenta Anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.* São Paulo, Pesquisas, n. 11.pp 1-14, 1998.

POCHMANN, M. **Educação e Trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa?** *Educ. Soc.*, Campinas, vol.25, n. 87, p. 383-399, mai/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.com.br>>. Acesso em 23 mai 2011.

RAMOS, L. C. S. **A sociedade civil em tempos de globalização: Uma perspectiva neogramsciana.** Dissertação – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2005. 215p. Disponível em: <[http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0310315\\_05\\_cap\\_4.pdf](http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0310315_05_cap_4.pdf)> . Acesso em: 22 out 2011.

REIS, C. N. dos. **A responsabilidade social das empresas: o contexto brasileiro em face da ação consciente ou do modernismo do mercado?** *Rev. Econ. contemp.* Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 279-305, maio/ago. 2007.

RICO, E. M. **A Responsabilidade Social Empresarial e o Estado: Uma Aliança para o Desenvolvimento Sustentável.** São Paulo, SP: São Paulo em Perspectiva, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em 18 set 2010.

SAVIANI, D. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos.** *Rev. Brasileira de Educação*, vol 12, n.34, jan/abr. 2007.

SCHERER-WARREN, I. **Forúns e redes da sociedade civil: percepções sobre exclusão social e cidadania.** *Anais do II Seminário Nacional “Movimentos Sociais, participação e democracia”.* Florianópolis, 2007.

SEMERARO, G. **Filosofia da práxis e (neo)pragmatismo**. Revista Brasileira de Educação: maio /Jun /Jul /Ago 2005, No 29. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 02 set 2009.

SOUSA, R. L. **A responsabilidade social de empresas no Brasil: um caso concreto**. 2002. 94f. Monografia (Graduação em Direito) - Universidade Católica de Goiás. Disponível em: <<http://agata.ucg.br>>. Acesso em: 29 out 2009.

TEDESCO, J.C. **Os fenômenos de segregação e exclusão social na sociedade do conhecimento**. Cadernos de Pesquisa, N.117, p. 13-28, novembro. 2002.

TENÓRIO, F. G. et al. **Responsabilidade Social Empresarial: teoria e prática**. – 2 ed – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

**The rise of state capitalism**. In: The Economist. Acesso em: 20 fev 2012. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/21543160>>.

VIGOTSKI, L.S. **O significado histórico da crise da psicologia**. In L.S. Vigotski. Teoria e método em Psicologia. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

WANDERLEY, L. E., RAICHELIS, R. **Gestão pública democrática no contexto do Mercosul**. In: SIERRA, Gerónimo de. *Los rostros del Mercosul: el difícil camino de lo comercial a lo social*. Buenos Aires, CLACSO/ASDI, 2001.

\_\_\_\_\_. **A cidade de São Paulo: relações internacionais e gestão pública**. São Paulo: EDUC, 2009.

WERTSCH, J. V; DEL RIO, P.; ALVAREZ, A. **Estudos socioculturais da mente**. Trad. Maria da Graça Gomes Paiva e André Rossano Teixeira Camargo. Porto Alegre: Artmed, 1998.